

Índice geral

Sumário Executivo	3
PARTE I. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS METODOLÓGICOS.....	6
CAPITULO I. Aspectos intintrodutórios	6
1.1 Introdução.....	6
1.2 Contexto nacional e internacional da gestão de desastres.....	7
1.2.1 Breve Historial da Plataforma de Acção de Hyogo (HFA 2005-2015)	7
1.2.2 O contexto internacional da redução do risco de desastres (2009-2011).....	8
1.2.3 O contexto nacional da redução do risco de desastres (2009-2011)	10
CAPITULO II. Metodologia para a elaboração do Relatório Nacional do HFA 2009-2011.....	11
2.1 No âmbito da avaliação do progresso.....	11
2.2 Critérios para a avaliação do progresso por indicador.....	12
2.3 Validação do relatório nacional de 2009-2011.....	12
2.4 Fontes de informação.....	13
PARTE II. RESULTADOS ESTRATÉGICOS PARA O PERÍODO DE 2007-2009 E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA O PERÍODO DE 2009-2011.....	15
CAPITULO III. Resultados Estratégicos para o período de 2007-2009.....	15
CAPITULO IV. Objectivos Estratégicos para o período de 2009-2011.....	18
PARTE III. AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PLAFATORMA DE ACÇÃO DO HYOGO EM MOÇAMBIQUE, 2009-2011.....	21
CAPITULO V. Prioridade de Acção 1.	22
CAPITULO VI. Prioridade de Acção 2.....	33
CAPITULO VII. Prioridade de Acção 3.....	41

CAPITULO VIII. Prioridade de Acção 4.....	50
CAPITULO IX. Prioridade de Acção 5.....	65
CAPITULO X. Condutores do Progresso.....	73
PARTE IV. PERSPECTIVAS PARA 2011-2013.....	82
CAPITULO XI. Perspectivas.....	82
Capítulo XII. Principais Conclusões e Recomendações.....	89
12.1 Principais Conclusões para o período 2009-2011.....	89
12.2 Principais Recomendações para o período 2011-2013.....	90
Referências Bibliográficas.....	91

Sumário Executivo

- i. Fruto da percepção do grau de vulnerabilidade do país face aos impactos dos desastres naturais, desde 2005, Moçambique tem se empenhado na implementação da Plataforma de Acção de Hyogo (HFA 2005-2015), tendo trazido para a sua agenda de governação, i) a redução do número de vítimas humanas e perda de propriedades; (ii) a consolidação da cultura de prevenção, e (iii) a dotação do País de meios de prevenção e de mitigação, como os principais objectivos na área de gestão de desastres.
- ii. Ao colocar estes objectivos de forma explícita nos seus planos e estratégias de desenvolvimento nacional, como sejam, os programas quinquenais do Governo e nos planos de acção para a redução de pobreza, e ao alocar, anualmente, recursos do Orçamento do Estado para a sua materialização, o Governo mostra o seu cometimento para o alcance dos objectivos e metas acordados internacionalmente na Plataforma de Acção de Hyogo.
- iii. Nestes termos, elaborado por uma equipa técnica nacional sob a direcção, coordenação e supervisão do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), o presente relatório i) apresenta os progressos alcançados por Moçambique entre 2009-2011, na implementação das acções de redução do risco de desastres em cada uma das 5 prioridades da Plataforma de Acção de Hyogo; ii) identifica os principais desafios que devem ser ultrapassados a curto e médio prazos, e ao mesmo tempo, iii) re-define os compromissos do País para a aceleração e consolidação da redução do risco de desastres durante o período 2011-2013.
- iv. No âmbito da avaliação do progresso, o presente relatório mostra que Moçambique está no bom caminho para ao alcance das metas de redução do risco de desastres, tendo registado progressos assinaláveis em 17 dos 22 indicadores de progresso, e atingido a pontuação máxima na área de prontidão e resposta aos desastres, de que o País é hoje um dos exemplos mundiais de sucesso.
- v. De forma particular, dentre os progressos alcançados durante o período de 2009-2011, salienta-se o reafirmar do cometimento do Governo com a causa da redução do risco de desastres como um assunto transversal, expresso no Programa Quinquenal do Governo (2010-2014) e no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP 2011-2014), onde a redução da vulnerabilidade, sobretudo à seca, cheias e ciclones, é considerada como condição essencial para o alcance das metas de redução da pobreza dos actuais 54.7% em 2008/09 para 42% em 2014.

- vi. Do mesmo modo, durante o período em análise, o Governo e seus parceiros mantiveram estabilidade no financiamento das acções de redução do risco de desastres em várias sectores e a todos os níveis territoriais, num valor anual de 180-190 milhões de dólares americanos e um valor trienal de 593 milhões de dólares, o correspondente a cerca de 5% do Orçamento do Estado, uma média acima dos 1% de alocação internacionalmente acordados.
- vii. Avanços significativos foram igualmente registados no sentido de aumentar a capacidade nacional de prontidão e resposta das comunidades locais aos desastres, através do aumento desde 2007, do número e cobertura territorial dos Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades, atingindo em todo o território nacional, 588 comités constituídos por mais de 7200 membros, na sua maioria treinados e equipados.
- viii. O reforço dos serviços de aviso prévio, o treinamento das comunidades locais através dos exercícios de simulação bem como a alocação e disponibilização atempada dos recursos no âmbito dos Planos de Contingência, contribuiu para o alcance de níveis satisfatórios de prontidão e resposta a todos os focos de emergência.
- ix. Progressos foram igualmente notórios na área de protecção social, onde esquemas de transferência de recursos financeiros através dos programas da acção social direccionados especificamente aos grupos sociais vulneráveis, a par do financiamento de iniciativas locais da produção de alimentos e de geração de emprego no contexto do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), contribuíram, sobremaneira para a redução, em todo o país, do número de pessoas vulneráveis à insegurança alimentar.
- x. Finalmente, os programas de reassentamento em curso nos vales do Zambeze e do Save provaram ser uma estratégia importante para a redução da exposição das comunidades locais ao risco de cheias nas diversas planícies de inundação sujeitas a cheias cíclicas.
- xi. O cometimento político do Governo em investir mais recursos do Orçamento do Estado em acções de redução do risco de desastres, bem como o apoio dos Parceiros externos, tanto financeiro como técnico, concorreram para os sucessos alcançados durante o período em referência.
- xii. No entanto, apesar destes sucessos, ainda há desafios pela frente, particularmente, na protecção do actividades económicas e infraestruturas produtivas, pois, nota-se o crescimento de investimentos em áreas de elevado risco com reduzido ou sem nenhuma protecção para cheias de grande magnitude.

- xiii. A título ilustrativo, os investimentos em curso para a produção de arroz em Matutuíne (Maputo) e Nante (Zambézia), e os avultados investimentos pós-cheias realizados na parte baixa da cidade de Xai-Xai e em toda a extensão da cidade de Chókwe (Gaza), estão em permanente risco no caso de ocorrência de cheias de magnitude superior às cheias de 1976 ou similar às de 2000.
- xiv. Perante este cenário, e tendo em conta a probabilidade do aumento da frequência e da magnitude dos riscos meteorológicos, associados ao impacto das mudanças climáticas, como prioridade para o período 2011-2013, recomenda-se que o País i) conduza uma avaliação nacional e local do risco de desastres de modo a proteger os investimentos em curso, sendo o seguro contra os desastres naturais, um dos instrumentos a incluir dentre as medidas de mitigação a serem adoptadas; ii) conclua a elaboração da Lei de gestão de desastres; iii) elabore e aprove a Estratégia nacional de redução do risco de desastres; iv) actualize o Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades de modo a incluir o impacto das mudanças climáticas sobre o risco de desastres, e v) estabeleça o Fundo de Redução do Risco de Desastres, que não financie apenas a resposta à emergência, mas também todas as fases de gestão de desastres desde a prontidão, a resposta, a reconstrução pós-desastres até à mitigação.

PARTE I. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E METODOLÓGICOS

CAPÍTULO I. Aspectos Introdutórios

I. Introdução

1. Ao longo da última década, a gestão de desastres tem vindo a ganhar relevo e centralidade ao nível global, regional e nacional, sendo notória, em cada uma destas escalas, a viragem de uma abordagem orientada para a assistência humanitária para uma visão centrada na redução do risco de desastres (RRD). Nascida em 2005 com a adopção da Plataforma de Acção de Hyogo (HFA 2005-2015), esta nova abordagem olha para todo o ciclo de gestão de desastres, designadamente, a prontidão, a prevenção, a mitigação e a recuperação, como elementos cruciais para a redução do risco de desastres a todos os níveis.
2. Ao adoptar a Plataforma de Acção de Hyogo (HFA), todos os países à escala mundial, comprometeram-se a envidar esforços com vista à redução do risco de desastres como contributo e passo importante para o alcance, em 2015, das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
3. No quadro deste compromisso, à semelhança dos Objectivos do Milénio, as Nações Unidas em parceria com cada um dos Estados membros, e através do Secretariado da Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), têm realizado, a cada 2 anos, um exercício de monitoria da implementação das acções da Plataforma, de modo a i) medir o estágio do progresso da implementação das acções de redução do risco ao nível nacional, regional e global, e ii) permitir a partilha das lições aprendidas.
4. Assim, desde a adopção da Plataforma em 2005, três rondas de monitoria de progresso foram realizadas em 2007, 2009 e 2011. Moçambique participou destes três exercícios tendo elaborado e submetido à UNISDR, os respectivos relatórios de progresso.
5. O presente relatório nacional, i) apresenta o progresso alcançado por Moçambique entre 2009 e 2011 na implementação das acções de redução do risco de desastres ao nível nacional e local, em cada uma das **cinco prioridades** da Plataforma de Acção de Hyogo; ii) identifica os desafios ainda presentes para a aceleração da redução do risco de desastres em Moçambique, bem como iii) re-define os principais compromissos do País para o período 2011-2013.

1.2 O contexto nacional e internacional da gestão de desastres

1.2.1 Breve historial da Plataforma de Acção de Hyogo (HFA 2005-2015)

5. No seguimento da Declaração de Kobe, no Japão, que tornara 1990 como a década de luta contra os desastres, e em resposta ao aumento global dos impactos severos das calamidades naturais, cujo expoente foi o sismo da Sumatra seguido do tsunami do Oceano Índico que se cumulativamente se saldaram em mais de 230 000 mortos, em 2005, em Hyogo, no Japão, todos os países membros das Nações Unidas adoptaram por unanimidade, a Plataforma de Acção de Hyogo (2005-2015), tendo como objectivo ***“Criar resiliência das nações e comunidades aos desastres através do alcance, por volta de 2015, de redução substancial das perdas causadas por desastres - em vidas humanas; e bens sociais, económicos e ambientais das nações e comunidades”***.
6. Ao assumir este compromisso, os países adoptaram a Plataforma de Acção de Hyogo como uma ferramenta operacional e de apoio ao alcance dos Objectivos do Milénio, mediante a redução dos efeitos dos desastres naturais sobre os esforços nacionais de desenvolvimento.
7. Para o efeito, e com base nas suas três áreas de acção, ao adoptar esta declaração, cada país se comprometeu a realizar acções concretas e a reportar o progresso da implementação dos ***cinco objectivos*** que corporizam a Plataforma de Acção de Hyogo, designadamente:
 - i) Tornar a Redução do Risco de Desastres (RRD), uma prioridade;
 - ii) Conhecer os riscos e agir;
 - iii) Criar conhecimento e consciência;
 - iv) Reduzir o risco e
 - v) Estar preparado e pronto para agir
8. Repartidos em ***três grandes áreas de acção***, estes 5 objectivos corporizam as ***cinco prioridades*** da Plataforma de Acção de Hyogo, a saber:
 - i) *Assegurar que a redução do risco de desastres é uma prioridade nacional e local com forte base institucional para sua implementação;*
 - ii) *Identificar, avaliar e monitorar os riscos de desastres e melhorar o aviso prévio;*
 - iii) *Usar o conhecimento, inovação e educação para criar a cultura de segurança e resiliência a todos os níveis;*

iv) Reduzir os factores subjacentes de risco e

v) Fortalecer a prontidão para uma resposta eficaz aos desastres a todos os níveis

9. Para a sua implementação e monitoria, as **5 prioridades** desdobram-se em **22 indicadores de progresso**. Assim, no processo de implementação da Plataforma, o Governo de cada Estado membro é chamado a trabalhar em parceria com as organizações não governamentais (ONG's) nacionais e internacionais e a envolver, de forma estreita, permanente e contínua, os governos locais, com destaque os municípios, e o sector privado, bem como a manter um diálogo permanente entre todos os actores envolvidos na redução do risco de desastres, com particular realce para o nível local e comunitário.
10. Finalmente, em cada 2 anos, e com base nos 22 indicadores, cada país é chamado a elaborar e partilhar o seu relatório nacional mostrando o progresso alcançado em cada uma das 5 prioridades da Plataforma de Acção de Hyogo.

1.2.2 O contexto internacional da redução do risco de desastres (2009-2011)

- 11 O triênio 2009-2011 pode ser considerado um período negro na história mundial a seguir aos catastróficos ciclones Katrina, em 2005 nos Estados Unidos, e Nargis no Myanmar, em 2008, e do sismo de Sichuan na China, em 2008. Com efeito, após um ano de 2009 calmo, catástrofes naturais desde os de origem meteorológica (incêndios florestais e cheias) aos de natureza sísmica (sismos, vulcões e tsunamis), abalaram o Mundo entre Janeiro de 2010 e Janeiro de 2011, deixando um rasto de morte e destruição sem precedentes, sendo destaque:
- a. O **sismo do Haiti**, em 12 de Janeiro de 2010, com intensidades entre VII a IX na Escala Modificada de Mercalli, que matou 222.517 pessoas e causou devastação total da capital Port-au-Prince. Até hoje, o País continua à espera de recursos externos para a sua reconstrução.
 - b. O **sismo do Chile** a 27 de Fevereiro de 2010, atingiu intensidades 100 vezes superiores ao sismo de Haiti. No entanto, causou apenas 846 mortos.
 - c. O **sismo da Nova Zelândia** a 3 de Setembro de 2010, que atingiu intensidades até IX na Escala Modificada de Mercalli. Somente 500 edifícios foram destruídos. Não houve perda de vidas humanas.
 - d. As **cheias monsónicas no Paquistão** entre Julho-Agosto de 2010 - as piores desde 1929, ceifaram a vida a 1.700 pessoas, destruíram 1.9 milhão de casas, deixaram perdas de 9.7 biliões de dólares americanos.

- e. As **ondas de calor e fogos na Rússia e Ucrânia**, entre Julho e Setembro de 2010 - os piores dos últimos 130 anos. De forma combinada, estes eventos mataram mais de 50 civis e bombeiros, aumentaram a taxa de mortalidade em 18% na Rússia, destruíram 800.000 hectares de florestas, 30 aldeias e afectaram a produção de trigo, facto que contribuiu para ao agravamento do preço mundial deste cereal.
- f. O **sismo do Japão**, ocorrido a 11 de Março de 2011, com intensidades que atingiram XII na Escala Modificada de Mercalli, **seguido de tsunami**. Em conjunto, estes dois fenómenos ceifaram mais de 20 mil vidas humanas e os danos superaram os 300 biliões de dólares americanos.

12. **Como lição**, estes eventos deixaram evidente que:

- i) Os países menos desenvolvidos continuam pouco preparados para lidar com os impactos dos desastres naturais, conforme foi mostrado após os sismos de Haiti e de Nova Zelândia. Contrariamente ao Haiti, a existência de estritas normas de construção, sua aplicação rigorosa e experiência em lidar com sismos na Nova Zelândia, contribuíram para o baixo impacto do sismo neste país.
- ii) Há ainda um desnível visível de preparação para fazer face aos desastres dentro dos países menos desenvolvidos, mesmo que estes afectados por fenómenos de igual ou menor magnitude. A título de exemplo, mesmo tendo sido afectado por um sismo de maior intensidade, devido à sua longa história de convivência com os sismos, a par da boa governação, o Chile sofreu menos impactos que o Haiti.
- iii) Os impactos dos desastres naturais podem superar a capacidade nacional de preparação e resposta aos desastres, mesmo em economias fortes. Por exemplo, o Japão, país onde o seguro contra desastres é uma das medidas mais difundidas para a redução da vulnerabilidade das pessoas, bens e da economia em geral, bem como para a rápida recuperação pós-desastres, as perdas resultantes do sismo e do tsunami, foram além da capacidade das seguradoras de pagar os prémios aos seus mutuários.

13. Como resultado destes eventos extremos, o número de pessoas afectadas pelos desastres nesses países aumentou entre 2009-2011, tendo por consequência, piorado as perdas económicas à escala mundial. Por exemplo, de forma cumulativa, estes desastres contribuíram para o aumento acentuado dos danos e perdas económicas causados pelos desastres entre 2009-2011. Mas, em contrapartida, devido aos investimentos nacionais nas acções de prontidão e resposta aos desastres, o número global de vítimas humanas reduziu drasticamente durante o mesmo período, conforme mostram os dados do Relatório Global de Desastres 2011 (GAR 2011).

14. Fruto do seu empenho na redução do risco, e sobretudo, na prevenção, prontidão e resposta aos desastres, desde 2007, Moçambique faz parte do grupo dos países que registaram redução acentuada dos impactos económicos e humanos decorrente dos desastres naturais, colocando-se, hoje, como o exemplo mundial de gestão de desastres naturais, conforme referido pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007/08 e pelo Relatório Mundial de Desastres de 2009 (WDR 2009), e reafirmado no Relatório Global de Desastres 2011, como um dos países que tem vindo a registar progressos significativos nesta área.

1.2.3 O contexto nacional da redução do risco de desastres (2009-2011)

15 Contrariamente ao conturbado período de 2007-2009, o triénio 2009-2011 foi marcado por uma relativa calma em termos de ocorrência de eventos desastrosos que tivessem um impacto negativo significativo sobre o tecido económico e social, sobretudo, sobre pessoas e bens localizados nas áreas consideradas em risco de desastres. Com efeito, durante o período de 2009-2011, houve apenas o registo, em 2010, de cheias de baixa magnitude no vale do Zambeze, que efectaram pouco mais de 7.000 pessoas, no entanto, sem perdas humanas.

16 Até a altura da elaboração do presente relatório (Fevereiro-Março), Moçambique estava sob influência de cheias moderadas nas bacias do Limpopo, Zambeze e Incomáti, que teriam afectado, directa e indirectamente, 118.528 pessoas. A difusão atempada de avisos às populações para abandonarem voluntariamente as zonas de risco, bem como a evacuação precoce e a participação activa dos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades e das autoridades locais, com destaque para os administradores distritais, contribuíram, sobremaneira para evitar a perda de vidas humanas.

17 No entanto, no meio desta relativa estabilidade face a desastres de grande magnitude, particularmente, as cheias e ciclones, um novo fenómeno natural terá surgido com vigor - ***as descargas eléctricas***, como uma nova ameaça séria e maior causa de morte, de luto e de dor nas famílias moçambicanas, facto que deverá merecer maior atenção no futuro.

18 Para partilhar com o Mundo a sua experiência do engajamento das comunidades e actores locais na redução do risco de desastres, já demonstrado no relatório nacional de progresso de 2007-2009, as Nações Unidas escolheram Moçambique como um dos 5 países piloto ao nível mundial e único em África, para participar da iniciativa sobre o ***“Diálogo entre diferentes actores sobre a implementação da Plataforma de Acção de Hyogo ao nível local”***.

- 19 Devido à sua longa história e experiência de gestão de desastres, o distrito de Búzi foi escolhido para a condução deste diálogo, o qual teve lugar em Abril de 2011. Este diálogo viria a marcar o início da aproximação e colaboração abrangente entre o Governo e a Sociedade Civil na área de gestão de desastres, bem como o início formal da participação permanente da plataforma das Organizações da Sociedade Civil (G20), nos trabalhos do Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC) do INGC, ao nível central.
- 20 Por outro lado, o ano de 2011 serviu de ano para a divulgação em Genebra, através do Relatório de Global de Desastres 2011 (GAR 2011), da base de dados de desastres de Moçambique, marcando o culminar do trabalho lançado em 2008 pelo INGC em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no âmbito do Programa Global de Identificação do Risco (GRIP), visando a recuperação dos dados sobre danos e perda causadas pelos desastres nos últimos 30 anos (1980-2010) no País.
- 21 Com a conclusão desta base de dados, a situação e tendência dos desastres e dos seus impactos em Moçambique ficou conhecida. Por outro lado, a informação sobre os danos e perdas sofridas por Moçambique nos últimos 30 anos passou a estar virtualmente disponível para o Mundo inteiro.
- 22 Outro marco importante deste período foi o início da integração das Mudanças Climáticas nas acções de redução do risco de desastres, tendo como ponto de partida a divulgação, em 2009, do estudo do INGC sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a redução do risco em Moçambique. Este estudo veio reforçar a necessidade da aplicação da investigação científica na área de gestão de desastres, fortalecendo, desta forma, a relação existente entre as academias nacionais e internacionais e as instituições nacionais envolvidas na gestão de desastres, abrindo mais espaço para o fortalecimento da intervenção e participação dos cientistas e da academia com soluções práticas para a redução do risco de desastres e dos impactos das mudanças climáticas no País.

CAPITULO II: Metodologia para a elaboração do Relatório Nacional de HFA 2009-2011

2.1 No âmbito da avaliação do progresso

22. Contrariamente aos relatórios dos períodos de 2005-2007 e 2007-2009, o relatório de progresso para o período de 2009-2011 é mais abrangente e extensivo procurando explorar com profundidade, a integração das questões ambientais, das mudanças climáticas, da protecção social e do género como factores importantes para o progresso e sucesso das acções de redução do risco de desastres ao nível nacional e local, incluindo nas zonas urbanas.

23. Por outro lado, o relatório procura captar, através de evidências, o grau de comprometimento do Governo e dos Parceiros externos com a causa da redução do risco de desastres em toda a sua cadeia.
24. Para o efeito, o presente relatório procura captar o ***nível e progresso na alocação de recursos financeiros*** para a implementação das actividades de redução do risco ao nível nacional e local em ***quatro áreas principais***, nomeadamente, i) desenvolvimento, ii) aviso prévio e estudos; planos de contingência e iv) reconstrução pós-desastres.
25. Para facilitar a monitoria do progresso, indicadores nacionais, e quando necessário, indicadores locais foram estabelecidos para medir o progresso em cada uma das 5 áreas prioritárias da Plataforma de Acção de Hyogo.

2.2 Critérios de avaliação do progresso por indicador

24. Com base na experiência dos relatórios nacionais de progresso elaborados nos anos anteriores (2007 e 2009), o presente relatório procurou reduzir no máximo o grau de subjectividade que vinha marcando os exercícios anteriores. Para o efeito, o relatório de 2011 faz a ***combinação entre dois parâmetros*** para justificar a avaliação de progresso (pontuação) atribuída a cada um dos 22 indicadores. Trata-se do cruzamento entre a i) resposta às perguntas fechadas ***“SIM”*** ou ***“NÃO”*** e ii) os meios de verificação (documentos e dados estatísticos), de modo a atribuir-se uma pontuação justa em função das evidências apresentadas.
25. Assim, a pontuação atribuída a cada indicador reflecte a ***conjugação ponderada*** da resposta à pergunta fechada ***“SIM”*** ou ***“Não”*** e as evidências documentais ou estatísticas acompanhantes.
26. Para cada indicador, a ***avaliação de progresso varia de 1 a 5***, sendo i) 1 para nenhum progresso e ii) 5 para progresso abrangente e consolidado, enquanto iii) pontuação de nível 3 a 4 é revelador de empenho do país para o alcance das metas da Plataforma de Acção na área específica.

2.3 Validação do Relatório Nacional de HFA 2009-2011

27. Em conformidade com a recomendação das Nações Unidas para a liderança dos Governos nacionais do processo de elaboração dos relatórios nacionais do progresso, o presente relatório foi elaborado por uma equipa técnica nacional, sob direcção, coordenação e supervisão do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC).

28. O processo de validação técnica do relatório baseou-se na consulta aos diversos actores e grupos de trabalho envolvidos na gestão de desastres no País, nomeadamente, a Direcção Geral do INGC, os Membros do Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC) do INGC, e os membros do Programa Conjunto das Agências das Nações Unidas (UNJP) em Moçambique para a área de Redução do Risco de Desastres (RRD).
29. O processo de validação obedeceu às seguintes etapas:
- i) **Etapa 1.** Elaboração da versão preliminar do relatório nacional de progresso, incluindo a avaliação do progresso por indicador (pontuação). Este trabalho foi feito pela equipa técnica nacional, tendo como base a informação recolhida dos diversos sectores e instituições directamente envolvidos em acções de redução do risco de desastres no país.
 - ii) **Etapa 2:** Apresentação e discussão do relatório preliminar com i) a Direcção Geral do INGC, ii) os membros do Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC) e iii) os membros do Programa Conjunto das Agências das Nações para a área de Redução do Risco de Desastres.
 - iii) **Etapa 3:** Integração dos comentários dos membros do CTGC e do Programa Conjunto das Nações Unidas bem como das principais constatações e recomendações do relatório do *Diálogo entre diferentes actores sobre a implementação da Plataforma de Acção de Hyogo ao nível local*. Adicionalmente, uma nota técnica sobre os critérios i) para a avaliação (pontuação) em cada indicador e ii) a selecção das áreas incluídas na avaliação da afectação de recursos foi preparada e anexada ao relatório preliminar.
 - iv) **Etapa 4.** Atribuição da pontuação definitiva a cada indicador, com base nos critérios enunciados *no ponto 2.2*. Este exercício foi efectuado mediante consenso tripartido, entre i) equipa técnica, ii) o INGC em representação do Governo, e iii) o PNUD, em representação dos Parceiros de Cooperação membros do Programa Conjunto das Nações Unidas.
 - v) **Etapa 5.** Conclusão do Relatório Final

- vi) **Etapa 6.** Submissão do Relatório Final ao Secretariado da Estratégia Internacional para Redução do Risco de Desastres das Nações Unidas (UNISDR) pelo Director Geral Adjunto do INGC, na sua qualidade de Ponto Focal da Plataforma de Acção de Hyogo em Moçambique.

2.4 Fontes de informação

29. Um dos grandes desafios para a elaboração dos relatórios nacionais de progresso é reunir informação oficialmente reconhecida que tenha sido produzida pelos diversos sectores do Governo e que seja válida para o período em avaliação, incluindo legislação relevante atinente à área de redução do risco de desastres.
30. Para o presente relatório, serviram de fontes de informação, dentre outras, as seguintes:
- i) Documentos sobre legislação, políticas, planos e estratégias nacionais de desenvolvimento produzidos pelos diversos sectores;
 - ii) Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social de 2009 e 2010;
 - iii) O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para os anos de 2009, 2010 e 2011.
 - iv) O Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, de Moçambique 2010
 - v) Relatórios, planos e bases de dados sectoriais oficialmente aprovadas ou reconhecidas.

PARTE II. RESULTADOS ESTRATÉGICOS PARA O PERÍODO DE 2007-2009 E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA O PERÍODO DE 2009-2011

CAPITULO III. Resultados Estratégicos para o período de 2007-2009

3.1 ÁREA 1: Integração mais eficaz das questões de redução do risco de desastres nas políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável a todos os níveis, com especial enfoque na prevenção, mitigação, prontidão e redução da vulnerabilidade

RESULTADO: A Redução do Risco de Desastres (RRD), tem sido progressivamente integrada nos planos estratégicos de desenvolvimento e nos planos anuais ao nível nacional, sectorial e local, de acordo com o ciclo de sua elaboração e actualização. Paralelamente, tem havido alocação contínua de recursos financeiros para garantir a implementação das actividades de RRD a todos os níveis.

31. Como assunto transversal, a RRD foi integrada no Programa Quinquenal do Governo (2010-2014), recentemente aprovado pelo Governo e pela Assembleia da República, como uma componente chave para o alcance das metas de redução da pobreza.
32. Por seu turno, a redução da vulnerabilidade emerge como o fio conductor da terceira geração do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (2011-2014), ainda em elaboração (à data da elaboração do relatório na versão Inglesa-Fevereiro/Março), o qual visa assegurar um crescimento económico que seja a favor dos pobres (inclusivo) através da criação da resiliência da agricultura, a maior fonte de emprego, de alimentos e de renda para os pobres.
33. Em conjunto com a agricultura e florestas, ao nível central, mais recursos tem sido alocados para a implementação dos planos estratégicos sectoriais, com atenção especial para os sectores responsáveis pela monitoria das ameaças e pelo aviso prévio, incluindo, segurança alimentar e infraestruturas (estradas e barragens).
34. Ao nível local, os objectivos da RRD estão integrados nos planos estratégicos provinciais (das 10 províncias) e distritais (128 distritos), com enfoque, nomeadamente, na redução da vulnerabilidade em relação às ameaças localmente mais recorrentes.
35. Este exercício é extensivo aos municípios. A título de exemplo, o município de Maputo, a cidade capital moçambicana, possui um plano de contingência para resposta aos desastres durante o período chuvoso, e na cidade da Beira, a segunda maior cidade moçambicana, com apoio do Governo, o município local está a investir activamente na mitigação da erosão costeira.
36. Em termos globais, entre 2008-2011, houve redução substancial do número de pessoas afectadas e perdas de vidas humanas causadas por desastres, particularmente

cheias e ciclones, na ordem de 96% e 87%, o que mostra que a meta de redução das perdas de vidas humanas está sendo alcançada.

3.2 ÁREA 2: Desenvolvimento e fortalecimento das instituições, mecanismos e capacidades a todos os níveis, em particular ao nível da comunidade, que contribuam para a criação de resiliência às ameaças

RESULTADO: Melhorada a capacidade nacional ao nível central e local, para monitorar e responder às ameaças múltiplas

35. Ao nível central, foi melhorada a capacidade institucional para i) o monitoramento dos incêndios florestais em tempo real, ii) a modelação de cheias, iii) o monitoramento precipitação via radar e ciclones via radar iv) o monitoramento da insegurança alimentar e v) a detecção da actividade sísmica.
36. Ao nível local, mais Comités Locais de Gestão de Risco de Desastres foram criados em todos os distritos em maior risco de cheias e ciclones e reforçada a capacidade das comunidades locais através de exercícios regulares de capacitação e treinamento, incluindo simulações.
37. Em 2009, através do Decreto Lei 3/2009, de 24 de Abril, foi criado o Serviço Nacional de Salvação Pública, com o objectivo de aumentar a capacidade nacional de resposta às emergências através da provisão atempada de serviços de busca e salvamento às pessoas e bens, em caso de ocorrência de incêndios e outras ameaças. Este serviço está em expansão progressiva para as províncias e distritos, e espera-se que venha a incentivar a criação de brigadas de bombeiros ao nível dos municípios, bem como a surgimento, nesta área, de empresas privadas, de Voluntários e Associações de voluntários.
38. Foram reforçados os mecanismos de coordenação entre os actores provinciais e distritais com a institucionalização, em instalações próprias, de Centros Operativos de Emergência provinciais (COE's) em 4 províncias das 10 que compõem o País, e de Comités Distritais de Gestão do Risco em todos os 128 distritos que compõem o território nacional.
39. Foi criada a capacidade de resiliência às secas em alguns distritos áridos da região Sul, estando em curso a replicação e expansão a outros distritos áridos das regiões Centro e Norte de Moçambique, as experiências bem sucedidas dos Centros de Recurso e Usos Múltiplos (CERUM's), no treinamento das populações locais sobre técnicas da agricultura de conservação, colecta de água de chuva, irrigação e agro-processamento de pequena escala.

3.3 ÁREA 3: Incorporação sistemática das abordagens de redução do risco no desenho e implementação de programas de prontidão, resposta e recuperação durante a reconstrução das comunidades afectadas

RESULTADO: Melhorada a segurança dos assentamentos humanos em risco de cheias

40. Em curso programas de reassentamento das 55.000 famílias afectadas pelas cheias de 2007 e 2008 nas bacias dos rios Zambeze e Save. Financiamento específico através do Orçamento do Estado tem sido anualmente alocado de modo a garantir sustentabilidade deste programa. À luz deste programa, foram concluídas seis mil casas, o correspondente a 24% das 25.000 casas planificadas para serem construídas nos bairros de reassentamento nestas duas bacias hidrográficas.
41. Reforçado o quadro de políticas e estratégias nacionais mediante a ligação entre as mudanças climáticas e a redução do risco de desastres. Neste sentido, a vulnerabilidade do país aos desastres, particularmente, aqueles associados às ameaças meteorológicas, e os agravantes impactos das mudanças climáticas, especialmente sobre o sector da agricultura, são actualmente, consideradas um dos grandes desafios nacionais a serem enfrentados de modo a salvaguardar-se o alcance do crescimento económico inclusivo e a rápida redução da pobreza.
42. Identificados como prioridade nacional, i) a combinação de medidas estruturais e não-estruturais para protecção e mitigação às cheias, ii) a focalização sobre a mitigação da seca, iii) a expansão da protecção social para os grupos vulneráveis e iv) a criação do Fundo para Redução do Risco de Desastres para a mobilização de financiamento adequado para as actividades de redução da vulnerabilidade, incluindo prontidão e resposta às emergências, bem como de programas de recuperação social e económica a longo prazo.

CAPITULO IV. Objectivos Estratégicos para o período de 2009-2011

4.1 ÁREA 1: Integração mais eficaz das questões de redução do risco de desastres nas políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável a todos os níveis, com especial enfoque na prevenção, mitigação, prontidão e redução da vulnerabilidade

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2009-2011: Plenamente consolidada a integração da redução do risco de desastres nos processos de planificação e orçamentação nos ministérios chaves, distritos e municípios.

43. De acordo com o Programa Quinquenal do Governo (2010-2014), dois resultados são esperados nesta componente:

- a. Evitar a perda de vida e de propriedade devido aos desastres e a redução da vulnerabilidade à fome e da escassez de água nas zonas áridas com precipitação anual inferior a 500mm
- b. Melhorar a difusão de informação sobre prevenção e mitigação de desastres com foco nas comunidades locais e maior atenção para a integração plena da RRD nos planos dos ministérios chaves, distritos e municípios seleccionados.

44. Dois programas foram definidos no âmbito da prevenção e mitigação de desastres:

- i) **Gestão de cheias, ciclones e sismos:** é objectivo deste programa, alcançar a integração plena, esperando mais investimentos no Ministério das Obras Públicas e Habitação (gestão de águas), no Instituto Nacional de Meteorologia (previsão do tempo e monitoria de ciclones), no Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (análise de vulnerabilidade e segurança alimentar). Este programa visa um aumento contínuo da capacidade nacional para a monitoria e detecção de ameaças e disseminação da informação para as comunidades em risco.
- ii) **Gestão da seca:** este programa focalizará a sua atenção sobre os investimentos necessários para a provisão e armazenamento da água nos distritos áridos, na disseminação de tecnologias agrícolas adaptadas para as zonas áridas, a definição das estratégias mais apropriadas para a adaptação às mudanças climáticas nas zonas áridas e a promoção de pequenas iniciativas locais de investimento para a geração de emprego e da renda. Assim, maior integração das metas nacionais de RDD é requerida aos Ministérios da Agricultura (MINAG), Obras Públicas e Habitação (MOPH), Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e Planificação e Desenvolvimento (MPD).

45. Uma matriz simplificada foi concebida pelo INGC para orientar os sectores na integração das actividades chaves de RRD nos respectivos planos estratégicos e anuais e nos orçamentos.

4.2 ÁREA 2: Desenvolvimento e fortalecimento das instituições, mecanismos e capacidades a todos os níveis, em particular ao nível da comunidade, que contribuam para a criação de resiliência às ameaças

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2009-2011: Melhorada a coordenação entre os diversos actores engajados em acções de redução do risco de desastres no País

46. Será mantida a coordenação e diálogo permanentes entre os diversos actores através do Conselho Técnico de Gestão de Desastres (CTGC) e do Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) e dos fóruns de coordenação da RRD ao nível local;
47. Serão realizadas sessões de capacitação a todos os membros do CTGC e da plataforma das Organizações da Sociedade Civil (G20) a todos os níveis, de modo a assegurar a criação da capacidade nacional e local para monitorar e avaliar o progresso na implementação dos objectivos da RRD;
48. Serão mapeados todos os actores envolvidos na RRD em todo o país seguindo a abordagem dos 3W's: "*Quem*", "*O quê*" e "*Onde*", que juntamente com a partilha de informação constituem prioridade essencial para garantir que todas as preocupações na área de RRD são adequadamente respondidas durante o processo de planificação; sinergias são criadas e a duplicação e gastos desnecessários dos poucos recursos disponíveis são evitados;
49. Será concluído o estabelecimento em instalações próprias, dos Centros Operativos de Emergência (COE's) provinciais e capacitados os Comités Distritais de Gestão do Risco de modo a garantir que os mecanismos de coordenação da RRD funcionam a todos os níveis;
50. Será fortalecido, através de concontros consultivos regulares, o diálogo entre o INGC e a plataforma das Organizações da Sociedade Civil (G20) e os municípios, particularmente nas cidades que enfrentam problemas ambientais de vária índole, tais como Maputo e Beira, e naquelas cidades em alto risco de cheias ou de ameaça de ciclones.

4.3 Área 3: Incorporação sistemática das abordagens de redução do risco no desenho e implementação de programas de prontidão, resposta e recuperação durante a reconstrução das comunidades afectadas

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2009-2011: Garantir reassentamento pós-desastres seguro e rápido

51. Construir mais rápido e melhor é essencial para reduzir as vulnerabilidades do passado e criar resiliência às futuras ameaças de eventos extremos, especialmente, de cheias e ciclones.
52. Entretanto, apesar desta urgência, atenção será prestada para a implementação de programas de recuperação social, económica e ambiental sustentáveis que transformem a reconstrução pós-desastres em oportunidade para a melhoria dos padrões de vida das comunidades afectadas.
53. Neste sentido, para serem bem sucedidos, todos os programas de reconstrução pós-desastres, irão, sistematicamente contribuir para a redução do risco de desastres e da vulnerabilidade das comunidades afectadas mediante:
- i) Realização do mapeamento de ameaças múltiplas antes do início do reassentamento;
 - ii) Promoção de iniciativas de diversificação dos modos de vida;
 - iii) Melhoramento das condições de habitação e do planeamento do uso da terra;
 - iv) Facilitação da provisão dos serviços básicos tais como educação, saúde e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento;
 - v) Expansão da provisão dos programas de protecção social que beneficiem as populações mais vulneráveis, especialmente, mulheres chefes de agregado familiar, crianças órfãs, idosos e pessoas portadoras de deficiência.
53. Neste termos, a criação do Fundo para a Redução do Risco de Desastres que concentre os recursos financeiros para as actividades de RRD em todas as suas fases, surge como um novo desafio para o País. A materialização deste objectivo permitirá ao País, dentre outras intervenções, financiar a reconstrução pós-desastres das comunidades afectadas sem demora devidos a falta de recursos.

PARTE III. AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PLAFATORMA DE ACÇÃO DO HYOGO EM MOÇAMBIQUE, 2009-2011

Quadro 1. Resumo da avaliação global do progresso por Indicador chave

Prioridades e Indicadores	Nível de progresso					Limitação
	1	2	3	4	5	
Prioridade 1. Assegurar que a redução do risco de desastres é uma prioridade nacional e local com forte base institucional para sua implementação						
Indicador 1. Existe um quadro legal e de política com responsabilidades e capacidades descentralizadas a todos os níveis				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Indicador 2. Há alocação de recursos adequados para a implementação das actividades e planos de redução do risco de desastres em todos os níveis administrativos				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Indicador 3. Garantida participação comunitária e descentralização através da delegação de competências e recursos para os níveis locais				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Indicador 4. Em funcionamento, uma plataforma nacional multisectorial para a redução do risco de desastres				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Prioridade 2. Identificar, avaliar, e monitorar os riscos de desastres e melhorar o aviso prévio						
Indicador 1. Existem avaliações de risco a nível nacional e local e nos sectores chaves elaborados com base em dados sobre ameaças e informação sobre vulnerabilidade			Compromisso Institucional			Avaliações ainda não abrangentes
Indicador 2. Existem sistemas para monitorar, arquivar e disseminar dados sobre as ameaças e vulnerabilidades chaves			Compromisso Institucional			Sistemas ainda não abrangentes e funcionais
Indicador 3. Existem sistemas de aviso prévio para todas as grandes ameaças com abrangência até as comunidades locais				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Indicador 4. As avaliações nacionais e locais de risco integram os riscos regionais e transfronteiriços, tendo em vista a cooperação regional sobre a redução do risco			Compromisso Institucional			Avaliações ainda não abrangentes
Prioridade 3. Usar o conhecimento, inovação e educação para criar a cultura de segurança e resiliência a todos os níveis						
Indicador 1. Disponível e acessível a todos os níveis para todos os actores, informação relevante sobre desastres			Compromisso Institucional			Informação ainda não integrada e centralizada
Indicador 2. Conceitos e práticas sobre redução do risco de desastres e recuperação estão integrados nos currículos de ensino, nos materiais educacionais e de capacitação relevantes		Alguns progressos				Falta de política e compromisso institucional
Indicador 3. Desenvolvidos e fortalecidos os métodos e as ferramentas de avaliação de riscos múltiplos e de análise de custos e benefícios		Alguns progressos				Falta de política e compromisso institucional
Indicador 4. Existe uma estratégia de consciencialização pública nacional, com abrangência para as zonas urbanas e as comunidades rurais, visando estimular a cultura de resiliência aos desastres				Progresso significativo		Falta de estratégia de comunicação
Prioridade 4. Reduzir os factores subjacentes de risco						
Indicador 1. A redução do risco de desastres é parte integrante dos objectivos dos planos e das políticas ambientais, incluindo o uso da terra, a gestão dos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Indicador 2. Em curso implementação de planos e políticas de desenvolvimento com vista a reduzir a vulnerabilidade das populações em maior risco			Compromisso Institucional			Falta do seguro e limitados serviços micro-financeiros
Indicador 3. Em curso a implementação de políticas e planos nos sectores económicos e produtivos visando a redução da vulnerabilidade das actividades económicas		Alguns progressos				Falta de política e compromisso institucional
Indicador 4. O planeamento e gestão dos assentamentos humanos incorpora elementos da redução do risco, incluindo a aplicação de normas de construção			Compromisso Institucional			Ausência de normas de construção
Indicador 5. Medidas de redução do risco de desastres estão integradas nos processos de recuperação e reconstrução pós-desastres				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Indicador 6. Existem mecanismos para avaliar os impactos do risco de desastres sobre os grandes projectos de desenvolvimento, e em especial, as infraestruturas				Progresso significativo		Recursos financeiros e capacidade técnica
Prioridade 5. Fortalecer a prontidão para uma resposta eficaz aos desastres a todos os níveis						
Indicador 1. Existem mecanismos e capacidades política, técnica e institucional fortes para a gestão do risco de desastres, orientados para uma perspectiva de redução do risco de desastres		Alguns progressos				Falta de política e compromisso institucional
Indicador 2. Existem, a todos os níveis, planos de contingência e de prontidão contra desastres, e exercícios de simulação são realizados para testar e desenvolver programas de resposta aos desastres				Progresso abrangente e comprometido sustentado		Recursos financeiros e capacidade técnica
Indicador 3. Existem reservas financeiras e mecanismos de contingência para apoiar resposta e recuperação eficazes, sempre que for necessário			Compromisso Institucional			Ausência do seguro contra desastres
Indicador 4. Existem procedimentos estabelecidos para a troca de informação durante a ocorrência de ameaças e desastres, e para a realização de balanços pós-eventos.		Alguns progressos				Ausência de cultura de avaliação de perdas
Avaliação Global dos Indicadores do HFA	0	5	7	9	1	

ASSEGURAR QUE A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES É UMA PRIORIDADE NACIONAL E LOCAL COM FORTE BASE INSTITUCIONAL PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

Quadro 2. Avaliação global da Prioridade de Acção 1

Em termos globais, esta é a prioridade onde Moçambique registou um *progresso significativo* consistente e equitativo em todos os 4 indicadores. Por outro lado, tendo em conta que esta prioridade vincula a RRD ao nível de políticas, estratégias e planos de desenvolvimento nacional, sectorial e local, pode-se afirmar que com este nível de progresso o País demonstrou que está politicamente comprometido em fortalecer e consolidar a integração dos objectivos centrais da RRD na agenda nacional de desenvolvimento, como condição necessária para que acções e medidas concretas sejam implementadas por todos os actores nacionais e internacionais, à escala nacional e local. Assim, para atingir o nível de progresso mais elevado - *abrangente e comprometimento sustentado*, o País deverá continuar a melhorar a capacidade técnica para a materialização dos objectivos das políticas e planos estratégicos nacionais de RRD em estratégias e planos operacionais dotados de indicadores e metas nacionais, sectoriais e locais, acompanhados da estimação dos custos e da priorização territorializada das intervenções a serem realizadas a curto e a médio prazos.

5.1 Indicador chave 1: Existe um quadro legal e de políticas com responsabilidades e capacidades descentralizadas a todos os níveis

Acções realizadas

54. Moçambique registou progresso significativo na consolidação da integração da RRD e das mudanças climáticas como uma prioridade nacional e vector central para a redução da pobreza e para a promoção do crescimento económico sustentado. Este progresso é visível tanto ao nível dos planos de desenvolvimento formulados pelo Governo, quanto nos instrumentos de apoio dos parceiros internacionais, especialmente, do Sistema das Nações Unidas e dos Parceiros de Apoio Programático (PAP's).
55. Assim, como corolário da continuação da visão plasmada no passado Programa Quinquenal do Governo (2005-2009) e no respectivo plano operacional, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2006-2009):
 - i) O Programa Quinquenal do Governo (2010-2014) recentemente aprovado, e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) em elaboração, colocam a redução da vulnerabilidade como uma prioridade nacional chave e um desafio premente para a rápida redução da pobreza e alcance dum crescimento económico sustentado e inclusivo;

- ii) A RRD e as mudanças climáticas surgem como uma das áreas de intervenção do Sistema das Nações Unidas em Moçambique no quadro da extensão do UNDAF para o período 2010-2011, tendo como foco, o reforço do quadro institucional e legal, da capacidade das instituições governamentais ao nível central e local, das comunidades locais e das organizações da Sociedade Civil sobre a redução da vulnerabilidade e dos riscos de desastres e das mudanças climáticas;
- iii) A RRD e as mudanças climáticas são, igualmente, o centro da agenda dos Parceiros do Apoio Programático (PAP's) nas componentes de apoio técnico e financeiro a Moçambique;
- iv) Está em curso a elaboração da Lei sobre gestão de desastres;
- v) As actividades de RRD estão integradas em todos os ministérios chaves, nos planos estratégicos provinciais (10 províncias) e nos planos estratégicos distritais (128) e respectivos planos anuais;
- vi) Está em curso a disseminação a todos os níveis, de uma matriz para guiar a integração da RRD nos planos sectoriais e locais;
- vii) Foi submetida para a decisão do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC), a proposta para a criação do Fundo para a Redução do Risco de Desastres

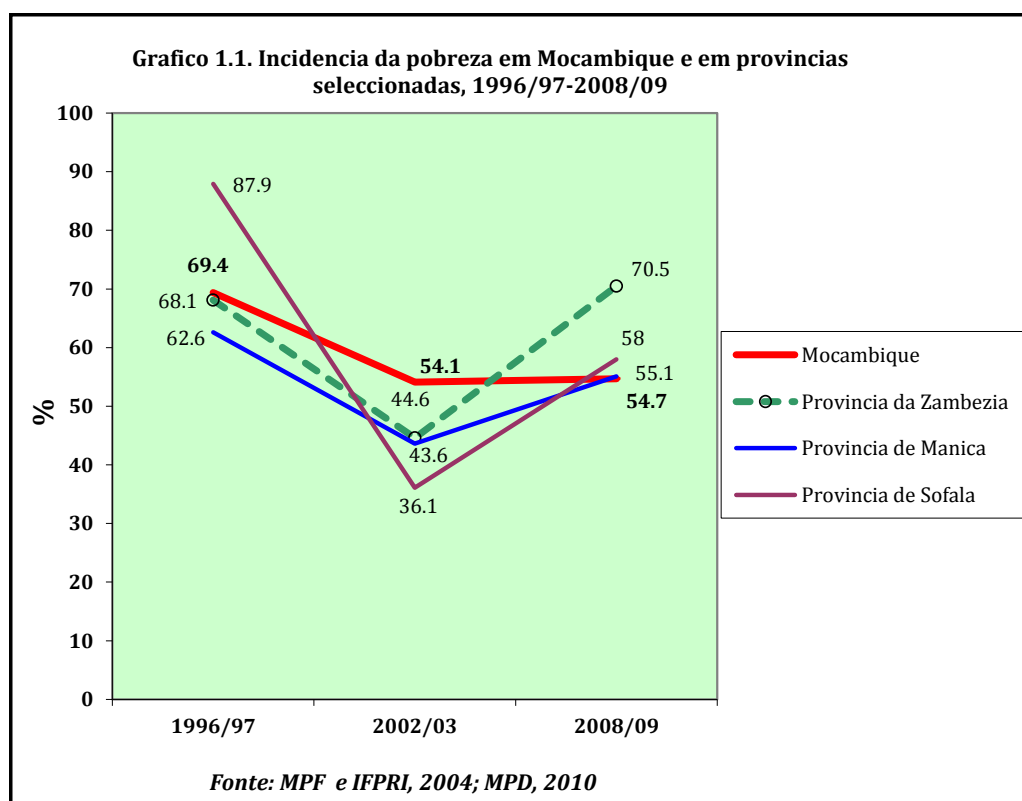
Contexto e constrangimentos

56. Apesar deste progresso, o País, incluindo os sectores económicos, permanecem vulneráveis aos desastres naturais:

- i) O estudo recente realizado em 2009 pelo INGC sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a redução do risco de desastres indica que:
 - a. As temperaturas aumentaram entre 1.2°C e 1.6°C, e os padrões da precipitação e a frequência e intensidade dos desastres alteraram ao longo dos últimos 45 anos (1960-2005). Espera-se que a temperatura aumente em 2.5 a 3°C por volta de 2040-2060 e acima de 5 a 6°C por volta de 2081-2100.
 - b. Espera-se uma variabilidade pronunciada da precipitação, o aumento na frequência das cheias e ciclones na Região Centro e aumento do nível médio das águas do mar afectando as maiores cidades costeiras, nomeadamente, Maputo, Beira e Xai-Xai, facto que exige a tomada de medidas urgentes de adaptação para enfrentar estes impactos negativos futuros.
- ii) O estudo recente do Banco Mundial *et al.* (2010) sobre os Custos Económicos da Adaptação às Mudanças Climáticas em Moçambique, mostra que sem investimentos na adaptação, por volta de 2040-2050, Moçambique irá registar perdas económicas significativas, na ordem de 0.8 a 1.6% do PIB, devido

sobretudo, ao declínio das rendimentos nos sectores da agricultura, energia e infraestruturas.

- iii) Os resultados da Terceira Avaliação Nacional da Pobreza (2008/09), publicados em Setembro de 2010 pelo Instituto Nacional de Estatística mostram que as secas de 2008 contribuíram significativamente para o aumento da incidência da pobreza nacional de 54.1% em 2002/03 para 54.7%, e nas províncias de Maputo, Sofala e Tete (vide **Gráfico 1.1**)

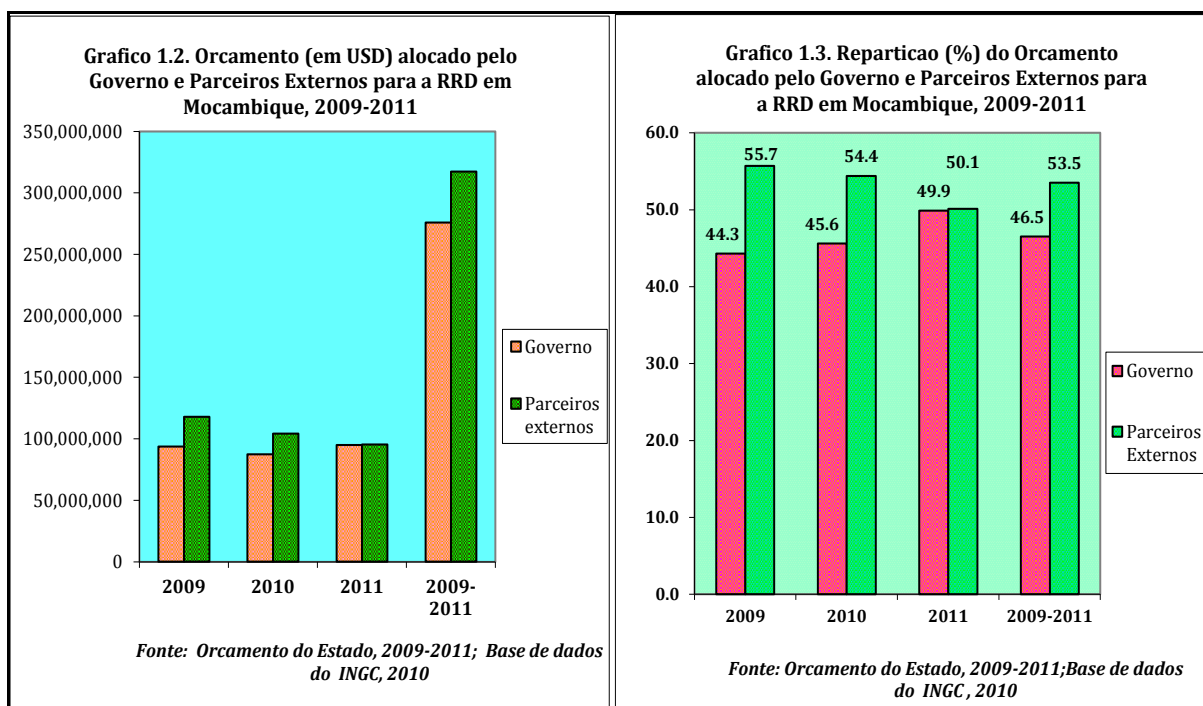


- iv) Embora Moçambique possua um abrangente Plano Director de Prevenção e Mitigação às Calamidades Naturais (2006-2015), ainda há falta de um quadro legal que obrigue os sectores e os governos locais a alocar recursos adequados que contribuam para o alcance das metas nacionais de RRD;
- v) Os objectivos e metas sectoriais de RRD ainda não estão definidos. Consequentemente, os sectores e os governos locais continuam a implementar as actividades de RRD de acordo com a disponibilidade de recursos humanos e financeiros, os quais ainda se mostram exíguos em todas as instituições do Estado a todos os níveis.

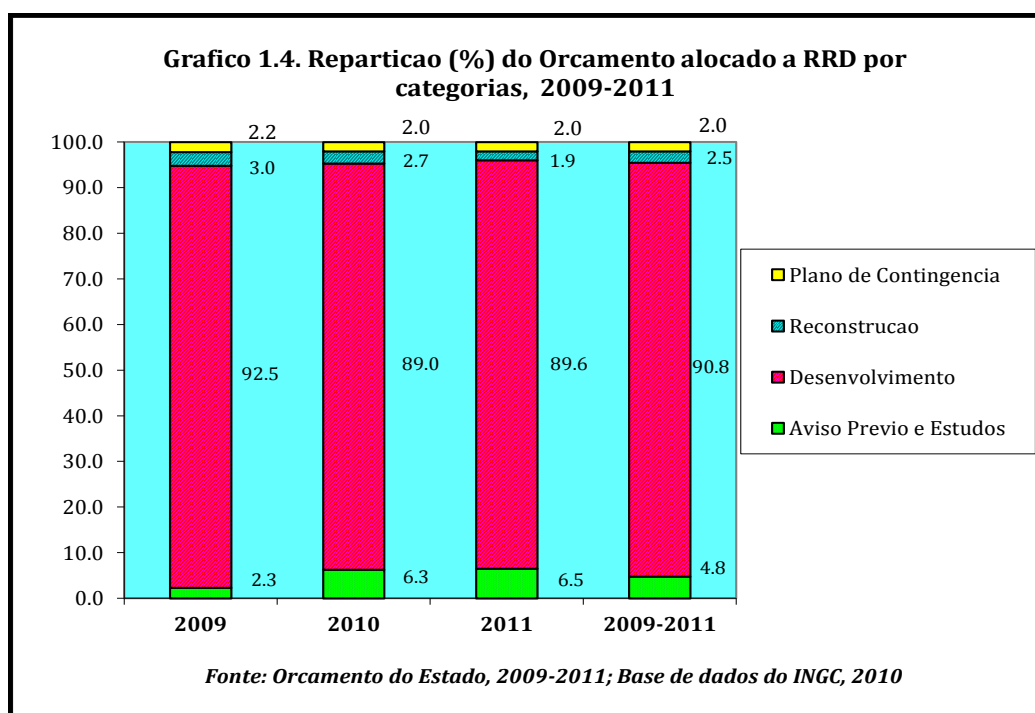
5.2 Indicador chave 2: Há alocação de recursos adequados para a implementação das actividades e planos de redução do risco de desastres em todos os níveis administrativos

Acções realizadas

57. Moçambique não possui nenhuma especificação legal para a alocação de tectos orçamentais para qualquer sector ou actividade. Nestes termos, em cada ano, as alocações orçamentais para os sectores são realizadas de acordo com as projecções do envelope de recursos feitas no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), que inclui os recursos financeiros alocados ao Orçamento do Estado pelos Parceiros do Apoio Programático. Nesta perspetiva, o orçamento anual dum sector pode variar na sequência do término de um programa que estava em implementação, ou no caso de emergência de novas prioridades ou preocupações nacionais, sendo especial atenção, as crises diversas.
58. No entanto, apesar destas observações, os dados disponíveis sobre a alocação orçamental mostram que há um forte compromisso nacional e internacional em investir na redução do risco de desastres e dos impactos das mudanças climáticas em Moçambique.
59. Mesmo com as dificuldades encontradas para rastrear as dotações orçamentais sectoriais para a RRD no período anterior a 2009, os dados apresentados nos **Gráficos 1.2 e 1.3** mostram que:
- i) Cerca de 592,5 milhões de dólares americanos, o correspondente a 5.2% do Orçamento do Estado, foram alocados para acções de RRD entre 2009 e 2011;
 - ii) Os Parceiros externos investiram mais recursos (317,19 milhões de dólares americanos) que o Governo (275,75 milhões de dólares americanos), ou seja, cerca de 53,49% dos recursos totais alocados à RRD durante o período de 2009-2011



59. Por categorias, os dados apresentados na **Figura 1.4** e na **Tabela 1.1**, mostram que:
- De forma crescente, ao longo dos últimos três anos, mais recursos foram alocados no fortalecimento das actividades ligadas ao aviso prévio, monitoria e estudos, os quais aumentaram de 2.32%, em 2009, para 6.48%, em 2011, dos recursos totais dedicados às acções de RRD



- ii) Mais de 90% dos recursos totais destinados à RRD foram alocados às actividades de desenvolvimento (construção ou manutenção de barragens, represas, sistemas de regadio e agricultura de conservação) e 2% para a reconstrução pós-calamidades no Vale do Zambeze e no Rio Save.

Tabela 1.1. Orçamento (em USD) alocado a RRD por categorias, 2009-2011

Categorias	2009	2010	2011	2009-2011
Aviso Previo e Estudos	4,828,994.37	11,407,573.87	11,949,929.59	28,186,497.83
Desenvolvimento	192,515,335.08	161,935,847.40	165,116,798.70	538,103,522.91
Reconstrucao	6,283,714.82	4,897,959.18	3,587,352.36	14,769,026.36
Plano de Contingencia	4,502,814.26	3,655,193.42	3,722,084.37	11,880,092.05
Total	211,531,148.52	191,359,944.51	190,048,046.12	592,939,139.14

Fonte: Orçamento do Estado, 2009-2011; Base de dados do INGC, 2010

Contexto e constrangimentos:

60. Ainda são visíveis as restrições orçamentais para a área da RRD, e estas continuarão no futuro, visto que fortes investimentos de longo prazo no pilar económico e nos sectores sociais são necessários para acelerar o crescimento económico e reduzir os ainda prevacentes elevados índices de pobreza e de vulnerabilidade;
61. Moçambique ainda continua sendo um dos países mais pobres do Mundo e altamente dependente do apoio financeiro externo para suportar, anualmente, cerca de 49-52% do Orçamento do Estado. Este facto se coloca por si como um grande constrangimento para a fixação de um tecto específico de recursos do Estado para às acções de RRD;
62. A estimação de custos das actividades de RRD ainda não foi realizada no País. Deste modo, há dificuldades para estimar a quantidade de recursos necessários para a RRD bem como os recursos financeiros adicionais necessários para integrar os impactos das mudanças climáticas sobre os esforços da redução do risco de desastres.

5.3 Indicador 3. Garantida participação comunitária e descentralização através da delegação de competências e recursos para os níveis locais

Acções realizadas

63. Moçambique caminha para a consolidação da descentralização e da participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão, através da implementação da Lei dos Órgãos Locais do Estado, a Lei 8/2003, de 18 de Maio. Esta lei determina não só que os distritos são a unidade básica para a planificação e orçamentação, como também empodera os governos locais a liderar todo o processo de desenvolvimento local, incluindo as actividades de RRD e estabelece o direito das comunidades locais de participar no processo de tomada de decisão através dos mecanismos consultivos.

64. Como resultado da implementação desta Lei foram:

- i) Criados e estão em funcionamento, os Conselhos Consultivos Locais ao nível do distrito, dos postos administrativos e das localidades;
- ii) Integradas as actividades de RRD nos planos e prioridades dos Governos locais, os quais são implementados mediante deliberação dos Conselhos Consultivos Locais, e relatórios periódicos de progresso são apresentados aos membros destes conselhos para apreciação e recomendação.

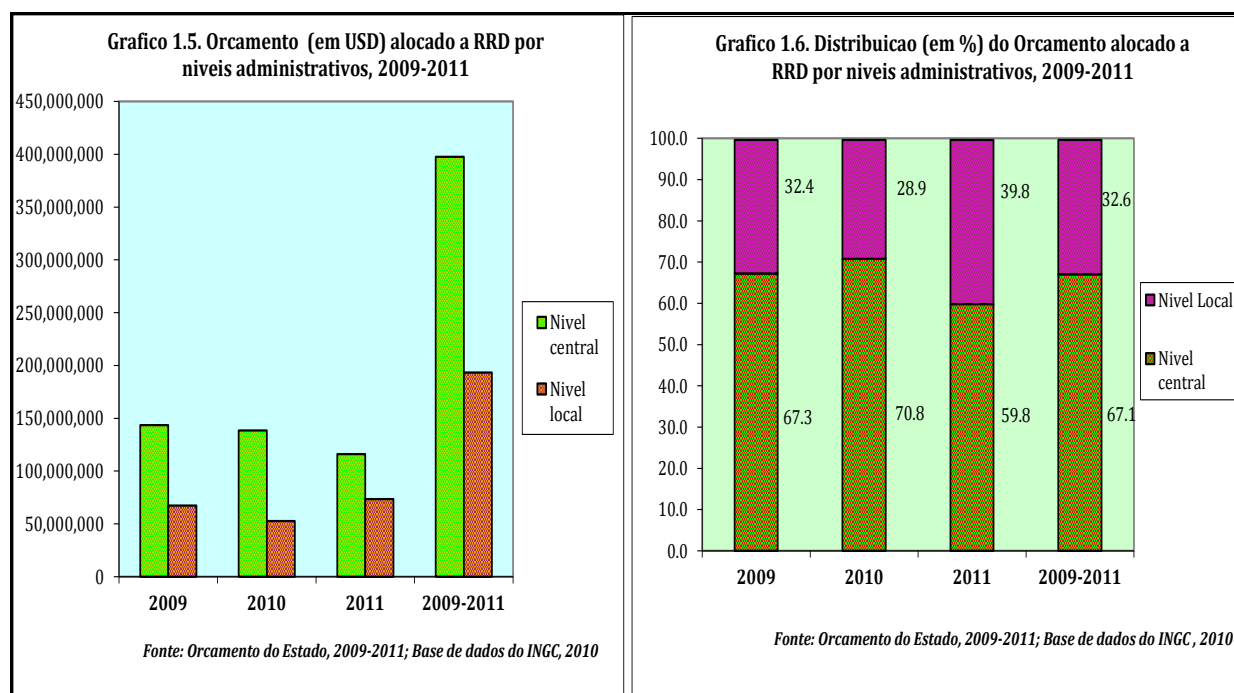
65. Adicionalmente, uma nova lei- a Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial foi aprovada em 2007. Esta lei delega competências aos governos locais para, com base em amplos processos consultivos, preparar e implementar planos de uso de terra, como parte integrante dos planos estratégicos de desenvolvimento local.

66. Deste modo, embora não existam tectos orçamentais fixados por lei:

- i) Todos os governos locais alocam recursos do Orçamento do Estado para as actividades de RRD, em conjunto com as outras prioridades acordadas com as comunidades locais;
- ii) Recursos adicionais têm sido descentralizados para as províncias, distritos e municípios para apoiar a implementação de projectos de desenvolvimento local, incluindo as actividades de RRD.

67. Os dados do **Gráfico 1.5** mostram que nos últimos três anos (2009-2011), cerca de 193,3 milhões de dólares do Orçamento do Estado foram alocados para a implementação das actividades de RRD pelos Governos locais (província e distritos).

68. Em média, 32,6% do total dos recursos alocados para a RRD foram destinados aos níveis locais (Província e distritos), conforme mostra o **Gráfico 1.6**.



Contexto e Constrangimentos

69. O processo de descentralização em curso em Moçambique, incluindo o próprio processo participativo na tomada de decisão, é parcialmente limitado pela escassez de recursos financeiros, mas fortemente afectado pela falta de capacidade técnica local para absorver, com eficácia, os recursos descentralizados para os distritos.
70. Na **componente de recursos financeiros**, vale a pena notar que:
- i) Desde 2006, para além do orçamento alocado aos distritos para despesas correntes e de investimento, acima de 300 mil dólares são anualmente atribuídos a cada um dos 128 distritos para financiar iniciativas locais de produção de alimentos e de geração de emprego. Os projectos só são financiados pelos Governos locais após aprovação pelos Conselhos Consultivos Locais.
 - ii) Desde 2009, o Ministério das Obras Públicas e Habitação tem estado a descentralizar recursos para as províncias e distritos especificamente para a manutenção das estradas locais.
70. Na **componente técnica**, algumas iniciativas foram lançadas com vista a melhorar a capacidade técnica local, designadamente:
- i) A descentralização das competências aos governos locais para a contratação de mão de obra qualificada, especialmente, técnicos superiores;
 - ii) O apoio do Governo, a cada ano, aos estudantes finalistas universitários para estagiar nos distritos, no âmbito da iniciativa “**Férias desenvolvendo o distrito**”, como uma forma de atrair quadros para os distritos;
 - iii) A alocação de mais recursos humanos para os distritos com vista a fortalecer a capacidade de planificação dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas;
 - iv) A capacitação, pelo Ministério da Administração Estatal, dos membros dos governos e dos Conselhos Consultivos locais;
71. Todavia, são necessários mais recursos humanos e sessões de capacitação no trabalho para os funcionários do Estado de modo a criar-se capacidade técnica satisfatória que garanta a implementação plena das actividades de RRD e dos assuntos ambientais ao nível local.

5.4 Indicador chave 4: Em funcionamento, uma plataforma nacional multisectorial para a redução do risco de desastres

Acções realizadas

72. As actividades da RRD são coordenadas através de duas plataformas multisectoriais bem estabelecidas - o Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC), para a coordenação de todas as actividades de RRD e o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE), órgão dedicado exclusivamente à coordenação da prontidão e resposta à emergência e à monitoria das ameaças. Ambas plataformas são dirigidas pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, a instituição com mandato legal sobre a RRD em Moçambique.

73. Por outro lado,

- i) Todos os ministérios chaves, designadamente, os sectores económicos, sociais e de desenvolvimento, incluindo as instituições técnicas tuteladas estão representadas nas duas plataformas;
- ii) Ao todo, 17 dos 23 ministérios chaves, estão representados no CENOE e no CTGC;
- iii) À excepção das universidades (UEM e UDM), as organizações nacionais da Sociedade Civil (acima de 400 organizações congregadas no G20), incluindo organizações de mulheres participam no CTGC e no CENOE, como uma plataforma. Estas organizações são representadas pelos respectivos pontos focais.

73. Ao nível do Governo, as questões do género e da protecção dos grupos vulneráveis são coordenados pelo Ministério da Mulher, o qual trabalha em colaboração com o Sistema das Nações Unidas em Moçambique através da UN-Mulher.

74. Conforme mostrado na **Figura 1**, durante os períodos de emergência, as acções de resposta são coordenadas pelo CENOE, sob liderança do Governo, e realizadas em parceria com o Sistema das Nações Unidas e das organizações da Sociedade Civil que afluem ao CENOE durante a fase de prontidão, e imediatamente a seguir à declaração de emergência pelo Conselho de Ministros.

Contexto e constrangimentos

75. A participação das organizações da Sociedade Civil nas actividades de RRD, em particular, das organizações femininas, é determinada pelas suas dinâmicas internas e sua própria estrutura, bem como da sua representatividade nos fóruns de diálogo com o Governo.

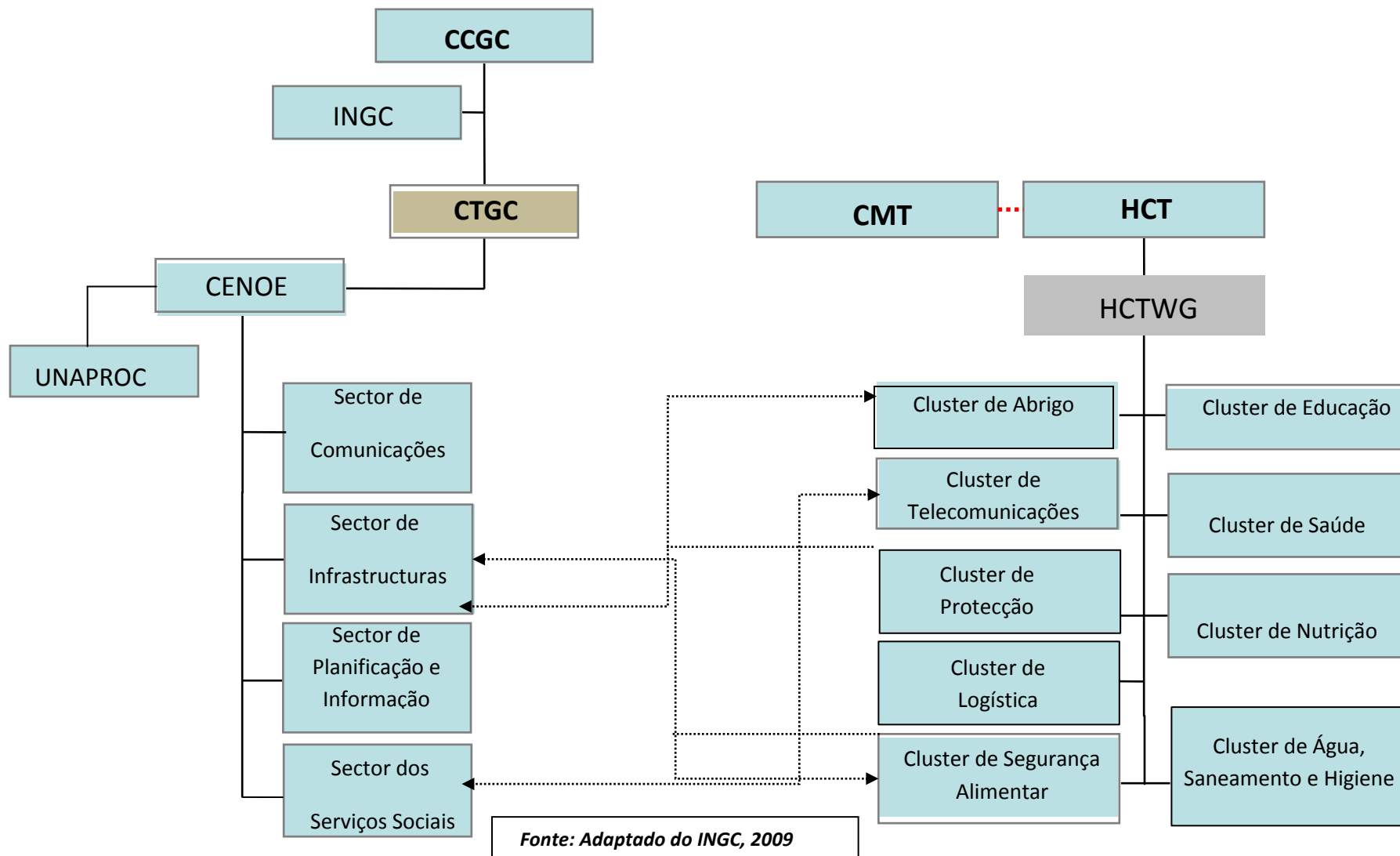
76. Formalmente, o G20, uma plataforma nacional constituída por mais de 400 organizações nacionais é o interlocutor oficial e representativo das organizações da Sociedade Civil em todas as plataformas de diálogo com o Governo, em todos os níveis territoriais.

77. Contudo, nota-se que:

- i) A participação do G20 tem sido mais visível ao nível dos assuntos económicos e sociais, incluindo género e ambiente, mas ainda é limitada nas discussões sobre a RRD;
- ii) As organizações da Sociedade Civil têm tido maior visibilidade durante os períodos de emergência onde, sob financiamento de organizações humanitárias internacionais, aquelas surgem a implementar actividades de alívio, funcionando, deste modo, como parte activa da Equipa Humanitária Nacional (HCT).

76. Deste modo, há necessidade do fortalecimento do diálogo entre o Governo e as organizações da Sociedade Civil de modo a trazer a RRD para a agenda destas organizações. É igualmente necessária a capacitação do G20 para permitir uma participação mais forte e visível da Sociedade Civil no desenho e na monitoria da implementação de políticas, planos e estratégias de RRD em todo o país.

Figure 1.1 Mecanismos de coordenação da resposta aos desastres e da RRD, entre as instituições do Governo e outros actores



Fonte: Adaptado do INGC, 2009

CAPÍTULO VI. PRIORIDADE DE ACÇÃO 2

IDENTIFICAR, AVALIAR E MONITORAR OS RISCOS DE DESASTRES E MELHORAR O AVISO PRÉVIO

Quadro 3. Avaliação global da Prioridade de Acção 2

Esta prioridade tem a particularidade de mostrar a vontade do País em fazer as coisas acontecerem, sendo visível o *compromisso institucional* de implementar algumas acções dentro do quadro das condições técnico-financeiras existentes. Na verdade, este cometimento constitui sinal de que se houver mais investimentos visando a melhoria da capacidade humana bem como o provimento de meios técnicos adequados, o País pode dar um salto qualitativo em todos os indicadores desta prioridade de acção. Este facto é demonstrado, por exemplo, pelo *progresso significativo* alcançado na área dos sistemas de aviso prévio para cheias, ciclones, segurança alimentar e detecção de sismos, os quais, têm estado a desempenhar um papel determinante na elevação do nível de prontidão e da preparação nacional e local para a resposta aos desastres. Com base no sistema de aviso prévio, os Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades tem empreendido com sucesso e antecipação, as operações de evacuação das populações locais porque informação precisa e útil tem chegado a tempo a todas as comunidades locais em risco de desastres.

6.1 Indicador chave 1: Existem avaliações de risco a nível nacional e local e nos sectores chaves, elaborados com base em dados sobre ameaças e informação sobre vulnerabilidade

Acções realizadas

77. Dois estudos recentes marcam o interesse actual sobre a avaliação de riscos múltiplos sobre os sectores, particularmente, sobre a economia e os assentamentos humanos. As cheias, ciclones, secas e o aumento do nível médio do mar constituíram o principal foco destes estudos:

- a. O estudo publicado em *2009 pelo INGC*, mostra a probabilidade da variabilidade climática futura, em termos de tempo e magnitude:
 - i) Olhando para os impactos sobre os sectores, o estudo do INGC deixa evidente que o excesso ou défice de chuvas terá impactos negativos significativos sobre a produção agrícola, especialmente nas Regiões Sul e Centro do País. Nestas duas regiões espera-se um aumento de perdas de culturas agrícolas devido aos efeitos das cheias ou secas.

- ii) Espera-se, por outro lado, a expansão da intrusão salina para uma extensão de 28 km para o interior do Rio Zambeze. Haverá também expansão da intrusão salina nas bacias do Limpopo, Incomáti, Buzi e Ligonha, que terá como consequência a redução da água doce para irrigação e para o consumo humano. Para a Região Norte manter-se-á estável em relação a esta ameaça.
 - iii) Adicionalmente, espera-se que actividades económicas como turismo, e os assentamentos humanos sejam afectados por ciclones intensos. Em associação com os ciclones, espera-se que o aumento do nível médio do mar e das tempestades de ondas tenham impactos negativos sobre as infraestruturas, particularmente, dos portos das cidades de Maputo e Beira. Os impactos do aumento do nível médio do mar terão igualmente efeitos sobre a cidade de Xai-Xai, na parte ao longo da foz do rio Limpopo.
- b. O estudo sobre os Custos Económicos da Adaptação às Mudanças Climáticas em Moçambique realizado em **2010 pelo Banco Mundial et al.**, veio confirmar os resultados do estudo do INGC. Para além da agricultura e assentamentos humanos, este estudo expandiu a avaliação do risco para os sectores de estradas e produção de energia hidroeléctrica, tendo concluído que sem medidas de adaptação, por volta do ano 2040, as perdas do Produto Interno Bruto (PIB) poderão atingir 4.5-9.8% na agricultura; mais de 1.4% na produção de electricidade; haverá perdas substanciais no sector dos transportes; perdas anuais de 103 milhões de dólares americanos em danos nas zonas costeiras onde 916 mil pessoas serão forçadas a migrar.
78. No âmbito da avaliação do risco, Moçambique foi seleccionado como um dos países piloto a nível mundial para a implementação do Programa Global de Identificação do Risco (GRIP) em África. Em Moçambique, as actividades deste programa iniciaram em 2008. Um dos resultados deste programa foi a produção do Relatório Nacional de Análise Situacional, que identificou os estudos realizados na área de avaliação do risco e bem como a capacidade técnica disponível nas diversas instituições nacionais. Os resultados deste levantamento servirão de base para a realização da Avaliação Nacional do Risco decorrente de ameaças múltiplas, a ser conduzida oportunamente em todo o país.
79. Foi iniciado, no âmbito do GRIP, a avaliação do risco de sismos para as áreas urbanas focalizando a cidade de Maputo, a capital nacional. A metodologia a ser usada para a cidade de Maputo será expandida para outras cidades com grau elevado de risco sísmico, bem como servirá de ferramenta para avaliação de outros riscos nas grandes cidades moçambicanas.

Contexto e constrangimentos

80. Até hoje, o País tem dedicado pouco interesse para a avaliação dos impactos dos desastres sobre as escolas e hospitais que permitisse que medidas específicas fossem tomadas com vista à remodelação ou transferência destas infraestruturas para locais mais seguros.
81. Daí que, embora o número total de escolas e hospitais de todo o país seja conhecido, o país ainda não realizou uma avaliação específica para identificar e quantificar o número de unidades sanitárias e escolas em risco. Como resultado, embora exista capacidade nacional para realizar esta avaliação, o número de escolas e hospitais inseguros mantém-se desconhecido.
82. Outros constrangimentos estão relacionados com aspectos técnicos associados ao uso de Modelos de Circulação Global, para a avaliação do risco. Por exemplo, no estudo realizado pelo INGC em 2009:
- i) Nem todos os sete modelos usados no estudo revelaram mesmos resultados;
 - ii) Os resultados foram afectados, em grande medida, pelas incertezas da modelação como sejam: a resolução espacial dos dados, nomeadamente, os dados topográficos (Modelo Digital de Elevação de 1km de resolução espacial); os dados de parâmetros físicos como as características dos solos estavam a uma escala pequena (1:1000000)
 - iii) Os dados de campo usados para calibração - os dados de precipitação global captados via satélite disponíveis e que foram usados no estudo, cobriam apenas 10 anos (1998-2008) e apresentavam uma baixa resolução espacial (8km), o que mostra que há necessidade de melhoramento dos dados através de informação recolhida directamente no terreno através das estações meteorológicas;
 - iv) A cobertura da rede de estações meteorológicas em Moçambique é fraca o que torna difícil a calibração dos resultados dos modelos;
 - v) Os mapas produzidos pelo estudo ainda não foram validados porque carecem ainda de estudos campo adicionais.

6.2 Indicador chave 2: Existem sistemas para monitorar, arquivar e disseminar dados sobre as ameaças e vulnerabilidades chaves

Acções realizadas

83. Com o apoio técnico do PNUD e no âmbito do Programa Global de Identificação do Risco (GRIP), Moçambique concluiu a recolha em todo o País, de informação sobre as perdas decorrentes de desastres nos últimos 30 anos. Como produto deste trabalho, foi criado o inventário sobre desastres, na forma de base de dados virtual, facto que criou espaço para o início, num futuro próximo, da recolha e integração numa base diária, dos dados sobre perdas resultantes de desastres.
84. Os resultados preliminares deste inventário mostram que embora as cheias e secas tenham sido os desastres mais frequentes em Moçambique, as epidemias causaram o maior número de vítimas mortais ao longo dos últimos 30 anos. Do mesmo modo, embora sejam relativamente menos frequentes, os ciclones foram os desastres mais destrutivos sobre a habitação, tendo, igualmente, causado mais de metade (50%) do total de danos sofridos pelo país durante o período em referência.
85. Entretanto, antes da criação desta base de dados virtual, os relatórios governamentais vinham servindo de fonte tradicional de informação sobre as perdas causadas pelos desastres. Os relatórios de 2000, 2001, 2007 e 2008, constituem as melhores referências do período mais recentes. Com excepção do relatório de desastres de 2008, para além dos danos físicos (humanos, infraestruturas, etc), os impactos financeiros foram incluídos nos outros três relatórios.
86. Os relatórios de 2000 e 2001 foram usadas como fonte de informação para os Apelos Internacionais e para os programas de reconstrução pós-desastres. Os relatórios de 2007 e 2008 foram usados pelo Governo para orientar o programa de reconstrução pós-desastres (o programa de reassentamento) em curso no Vale do Zambeze (Região Centro) e na bacia do Rio Save (Região Sul).

Contexto e constrangimentos

87. Dois factos surgem como constrangimentos nos dados sobre perdas decorrentes de desastres em Moçambique:
- i) Em primeiro lugar, há limitações associadas com a própria natureza da informação colocada na base de dados. Por exemplo, a base de dados é limitada no tempo, não permitindo maior recuo para visualizar as perdas ocorridas no período anterior ao ano de 1979. No entanto, para um país regularmente afectado por desastres como Moçambique, bases de dados com período de tempo mais longo

são necessárias para permitir uma análise mais correcta dos impactos dos desastres.

- ii) O segundo facto está associado com a validação de dados contenciosos, particularmente, aqueles relacionados com mortes causadas pelas cheias e secas. Embora as mortes ocorram também no período seco, inúmeras vezes, causas indirectas de morte (ataques de crocodilos, naufrágios e travessias de risco) são atribuídas a cheias desde que ocorram durante o período chuvoso. Do mesmo modo, vários líderes locais tendem a reportar como mortes causadas por secas, todas as mortes de crianças malnutridas, de idosos ou e pessoas portadoras de deficiência abandonados pelos familiares, desde que ocorram nas suas áreas de jurisdição durante os períodos de seca.

88. Contudo, somente a causa de morte reportada pelas autoridades de saúde deve ser considerada como a causa oficialmente válida. Este tipo de disputa ocorreu com frequência em 2005 quando cerca de 800 mil pessoas foram consideradas afectadas pela seca em todo o País. Nessa altura, muitos líderes comunitários e autoridades locais (administradores distritais), vieram a público alegar mortes por fome, em oposição com a posição veemente do Governo central.

6.3 Indicador chave 3: Existem sistemas de aviso prévio para todas as grandes ameaças, com abrangência até às comunidades locais

Acções realizadas

89. Quatro sistemas de aviso prévio estão em funcionamento no país para as seguintes ameaças: cheias, ciclones, insegurança alimentar e sismos. De referir que o sistema de aviso prévio para sismos está em expansão e durante os últimos três anos, mais estações sismológicas e sistemas de recolha e transmissão de dados em tempo real foram construídos ligando Maputo (central) com a rede de estações espalhadas pelo território nacional.
90. Os outros três sistemas estão em contínua expansão e consolidação com vista a assegurar maior cobertura territorial, especialmente, o sistema de aviso prévio de cheias, o qual cobre actualmente mais bacias hidrográficas e a cidade da Beira.
91. Com base nestes sistemas, informação precisa é fornecida aos diversos utentes mencionando, o tipo de ameaça, as áreas prováveis de serem afectadas, a hora esperada para ameaça afectar um determinado lugar e os prováveis danos.

92. Os governos e as comunidades locais são atempadamente informados acerca das medidas a tomar, incluindo protecção segura, de modo a aumentarem o seu nível de prontidão para as ameaças eminentes.
93. Dentre os diversos procedimentos e medidas a tomar em antecipação às ameaças, merece destaque o seguinte:
- i) Os governos e as comunidades locais são membros activos e beneficiários directos do sistema de aviso prévio, visto que ambos são o alvo particular dos avisos sobre as ameaças eminentes. Os governos provinciais e distritais e os Comités Locais de Gestão de Risco são órgãos em funcionamento ao nível local para agir quando avisos oficiais são emitidos pelo Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGC);
 - ii) Os órgãos de informação desempenham um papel determinante na difusão contínua da informação e dos comunicados de imprensa emitidos pelas instituições governamentais especializadas (INAM, Direcção Nacional de Águas, INGC, Presidente da República, Conselho de Ministros) sobre a evolução das ameaças.
 - iii) O fax e o telefone continuam sendo os meios mais importantes de comunicação entre os órgãos do governo a vários níveis para troca rápida de informação sobre os avisos.
94. Para a difusão de informação, usa-se todos os meios de comunicação, em função das condições existentes: televisão, rádio, jornais, internet e comunicação directa. Porém, devido à sua elevada cobertura territorial e disponibilidade dos aparelhos de rádio, tornam a rádio e a comunicação directa como as formas mais usadas para a disseminação de informação das autoridades centrais e locais para as comunidades locais.

Contexto e constrangimentos

95. A existência de um sistema fiável de aviso prévio de cheias depende, em larga medida, da existência de estações hidrológicas e meteorológicas que forneçam dados em tempo oportuno (localizados) sobre os níveis hidrométricos ou da precipitação. Até à data, a fraca cobertura territorial das estações meteorológicas constitui o maior desafio para a avaliação rápida do risco de cheias ao longo das bacias hidrográficas pequenas.
96. Adicionalmente, há ainda falta de capacidade técnica das Administrações Regionais de Águas (ARA's) para modelação e mapeamento de cheias, bem como de limitada capacidade financeira para a rápida expansão da rede de estações hidrológicas ao longo das maiores bacias hidrográficas.

6.4 Indicador chave 4: As avaliações nacionais e locais de risco integram os riscos regionais e transfronteiriços, tendo em vista a cooperação regional sobre a redução do risco

Acções realizadas

97. Devido à sua localização à jusante de 13 rios internacionais, Moçambique constitui a parte mais interessada no diálogo regional com vista a assegurar uma gestão equitativa dos recursos hídricos transfronteiriços e a reduzir os respectivos riscos, pois, estas bacias são motivo de preocupação para o país a cada ano.
98. Face aos impactos directos da escassez ou excesso de água sobre as actividades económicas e assentamentos humanos, seis bacias hidrográficas colocam maiores pressão em Moçambique: o Zambeze, Púngue, Save, Limpopo, Incomáti e Maputo.
99. Nos últimos anos, à luz do Acordo Inco-Maputo, e no âmbito do projecto de Implementação Progressiva do Acordo Inco-Maputo (PRIMA) , Moçambique, África do Sul e Swazilândia têm vindo a estreitar a cooperação regional com vista a uma melhor a gestão dos recursos hídricos dos sistemas Incomáti-Maputo.
100. Com base neste acordo, em nome do Comité Técnico Tripartido Permanente (CTTP) entre estes países, a Direcção Nacional de Águas de Moçambique recebeu um financiamento do Reino dos Países Baixos para a implementetação do PRIMA. Neste âmbito, nove (9) estudos estão em curso, dos quais dois relacionados com a gestão do risco numa perspectiva regional.
101. Por outro lado, encontros tripartidos têm sido regularmente realizados entre Moçambique, Zâmbia e Zimbábwe tendo como objectivo melhorar a coordenação inter-governamental na gestão da água da bacia do rio Zambeze, sobretudo durante a estação chuvosa. Assim, como parte da estratégia regional de gestão do risco de cheias, a realização de descargas controladas de água da barragem de Caribe entre Zâmbia e Zimbábwe, para a barragem de Cahora Bassa, em Moçambique tem ajudado a reduzir os impactos das cheias sobre as áreas à jusante da barragem de Cahora Bassa.
102. Ainda, com vista a prevenir os riscos ambientais associados à navegação fluvial, equipas técnicas de Moçambique e Malawi têm vindo a trabalhar em conjunto com vista a encontrar soluções e medidas adequadas que permitam a navegação no rio Chire e no Baixo Zambeze, ligando o Malawi ao Oceano Índico, sem criar problemas ambientais.

Contexto e constrangimentos

103. As principais dificuldades para a implementação de projectos regionais, como PRIMA prendem-se com o seguinte:

- i) A localização geográfica do sistema dos rios Inco-Maputo em três países, constitui o maior desafio para o estabelecimento de objectivos operacionais integrados;
- ii) A existência de várias unidades de gestão e arranjos institucionais em cada país;
- iii) Dificuldades de implementar uma abordagem multifacetada que optimize as necessidades e usos locais de recursos hídricos sem comprometer o equilíbrio do rio.
- iv) Falta de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade do secretariado do PRIMA

CAPITULO VII. PRIORIDADE DE ACÇÃO 3

USAR O CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA CRIAR A CULTURA DE SEGURANÇA E RESILIÊNCIA A TODOS OS NÍVEIS

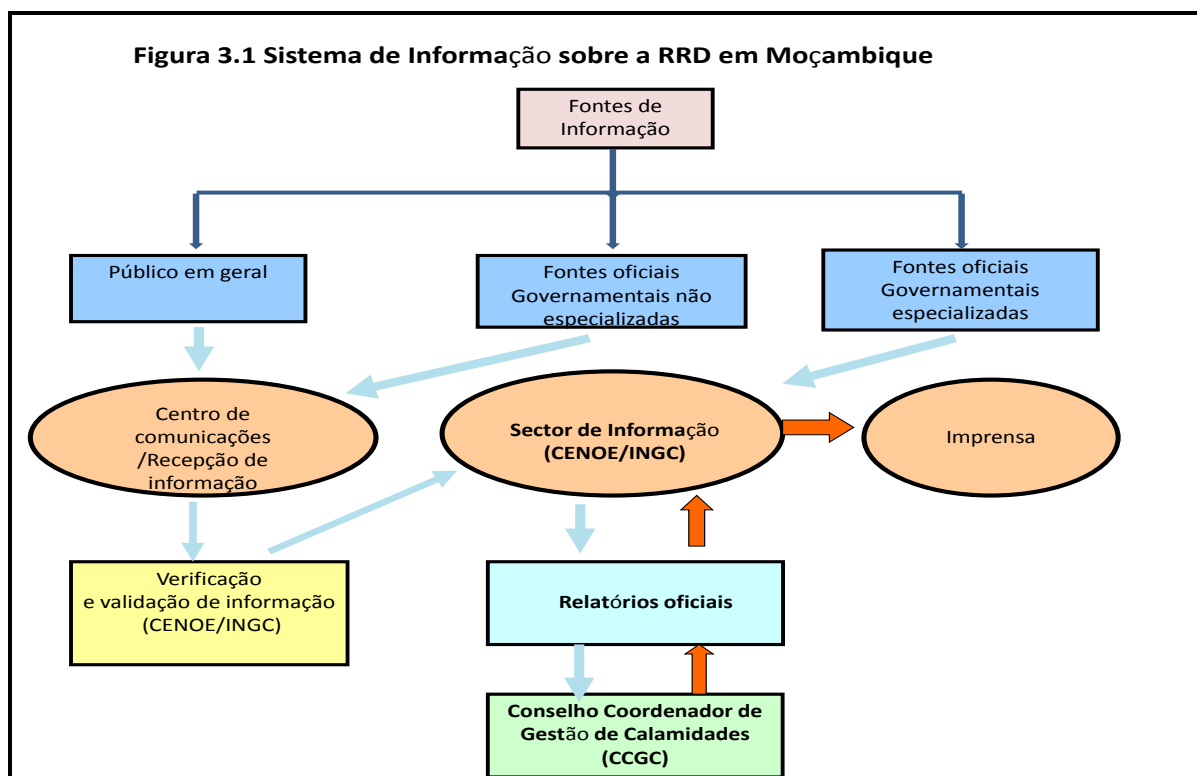
Quadro 4. Avaliação global da Prioridade de Acção 3

Quantitativa e qualitativamente, esta é a prioridade que menos progressos registou durante o período em análise (2009-2011). Tal facto, reflecte, de alguma forma, o ainda baixo nível de conhecimento técnico-científico sobre a RRD no país. Como se pode notar, até à data, a integração da RRD nos currículos de ensino ainda é incipiente, centrando-se apenas nos aspectos físicos (os fenómenos em si - cheias, ciclones, secas, sismos, etc), excluindo por completo as componentes sociais (os impactos dos desastres sobre o tecido humano e serviços sociais), económicas (perdas derivadas dos danos sofridos pelas actividades económicas e infraestruturas produtivas) e as medidas de prevenção e mitigação dos desastres. A par desta lacuna, a produção do conhecimento científico, sobretudo pelas universidades, ainda está numa fase embrionária. Felizmente, os *progressos significativos* alcançados na área de consciencialização das comunidades locais, incluindo seus líderes, têm servido de mais valia na hora de responder aos desastres. Assim, para alcançar patamares maiores, o País tem de investir mais na aceleração da integração da RRD nos currículos de ensino formal e informal, bem como na produção do conhecimento científico, fundado em métodos de investigação específicos à área de RRD. Este conhecimento deve extravasar a actual dimensão centrada apenas na análise das ameaças e evoluir para a análise da vulnerabilidade e do risco de desastres a diversas escalas territoriais.

7.1 Indicador chave 1. Disponível e acessível a todos os níveis para todos os actores, informação relevante sobre desastres (através de redes, desenvolvimento de sistemas de partilha de informação, etc)

Acções realizadas

104. Menos progressos foram registados nesta área ao longo dos últimos três anos. Contudo, o INGC empreendeu esforços visando o estabelecimento de um sistema nacional de informação sobre desastres que inclua a recolha de informação desde o nível local, o seu armazenamento, a gestão e a difusão para todos os actores na área de RRD, seguindo o esquema representado na **Figura 3.1**.
105. Ao nível nacional, até ao presente, o INGC e o CENOE, constituem o coração do sistema de informação sobre RRD.



106. No âmbito destes esforços, o INGC criou uma página electrónica que permite ao público aceder por via virtual à informação oficial sobre a RRD. Estão disponíveis através desta página, documentos importantes como o Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades; o estudo publicado pelo INGC, em 2009, sobre o impacto das mudanças climáticas na redução do risco de desastres em Moçambique; comunicados de imprensa, entre outros documentos.

107. Contudo, é preciso sublinhar que devido à baixa penetração e acesso da internet ao nível local, sobretudo, nos distritos, a comunicação via rádio (rádios VHF), permanece o meio de recolha de informação mais importante, visto que estes aparelhos são menos afectados pelas falhas nos sistemas e redes de comunicações. O nível operativo do sistema de rádio tem sido positivamente testado e aprovado durante as simulações nacionais, regionais e comunitárias, realizadas anualmente em todo o país.

108. Ao nível sectorial, há duas iniciativas em curso visando a centralização e disseminação de dados e informação sobre a RRD, designadamente:

- i) A criação pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, de uma página electrónica especializada sobre a RRD'
- ii) A concluída a recolha dos dados sobre perdas causadas por desastres nos últimos 30 anos, no âmbito do Programa Global de Identificação do Risco (GRIP).

109. Adicionalmente, está em curso a concepção de um Centro Nacional de Gestão de Conhecimento, a ser baseado no Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), com vista a permitir a discussão e partilha de todas as bases de dados e estudos produzidos ao nível nacional. Este centro estará sob gestão conjunta do INAM e da Universidade Eduardo Mondlane.
110. Até à data, em situações de emergência, a rádio, televisão e os jornais, constituem os mecanismos oficiais e mais seguros para a disseminação de informação sobre a eminência de desastres, cobrindo maior número de pessoas.

Contexto e constrangimentos

111. Embora esforços estejam a ser empreendidos para reunir toda a informação sobre a RRD numa única instituição:
- i) A informação sobre o RRD continua espalhada pelas diversas instituições responsáveis pela recolha e análise primárias de dados;
 - ii) Há ainda fraca integração da maior parte de informação sobre RRD, incluindo os próprios relatórios de emergência, na página electrónica do INGC;
 - iii) O sistema de informação sobre a RRD ainda mostra fraqueza na componente de recolha de informação ao nível local;
 - iv) Há ainda falta de guiões e metodologias que suportem a fácil implementação do sistema de informação, particularmente, ao nível local, a seguir ao fim de cada período de emergência ou das simulações;
 - v) Há ainda falta de cultura de armazenamento, gestão e disseminação, na forma de base de dados nacional, de dados sobre a RRD.

7.2 Indicador chave 2: Conceitos e práticas sobre redução do risco de desastres e recuperação estão integrados nos currículos de ensino, nos materiais educacionais e de capacitação relevantes

Acções realizadas

112. Esforços significativos foram realizados com vista à integração progressiva da RRD nos currículos de ensino do sector público e privado, a diversos níveis e usando abordagens variadas. No sector público, ao nível primário, as cheias e secas estão integradas no livro de Ciências, na Ensino Primário (7^a Classe) e de Geografia Física, no Ensino Secundário (11^a Classe).

113. Os desastres contituem, igualmente, tópicos nos currículos do ensino superior. Por exemplo, no sector público, o Departamento de Física da Universidade Eduardo Mondlane, a maior universidade pública no país, ministra dois cursos de licenciatura ligadas a gestão de desastres, nomeadamente, os cursos de Física e Meteorologia e Oceanografia. Até ao momento, este departamento tem sido responsável pela formação da maioria dos recursos humanos do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) e do Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação (INAHINA).
114. Para o ano de 2011, a Universidade Eduardo Mondlane prevê lançar dois cursos de pós-graduação na área de RRD, ao nível de mestrado, designadamente:
- i) O mestrado em *Geografia Física e Gestão de Desastres*, a ser ministrado pelo Departamento de Geografia e
 - ii) O mestrado em *Mudanças Climáticas e Redução do Risco de Desastres*, a ser leccionado pelo Departamento de Física.
115. No ensino privado, a Universidade Técnica de Moçambique (UDM) lidera a integração da RRD no ensino superior. Nesta universidade,
- i) Está em implementação desde 2002, o curso de *Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres*
 - ii) Está previsto, para 2011, o lançamento do mestrado em *Gestão do Risco de Desastres e Desenvolvimento*
116. Actualmente, novas abordagens têm sido adoptadas para a integração da RRD nos currículos de ensino. A título ilustrativo, professores do ensino primário e secundário têm sido treinados para integrarem, informalmente, nas respectivas disciplinas, aspectos essenciais da RRD. Ao nível do ensino superior, os estudantes têm sido encorajados a escrever suas dissertações em temas ligados à RRD.
117. Finalmente, depois de uma interrupção por alguns anos, foi reiniciado o curso profissional em Planeamento Físico e Ambiente, com a reabertura do Instituto Nacional de Planeamento Físico e Ambiente. Espera-se que os quadros formados neste instituto venham a fortalecer a capacidade técnica dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas.

Contexto e constrangimentos

118. Ainda há limitações na abordagem da RRD nos currículos de ensino. Por exemplo:
- i) Ao nível do **ensino primário e secundário**, os livros apenas apresentam os aspectos físicos das ameaças. Ainda estão ausentes, os impactos humanos,

económicos e sociais dos desastres, bem como os métodos e técnicas que podem ser empregues para prevenir ou reduzir os respectivos impactos negativos

- ii) No **ensino superior**, ainda há falta de recursos humanos ou docentes habilitadas em assuntos da RRD. Como resultado desta lacuna, há fraco entendimento dos conceitos de ameaças e desastres e seus respectivos métodos de estudo, particularmente para a condução de análises de ameaças e avaliações de risco. Como consequência, as avaliações de vulnerabilidade e de risco até então realizadas, são muitas vezes incompletas ou até induzem em erros.

119. Assim, se não devidamente corrigidos, estas lacunas poderão minar os resultados pretendidos com os esforços em curso visando integrar a RRD na educação formal e informal, e sobretudo ao nível local onde as ameaças ocorrem e onde se espera que os riscos de desastres sejam activa e urgentemente reduzidos.

7.3 Indicador chave 3: Desenvolvidos e fortalecidos os métodos e as ferramentas de avaliação de riscos múltiplos e de análise de custos e benefícios

Acções realizadas

120. Poucos progressos foram registados nesta área. É que em geral, Moçambique ainda devota pouca atenção à importância e contribuição da investigação científica na promoção do desenvolvimento em várias áreas, incluindo na RRD. No entanto, desde 2006, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem envidado esforços para trazer a investigação científica à agenda nacional de desenvolvimento.

121. São resultados deste esforço:

- a. A aprovação, em 2006, da Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique. Esta estratégia enfatiza o desenvolvimento da pesquisa aplicada e da criação da capacidade nacional de pesquisa através do investimento na formação de cidadãos nacionais ao nível de mestrado e doutoramento, bem como a criação de uma autoridade científica para orientar as actividades de pesquisa que possa desempenhar um papel determinante no desenvolvimento nacional, particularmente no ramos das ciências naturais e tecnologias.
- b. O implementação da Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo alcançado, dentre outros resultados os seguintes:
 - i) Identificação da sustentabilidade ambiental, incluindo as mudanças climáticas e a gestão costeira bem como as ligações entre o ambiente e pobreza, e

desenvolvimento económico e impacto ambiental, como uma das prioridades da agenda nacional de pesquisa;

- ii) A criação do Conselho Nacional de Investigação Científica e da carreira de investigador;
- iii) A criação da Academia de Ciências de Moçambique;
- iv) A alocação anual, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, de fundos para o financiamento de projectos de investigação ao nível nacional;
- v) A concessão anual aos cidadãos nacionais, de 50 bolsas de estudo para os níveis de mestrado e doutoramento, para cursos nas áreas de ciências naturais e tecnologias, com destaque no Brasil, Índia, China e Austrália;
- vi) Organização, sob égide do Ministério da Ciência e Tecnologia, de seminários científicos virados à divulgação dos resultados dos projectos de investigação financiados pelos fundos de investigação alocados por este ministério.

Contexto e constrangimentos

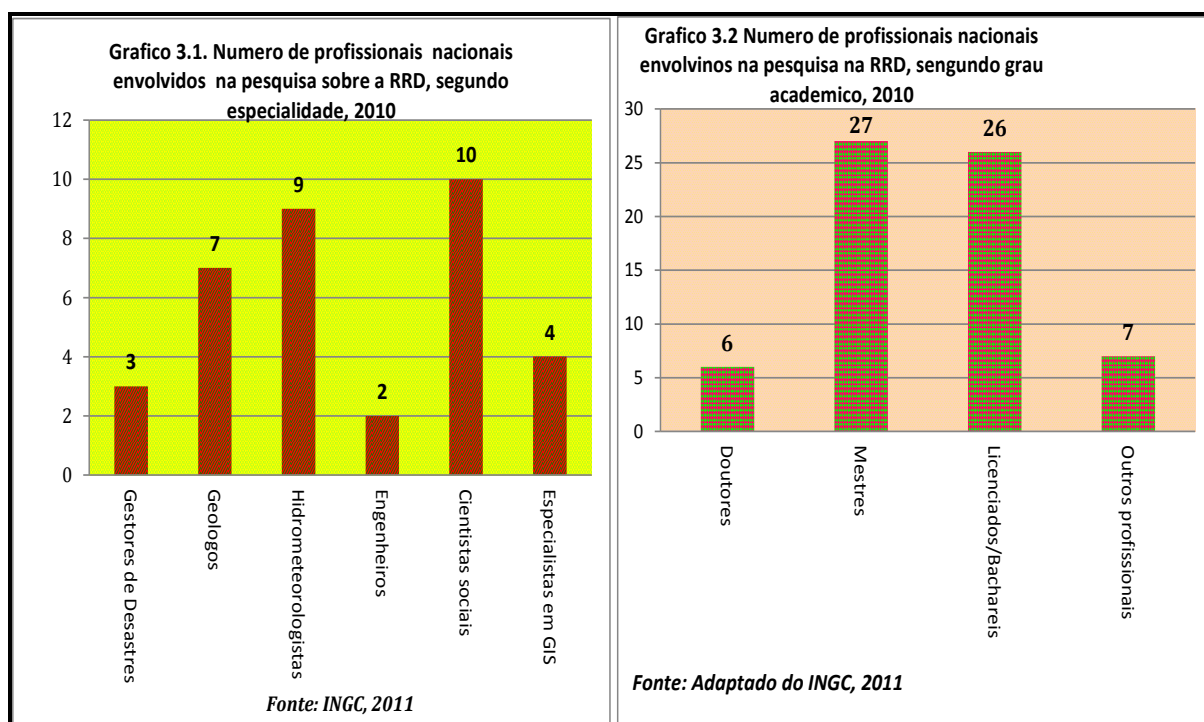
122. Em quase todas áreas, Moçambique tem, desde há muito tempo, dependido da pesquisa realizada pelos sectores, e sobretudo, pesquisa conduzida por consultores externos, para a tomada de decisões nacionais importantes.

123. A título ilustrativo, o estudo recente do INGC sobre os impactos das mudanças climáticas sobre a redução do risco de desastres em Moçambique foi conduzido por peritos internacionais (50% das pessoas envolvidas), com apoio de pesquisadores ou técnicos sectoriais nacionais (os restantes 50%), muitas vezes usados para a recolha de informação ou para a simples validação dos resultados. O uso de consultores externos, pode, porventura, ser a causa do baixo interesse do País em financiar a actividade nacional pesquisa;

124. Relativamente à área de RRD, a Relatório de Síntese publicado pelo INGC em 2011, mostra que o Moçambique tem apenas 66 quadros nacionais envolvidos em actividades de pesquisa, dos quais somente 3 são especialistas em RRD. De todo o pessoal envolvido, apenas metade (50%) são qualificados possuindo o grau de Doutoramento (3) e Mestrado (27), como ilustrado nos **Gráficos 3.1 e 3.2**.

125. Assim, apesar de entenderem com profundidade os processos físicos inerentes ao tipo de ameaças estudadas nas respectivas áreas de conhecimento, estes especialistas apresentam falta de conhecimento especializado para relacionar os processos físicos, aos métodos de investigação específicos em função do tipo de ameaça, as causas

principais dos impactos (vulnerabilidades) e as soluções mais adequadas para reduzir os impactos das ameaças múltiplas, com destaque sobre os sectores económicos.



126. Por outro lado, nota-se ainda falta do espírito de trabalho em equipas multidisciplinares ligando as instituições académicas, as instituições que lidam directamente com a RRD e aos sectores económicos e sociais. Como resultado desta situação, os estudos individuais ou sectoriais até aqui realizados não são suficientemente abrangentes, o que os torna menos relevantes para fornecer soluções às preocupações nacionais sobre a redução do risco de desastres em diferentes áreas de interesse.

127. Há, igualmente, falta de recolha, publicação e disseminação sistemáticas dos estudos existentes em algumas repartições do Estado e nas instituições de pesquisa. Este facto reduz o interesse e o engajamento das universidades e das instituições de investigação em trabalhar, afinadamente, na pesquisa na área de redução do risco de desastres.

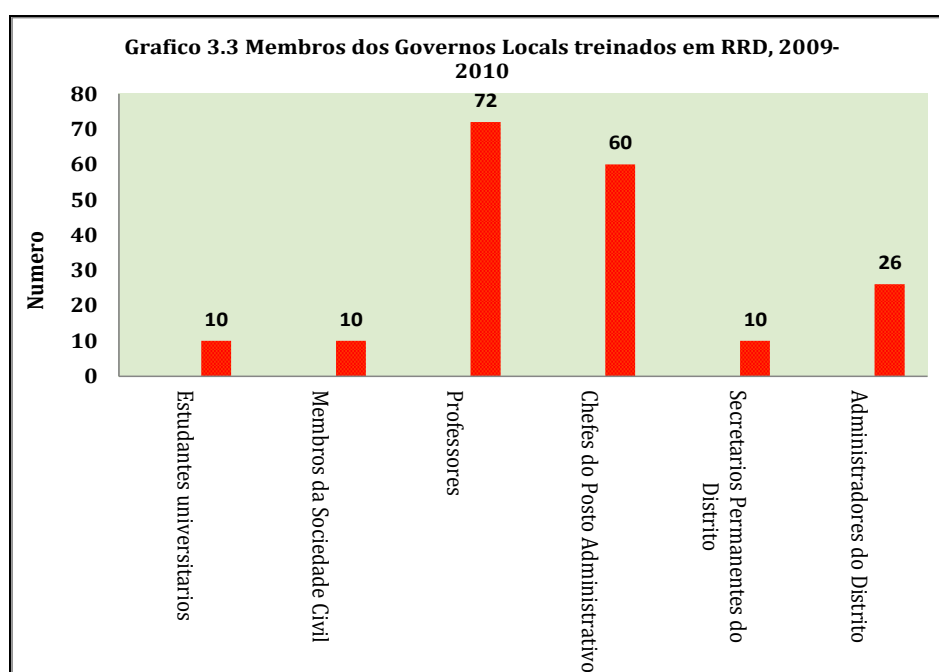
7.4 Indicador chave 4: Existe uma estratégia de consciencialização pública nacional, com abrangência para as zonas urbanas e as comunidades rurais, visando estimular a cultura de resiliência aos desastres

128. A criação da cultura de prevenção de desastres através de disseminação de informação é uma prioridade nacional e um dos objectivos do Programa Quinquenal do Governo (2010-2014) para a área de redução do risco de desastres.

129. No entanto, à excepção do Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades, da Política de Gestão de Calamidades e dos Planos de Contingência anuais, Moçambique não possui uma estratégia de comunicação escrita que oriente a consciencialização pública para as zonas urbanas e comunidades rurais.

130. No entanto, estão em curso vários mecanismos institucionais e iniciativas sectoriais visando a criação da resiliência das comunidades rurais e urbanas. Estas iniciativas resumem-se na:

- i) Realização, em cada ano, de simulações nacionais, regionais e comunitárias, incluindo em alguns municípios, visando criar capacidade das comunidades para responder às ameaças localmente mais frequentes;
- ii) Criação contínua dos Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades em todos o país, incluindo ao nível dos municípios e escolas;
- iii) Capacitação de 188 membros dos Governos locais (Administradores e Secretários Permanentes distritais, Chefes de Posto Administrativo, professores, organizações da Sociedade Civil e estudantes universitários), como mostra o **Gráfico 3.3**



- iv) Disseminação, para todos os níveis, por via da imprensa e de reuniões com diversos actores, da previsão sazonal e dos planos de contingência;
- v) Divulgação, através da imprensa, governos locais, incluindo organizações da Sociedade Civil e Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades, dos avisos oficiais e comunicados de imprensa, para o público em geral e para locais específicos sobre as ameaças eminentes.

- vi) Divulgação regular (semanal), através dos jornais, de conceitos e fenómenos meteorológicos, pelo Instituto Nacional de Meteorologia;
- vii) Divulgação regular pelo Instituto Nacional de Meteorologia, da previsão diária do estado do tempo usando todos os canais nacionais de televisão, estações de rádio e jornais
- viii) Engajamento permanente dos membros do Governo a todos os níveis, dos Deputados, dos Parceiros internacionais e da Sociedade Civil na sensibilização das comunidades locais para evitar construir casas definitivas em zonas de risco de cheias, estimulando-as a intensificar a produção de culturas resilientes à seca e à prática de actividades não agrícolas de geração de renda.

Contexto e constrangimentos

131. A falta de uma estratégia de comunicação e sensibilização contendo responsabilidades e metas sectoriais limita a avaliação plena das conquistas até então alcançadas, bem como a identificação das necessidades ainda presentes, inclusive nas áreas onde as comunidades locais já foram alvo de alguma capacitação.
132. Por outro lado, a falta de harmonização da informação e das mensagens básicas de RRD para ameaças locais específicas; e das prioridades locais de desenvolvimento de longo prazo às necessidades locais de adaptação, continuam sendo um enorme desafio aos esforços em curso no país visando criar a resiliência das comunidades urbanas e rurais.
133. Resultados do *diálogo entre os diversos actores sobre a implementação da Plataforma da Acção de Hyogo a nível local*, realizado conjuntamente pelo INGC, Sociedade Civil e UNISDR, *no distrito de Buzi*, na região centro de Moçambique revelou que para se aumentar a resiliência das comunidades, dentre outras, é preciso realizar as seguintes acções:
- i) Manutenção dos equipamentos de comunicação, designadamente, antenas e megafones, de modo a assegurar a troca de informação entre as comunidades locais e a administração do distrito;
 - ii) Identificação, recrutamento e capacitação de um técnico local para passar a lidar directamente com as questões de redução do risco de desastres ao nível do distrito.

REDUZIR OS FACTORES SUBJACENTES DE RISCO

Quadro 5. Avaliação global da Prioridade de Acção 4

Esta é a segunda prioridade onde o País registou *progressos significativos* em pelo menos metade (3) dos indicadores (6) em avaliação. No entanto, é também nesta prioridade onde reside um dos indicadores que merece *atenção especial*, nomeadamente, *a redução da vulnerabilidade das actividades económicas* face aos desastres. É que apesar de o País estar no bom caminho na integração da RRD nas políticas ambientais, incluindo as mudanças climáticas e ter avançado com medidas consistentes de reconstrução pós-calamidades bem como da redução dos riscos associados aos grandes projectos de desenvolvimento, como a construção de estradas, pontes, barragens, etc, as infraestruturas produtivas, como sejam os sistemas de regadio, continuam altamente expostas ao risco de cheias, em conjunto com outros investimentos que estão sendo alocados em áreas de risco sem nenhuma protecção ou com protecção insuficiente contra desastres, particularmente, nas bacias dos rios Zambeze (regadio de Nante), Limpopo (regadios e cidades de Chókwe e Xai-Xai), Maputo (Matutuíne) e nas cidades e vilas costeiras das províncias de Inhabane, Sofala, Zambézia e Nampula, expostas a ciclones frequentes. A melhoria das medidas de protecção contra cheias e ciclones torna-se urgente, se o País quiser reduzir no futuro o impacto negativo destes fenómenos sobre a sua estrutura produtiva, mas sobretudo, sobre os meios e modos de vida das comunidades locais ciclicamente afectadas pela perda temporária ou prolongada das suas fontes de renda e de activos.

8.1 Indicador chave 1. A redução do risco de desastres é parte integrante dos objectivos dos planos e das políticas ambientais, incluindo o uso da terra, a gestão dos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas

Acções realizadas

129. O País empreendeu esforços no sentido de reduzir o risco de desastres, aprovando políticas, planos e estratégias ambientais visando regular o uso dos recursos naturais e proteger os ecossistemas actualmente sob crescente pressão das actividades sócio-económicas.

130. Como destaque nesta área constam:

- i) A aprovação e implementação da Lei de terra, da Lei de Florestas e Fauna Bravia e a Lei do Ambiente

- ii) A criação dos Centros de Desenvolvimento Sustentável (CDS) para as componentes de Recursos Naturais, Zonas Costeiras e Zonas Urbanas;
 - iii) O aumento de 11% para 16%, a porção das áreas protegidas com a criação de 6 novos parques e reservas nacionais, incluindo os ambientes costeiros e marinhos (Parque Nacional das Quirimbas, Parque Nacional do Limpopo, Parque Nacional de Chimanimani, Reserva Marinha da Ponta de Ouro);
 - iv) A criação de 3 novas Áreas de Conservação Transfronteiriças (Libombos, Grande Limpopo e Chimanimani);
 - v) A proposta para criação de novas áreas de conservação no Lago Niassa e nas Ilhas Primeiras e Segundas, e de uma nova Área de Conservação Transfronteiriça compreendendo a região Rovuma-Zimoza (Moçambique-Tanzania);
 - vi) O estabelecimento do Centro de Pesquisa do Ambiente Costeiro e Marinho, em Cabo Delgado;
 - vii) A entrega às comunidades locais, de 20% das receitas anuais provenientes da exploração florestal e actividades turísticas dentro das áreas protegidas;
 - viii) O lançamento do concurso internacional para contratação de um consultor para realizar a Avaliação Estratégica da Zona Costeira, com vista a orientar o desenvolvimento futuro ao longo de toda a zona costeira;
 - ix) A submissão à avaliação do impacto ambiental, de todos os projectos de desenvolvimento sócio-económico de categoria A.
131. Moçambique está igualmente empenhado na implementação de vários programas e projectos de adaptação às mudanças climáticas, de que são exemplos:
- i) A revisão em curso do Plano Nacional de Acção para Adaptação (NAPA) para incorporar assuntos emergentes sobre as mudanças climáticas, como o caso da iniciativa de Redução das Emissões por Desflorestamento e Desmatamento (REDD+);
 - ii) O Programa Africano de Adaptação (AAP) visando a criação da capacidade nacional para a integração das mudanças climáticas nos planos de desenvolvimento nacional, sectorial e local, bem como fortalecer os mecanismos de coordenação inter-sectorial e inter-institucional;
 - iii) O projecto “*Viver com a seca*”, sob a liderança do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

- iv) A fase II do programa de mudanças do INGC, visando a análise dos riscos climáticos e identificação de medidas de adaptação para sectores específicos;
- v) A fase I do Programa Piloto para a Resiliência Climática (PPCR), o qual visa a identificação e custeamento das melhores medidas de adaptação para a criação da resiliência climática dos sectores económicos e assentamentos humanos, com destaque para as cidades costeiras moçambicanas.

Contexto e constrangimentos

132. O Governo está conciente e reconhece a forte influência da degradação ambiental na amplificação do risco de desastres. O Governo reconhece, igualmente, a ligação entre a degradação ambiental e a pobreza, e o papel das comunidades locais para reduzir os efeitos negativos desta degradação.

133. Contudo, há ainda grandes desafios por ultrapassar, como sejam:

- i) A conjugação dos altos níveis de pobreza e da dependência das comunidades locais em relação aos recursos naturais para a sua subsistência aumentam a pressão sobre os recursos naturais, através da desflorestação por queimadas descontroladas induzidas pela caça e preparação de terras agrícolas, e pela extracção de lenha, carvão e materiais de construção;
- ii) A fraca implementação dos planos de gestão florestal e a prevalência da ocupação espontânea da zona costeira, sobretudo pelo sector privado, aumenta os riscos ambientais resultantes da degradação dos solos e da erosão costeira.

134. Porém, surgem novas oportunidades para alterar este cenário

- i) As campanhas de reflorestamento em curso no país à luz da campanha presidencial “*Um líder, uma floresta*”;
- ii) A implementação dos mecanismos de REDD+ com a participação do sector privado;
- iii) A implementação da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial, integrando, nos planos de acção nacional e local, as recomendações emanadas pela Avaliação Estratégica da Zona Costeira.

135. Assim, recursos humanos mais capacitados são necessários para garantir a elaboração, implementação e monitoria correctas dos planos nacionais e locais de desenvolvimento de modo a prevenir o surgimento de novos riscos e assegurar a protecção integral dos ecossistemas sensíveis.

8.2 Indicador chave 2: Em curso implementação de planos e políticas de desenvolvimento com vista a reduzir a vulnerabilidade das populações em maior risco

Acções realizadas

136. Como componentes da estratégia nacional para combater a pobreza e reduzir a vulnerabilidade, com realce nas zonas rurais, está em curso a implementação de vários programas de protecção social. Estes programas dividem-se em dois grupos:
- i) Os **programas de protecção social** orientados para os grupos vulneráveis com ou sem capacidade para o trabalho. Estes programas são coordenados pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS), braço operativo do Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS)
 - ii) Os **programas de desenvolvimento social** orientadas à promoção do aumento da produção e da produtividade agrícola e a geração de emprego ao nível do distrito, financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). Este programa foi lançado em 2006, sendo actualmente coordenado pelo Ministério da Administração Estatal.
137. Em curso a implementação de diversas iniciativas de formação profissional com vista a melhorar a capacidade das comunidades locais de aceder e usar os recursos disponíveis, fazendo dispor, deste modo, o espírito de empreendedorismo ao nível local.
138. Em curso a implementação da Política e Estratégia de Micro-finanças, como parte integrante da implementação em curso da Estratégia de Desenvolvimento Rural.
139. Aumentado para 105 mil, o número de pessoas com acesso água e expandida a agricultura de conservação em quatro distritos áridos, designadamente, Chigubo e Massangena (Gaza) e Mabote e Funhalouro (Inhambane), conforme a distribuição apresentada nas **Tabelas 4.1 e 4.2**

Tabela 4.1. Abastecimento de água em 4 distritos áridos cobertos pelos CERUM's (2006-2010)

Distrito	Populacao total	Fonte de agua	Numero de fontes operacionais	Populacao servida
Chigubo	20,685	Poco	37	13,895
		Furo	16	
		Cisterna	23	
		Tanques	46	
Massangena	15,637	Poco	7	17,050
		Furo	32	
		Cisterna	-	
		Tanques	-	
Mabote	45,101	Poco	35	35,295
		Furo	60	
		Cisterna	9	
		Tanques	-	
Funhalouro	37,925	Poco	28	38,855
		Furo	68	
		Cisterna	114	
		Tanques	17	
Total	119,348	Poco	107	105,095
		Furo	176	
		Cisterna	146	
		Tanques	63	

Fonte: Base de dados do INGC-DARIDAS, 2010

Tabela 4.2. Acções dos CERUM's em 4 distritos áridos, 2007-2010

Distrito	Sistemas de colecta de agua da chuva	Numero de promotores da agricultura de conservacao		Campos de demonstracao da agricultura de conservacao (ha)		Silos melhorados	Famílias treinadas em agro-processamento
		2007	2009	2007	2009-2010		
Massagena	30		7		11.15	17	120
Funhalouro	26	2	21	0.5	18.00	18	120
Chigubo	20		4		3.60	4	120
Mabote	16	13	4	1.12	4.82	60	120
Total	92	15	36	1.62	37.57	99	480

140. Similarmente, os dados apresentados na **Tabela 4.3** mostram os resultados alcançados na implementação dos vários programas de desenvolvimento e de protecção social, incluindo a criação de postos de trabalho nas zonas rurais, nos últimos 5 anos, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD).

Tabela 4.3. Beneficiários dos programas de desenvolvimento e de protecção social em Moçambique, 2006-2011

Categoria	2006-2008	2009-2011	2006-2011
Empregos criados nos distritos	125,418	274,768	400,186
Transferencias em dinheiro	357,003	601,197	958,200
Programa de geracao de renda	16,469	26,648	43,117
Outros programas sociais	83,026	91,517	174,543
Agencias de micro-financas	80	117	na
Clientes de micro-financas	185,861	240,000	na

Fonte: GdM, 2007, 2008, 2009 e 2010; Base de dados da DNPDR, 2010

Contexto e constrangimentos

141. Na sequência da publicação dos resultados da Terceira Avaliação Nacional da Pobreza (2008/2009), o Governo:

- i) Reconheceu com veemência o papel da agricultura e das pescas na redução da pobreza, sobretudo nas zonas rurais;
- ii) Anunciou o seu cometimento em duplicar o orçamento da agricultura de modo a alcançar, por volta de 2015, a meta da Declaração da NEPAD, de 2003 em Maputo, que fixa em 10% o valor do Orçamento de Estado que cada país membro deve dedicar à agricultura;
- iii) Aprovou o Plano Estratégico de Irrigação, com qual estabelece que até 2019, 519 milhões de dólares americanos deverão ser investidos na construção e reabilitação de sistemas de irrigação de modo a assegurar o aproveitamento integral da terra agrícola com potencial para irrigação;

142. Entretanto, apesar deste cometimento do Governo com o sector da agricultura e com o aumento do investimento nas zonas rurais:

- i) Os produtos micro-financeiros ainda são limitados em termos de abrangência territorial e número de beneficiários e as respectivas taxas de juros são ainda muito altas. Estes factores limitam o acesso ao crédito pelos agricultores e outros tipos de negócios;
- ii) Não existe no País, um serviço de micro-seguros, incluindo o seguro de campanha. A falta deste serviço aumenta a vulnerabilidade da agricultura e de outros negócios, sempre que as ameaças ocorrem.

143. Nestes termos, para assegurar uma rápida recuperação económica das comunidades afectadas pelos desastres há necessidade de se expandir os serviços micro-financeiros para todas as áreas produtivas. Esta expansão deve ser acompanhada pela introdução gradual de programas de micro-seguros de modo abrangente e realístico, tendo em conta a capacidade real dos produtores locais para pagar o valor do prémio do seguro.

144. Há ainda necessidade de se criar capacidade técnica nas instituições governamentais, no sector privado e nos próprios produtores para que os serviços de micro-seguro e de seguro de campanha sejam bem entendidos e aceites por todos os actores interessados.

8.3. Indicador chave 3: Em curso a implementação de políticas e planos nos sectores económicos e produtivos visando a redução da vulnerabilidade das actividades económicas

Acções realizadas

145. Há diferenças significativas no nível de desempenho dos diversos sectores no concernente à protecção de infraestruturas e dos assentamentos humanos. A título ilustrativo, tem havido progressos assinaláveis em tornar as infraestruturas como estradas, pontes e caminhos de ferro, e os assentamento humanos em risco, mais resistentes às cheias.

146. Constituem exemplo os seguintes:

- i) A construção de estradas e linhas férreas elevadas, de *culverts* e *drifts* nas estradas de modo a aumentar a capacidade de escoamento da água das chuvas e reduzir, por essa via, os danos causados por cheias em eventos de curto período de retorno;
- ii) Planificados investimentos estratégicos pela empresa dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) para aumentar a protecção do porto de Maputo à acção dos ciclones e tempestades de ondas;
- iii) Em curso a implementação da fase II do INGC e dos estudos da fase I do PPCR. Estes estudos irão determinar o nível de vulnerabilidade dos portos e estradas moçambicanas bem como as medidas mais adequadas para torná-los mais resilientes aos riscos climáticos futuros, incluindo o aumento do nível médio do mar;
- iv) A transferência de famílias, instituições e infraestruturas públicas, como sejam, hospitais, subestações de energia e estações de tratamento de água em risco de cheias no vale do Zambeze e no Rio Save a seguir as cheias de 2007 e 2008, reduziu o risco em caso de cheias futuras nestas bacias.

147. Contudo, há ainda desafios pela frente, como sejam:

- i) Os programas de realocação de infraestruturas e famílias e de reconstrução pós-desastres não são ainda territorialmente abrangentes visto que estes ainda não cobrem todas as cidades e vilas em risco de cheias ao longo das 13 bacias internacionais;
- ii) Há alocação de investimentos avultados, sobretudo na agricultura, na reabilitação de sistemas de regadio e na construção de infraestruturas de armazenamento e de conservação de alimentos em áreas com baixo nível de

protecção, ou seja, áreas com protecção apenas para cheias de período de retorno não superior a 30 anos;

- iii) Persiste o cenário de baixo nível protecção da cobertura das infraestruturas públicas ao longo das zona costeira, facto que mantém as instituições públicas, as escolas, os hospitais, a rede de energia eléctrica e as estações de tratamento de água vulneráveis aos ciclones, independentemente da sua magnitude.

Contexto e constrangimentos

148. Três factores contribuíram para o baixo desempenho neste indicador, a saber:

- i) A combinação da predominância de população rural (70%), na sua maioria a viver em áreas sujeitas aos riscos múltiplos (cheias, secas e cheias), e a elevada concentração da população (60%) ao longo da zona costeira, totalmente exposta aos ciclones, tempestades de ondas, cheias e erosão;
- ii) O aparente uso ineficiente dos planos de uso de terra e
- iii) A inexistência de normas de construção e do uso obrigatório do seguro para propriedade, que sirvam de instrumentos eficientes para a redução do risco de desastres, em particular para investimentos e infraestruturas, tais como sistemas de irrigação, escolas, hospitais, rede eléctrica e sistemas de tratamento de água.

149. Para responder aos desafios, como medidas urgentes deve-se:

- i) Aumentar a capacidade das infraestruturas de protecção existentes para resistir, no mínimo, a cheias com um período de retorno de 100 anos;
- ii) Acelerar-se a pesquisa e disseminação de materiais e tecnologias de construção baratas mas duráveis e ajustadas para áreas susceptíveis aos ciclones e sismos;
- iii) Melhorar o diálogo entre o Governo e o sector privado, particularmente, as empresas de construção civil, para se acordar e implementar com rigor, as normas de construção, logo que estas estejam prontas e aprovadas;
- iv) Manter-se discussão aberta entre os diversos actores sobre a necessidade da adopção do seguro obrigatório e integral contra riscos múltiplos para as infraestruturas públicas.

150. Em termos práticos, espera-se do lado do Governo que os ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e das Obras Públicas e Habitação (MOPH) desempenhem um papel mais activo liderando o desenho e estabelecimento das normas de construção contra todos os riscos, e cuidadosamente ajustadas ao contexto geográfico específico.

8.4. Indicador chave 4: O planeamento e gestão dos assentamentos humanos incorpora elementos da redução do risco, incluindo a aplicação de normas de construção

Acções realizadas

151. Desde que Moçambique embarcou no processo de municipalização, em 1998, houve descentralização do planeamento e gestão dos grandes centros urbanos (33 cidades e vilas) para os municípios locais. Em 2009, mais 10 vilas foram elevadas a categoria de municípios, aumentando para 43 o número de municípios em todo o país.
152. Esforços têm sido envidados com vista a melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos, através da oferta de mais terra urbanizada e da requalificação dos bairros irregulares onde vive mais de 70% da população urbana moçambicana.
153. São exemplos de sucesso nesta área:
- i) O início da implementação do Plano de Desenvolvimento do Município de Maputo (PROMAPUTO), prestando maior atenção ao melhoramento das estradas e rede de drenagem nos bairros periféricos da cidade de Maputo. Os resultados destas acções incluem:
 - o A construção da nova estrada e sistema de drenagem ligando os bairros de Costa do Sol e Laulane;
 - o A reabilitação e melhoramento do estrada e do sistema de transporte público na Praça dos Antigos Combatentes (Xiquelene);
 - o O melhoramento das estradas e do sistema de drenagem de água pluviais nos bairros da Mafalala e Polana Caniço 'A', e o trabalho em curso visando a requalificação do bairro de Maxaquene, um dos bairros desordenados mais populosos da cidade capital moçambicana.
 - ii) A conclusão da reabilitação do sistema de drenagem principal no município da Beira, a segunda maior cidade moçambicana, albergando 432.583 pessoas;
 - iii) A disponibilização de talhões para habitação nas áreas de expansão de todas as cidades, com destaque para as cidades de Matola e Nampula, consideradas algumas das cidades com a mais altas taxas de crescimento urbano ao longo dos últimos 10 anos;
 - iv) Em curso o programa de estabilização da erosão na vila de Changara, provincial de Tete;

- v) A expansão das redes de energia eléctrica e de abastecimento de água para as zonas suburbanas de todos os 43 municípios e outras vilas, acompanhadas da redução das respectivas tarifas para as famílias urbanas pobres;
- vi) Planificada a atribuição, em 2011, de 47.000 talhões de terra urbanizada e a promoção da construção de 18.000 casas, uma iniciativa jamais vista no país desde a independência nacional.

Contexto e constrangimentos

154. O acesso à habitação e terra urbanizada nas cidades moçambicanas ocorre a um ritmo relativamente lento quando comparado com a demanda. Até se pode dizer que não existe um mercado formal de habitação, incluindo de habitação social.

155. Como resultado das dificuldades de acesso a habitação:

- i) Mais de 70% das casas são auto-construídas, na sua maioria em bairros ilegais e desordenados e sem infraestruturas básicas como estradas, electricidade, água e saneamento;
- ii) Quando a consciência de risco está presente entre os residentes da cidade, os elevados níveis de pobreza constituem a maior obstáculo para acesso a terra segura mas mais cara ou para compra das poucas casas convencionais disponíveis no mercado;
- iii) A maioria das famílias recorre aos pedreiros não qualificados para a construção das suas casas. Daí que em geral, as casas de auto-construção são erguidas sem nenhuma autorização pelas autoridades municipais locais;
- iv) Alguns funcionários municipais tem contribuído para o surgimento de ocupações ilegais de terrenos, através do fomento de esquemas de corrupção.

156. Assim, a mudança do actual cenário do aparente caos na ocupação da terra nas cidades moçambicanas exige maior compromisso político dos municípios. Para o efeito é preciso, dentre outras medidas:

- i) Promover, como parte da implementação da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial aprovada em 2007, um rápido planeamento do uso de terra nas áreas de expansão urbana de modo a evitar o parcelamento ilegal de terra pelos seus actuais ocupantes, principalmente os agricultores peri-urbanos;
- ii) Implementar um programa abrangente de melhoramento dos bairros suburbanos degradados;

- iii) Promover a observância da legislação e regulamentos urbanos de construção de habitação
- iv) Promover a criação de pequenas empresas de construção civil e da formação profissional dos respectivos pedreiros em normas e tecnologias de construção seguras.

157. A este respeito, os participantes do *diálogo entre os diferentes actores sobre a implementação da Plataforma de Acção de Hyogo ao nível local*, realizado no **distrito do Búzi**, recomendam a sensibilização das comunidades locais para não construírem as suas casas sobre os sistemas de drenagem, pois isso contribui para a amplificação do risco de inundações e do desabamento de casas sempre que ocorrem chuvas torrenciais ou prolongadas.

8.5 Indicador chave 5: Medidas de redução do risco de desastres estão integradas nos processos de recuperação e de reconstrução pós-desastres

Acções realizadas

158. Apesar de não existirem tectos orçamentais específicas para acções de recuperação e reconstrução pós-desastres, é de reconhecer que desde 2007, o Governo tem estado a alocar, anualmente, recursos do Orçamento do Estado para o financiamento das actividades de reconstrução nas zonas afectadas por desastres.

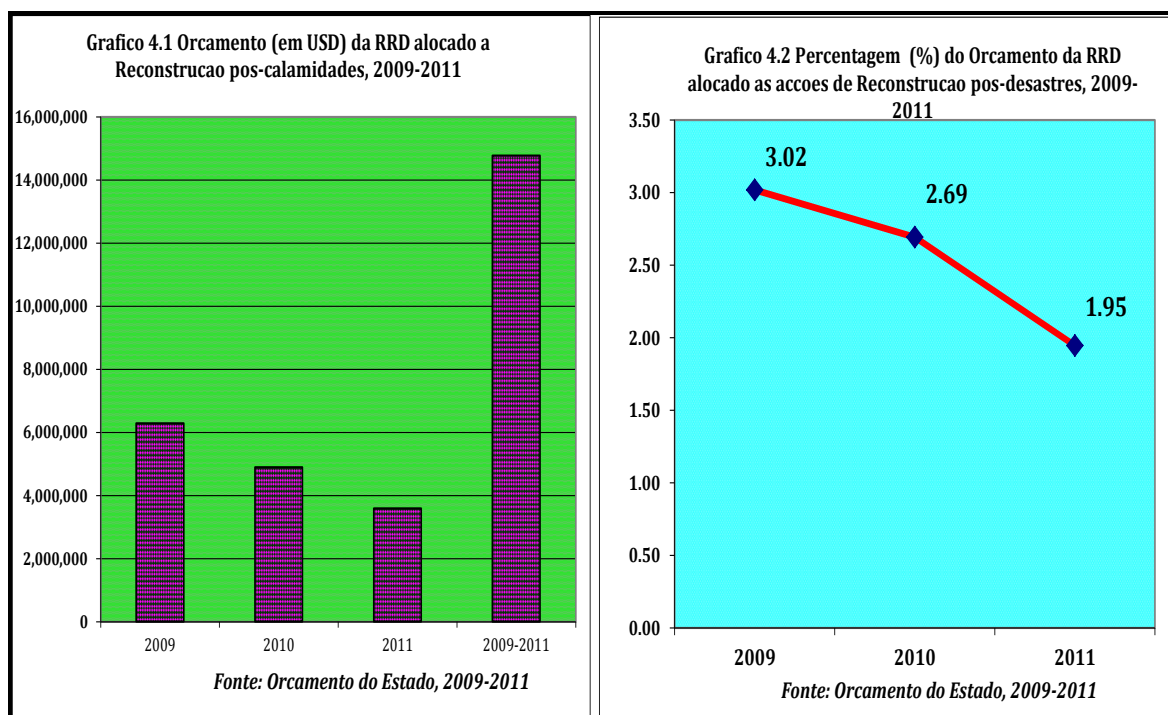
159. Como exemplos de sucesso da reconstrução pós-desastres, figuram:

- i) A conclusão, nas cidades de Maputo e Matola, do processo de reconstrução pós-explosões do Paiol de Malhazine, na Cidade de Maputo, em 2007, sendo destaque:
 - a. A reposição das cerca de 260 casas totalmente destruídas e reabilitação de cerca de 12 mil casas parcialmente destruídas;
 - b. A fixação de pensões de sobrevivência para as famílias que perderam entre os seus membros, o respectivo chefe do agregado familiar;
 - c. A disponibilização de assistência médica e medicamentosa de longo prazo e do aconselhamento psico-social para os membros das famílias afectadas
- ii) Em curso o programa de recuperação e reconstrução beneficiando as 55 mil famílias afectadas pelas cheias de 2007 e 2008 nos rios Zambeze e Save. Até então, foi concluída a construção de 6.000 casas nos respectivos bairros de reassentamento.

160. No âmbito do género, dentre as diversas acções realizadas, destacam-se:

- i) A implementação de actividades de geração de renda não agrícola beneficiando as mulheres chefes de agregado familiar e pessoas vulneráveis com capacidade para o trabalho;
- ii) O estabelecimento de postos policiais nos centros de reassentamento visando garantir segurança total e resolver casos de violência contra a mulher e criança;
- iii) A divulgação de mensagens de consciencialização das mulheres e das comunidades locais, incluindo as respectivas lideranças para denunciarem junto das autoridades policiais, todo o tipo de violência praticada contra a mulher ou criança.

161. No que tange ao financiamento, entre 2009-2011, cerca de 14.77 milhões de dólares americanos, o correspondente a 2.49% do total de recursos do Orçamento do Estado alocados para a RRD, foram consignados aos programas de reconstrução pós-desastres, conforme mostram as **Gráficos 4.1 e 4.2**.



Contexto e constrangimentos

162. O período 2005-2010 representa um período de ruptura na abordagem da recuperação e reconstrução pós-desastres, quando comparado com o período anterior 2000-2005, no sentido de que houve mudança da liderança do processo, que passou dos Parceiros externos para o Governo.

163. De forma explícita, o Governo assumiu todo o processo de reconstrução a seguir aos desastres de 2007 e 2008, ao contrário dos anos 2000 e 2001 quando a reconstrução pós-desastres foi financiada e liderada pela Comunidade internacional.
164. Porém, é preciso notar que apesar do compromisso político do Governo de alocar anualmente recursos do Orçamento do Estado para o processo de construção, o País ainda não tem capacidade financeira suficiente para implementar e concluir, a curto prazo, um programa de reassentamento enorme como aquele em curso no Vale do Zambeze.
165. Como consequência insuficiência de recursos, e com base nas evidências actuais, o processo de reassentamento em curso no Vale do Zambeze tem decorrido a um passo lento. Por exemplo, durante os últimos 3 anos de implementação (2008-2010), somente 24% (6.000 casas) das 25.000 planificadas (com base na reavaliação de realizada em 2010) foram concluídas. A **ausência de uma estratégia nacional de reassentamento**, pode estar, em parte, a agravar esta situação.
166. Neste contexto, o estabelecimento de um Fundo para a Redução do Risco de Desastres que tenha recursos dedicados ao financiamento de todos os ciclos de gestão de desastres pode vir a preencher a lacuna existente na mobilização de recursos suficientes para o financiamento de programas de recuperação e de reconstrução pós-desastres, incluindo desastres devastadores que possam ocorrer no futuro como consequência do impacto das mudanças climáticas.

8. 6 Indicador chave 6: Existem mecanismos para avaliar os impactos do risco de desastres sobre os grandes projectos de desenvolvimento, e em especial, as infraestruturas

Acções realizadas

167. Os impactos dos projectos de desenvolvimento sobre o risco de desastres estão cuidadosamente integrados na legislação e estratégias nacionais, designadamente, na Lei do Ambiente, aprovada em 1997, e na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2007, pelo Conselho de Ministros.
168. Assim, com vista a prevenir que os grandes projectos de desenvolvimento constituam fonte do risco de desastres, dentre outras acções destaca-se:
- i) A criação da Autoridade Nacional para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para apoiar as estratégias do Governo na área de mitigação das mudanças climáticas. Esta autoridade é constituída por quadros dos ministérios para a

Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e da Ciência e Tecnologia (MCT) e de peritos da Universidade Eduardo Mondlane;

ii) A submissão à Avaliação do Impacto Ambiental (AIA), de todos os projectos de desenvolvimento de categoria A, como sejam, barragens, indústrias, grandes hotéis e instâncias turísticas, sistemas de regadio. Esta avaliação é aprovada pelo MICOA com suporte técnico e científico da Universidade Eduardo Mondlane, a maior e mais antiga universidade pública do país.

iii) A realização de consultas e debates públicos com diferentes actores para a aprovação de grandes projectos de desenvolvimento. São exemplos de destaque:

- Aprovação, em 2010, da construção da barragem de Mpanda Nkuwa, cujas obras iniciarão em 2011. Esta decisão foi antecedida pela realização e aprovação da respectiva EPDA, estando em curso os estudos de Avaliação do Impacto Ambiental. Prevê-se a realização, durante o segundo semestre de 2011, do processo de auscultação pública sobre os resultados da AIA.
- Realização de vários estudos para comprovar que o Governo podia autorizar a fábrica de alumínio- Mozal, a maior indústria em Moçambique, a usar o *bypass* durante seis meses, sem causar problemas de saúde as populações residentes à volta ou na proximidade desta fábrica.

iv) A revisão do desenho de várias estradas, linhas férreas e pontes para acomodar maior capacidade de vazão de águas. Constituem exemplos:

- O recém reabilitado sistema ferro-rodoviário, ponte e barragem de Macarretane, sobre o rio Limpopo em Chókwè;
- A Estrada Nacional N1 em várias secções que atravessam as planícies de inundação nos rios Incomáti, Limpopo e Save
- O sistema ferro-rodoviário do Corredor do Limpopo, ligando o porto de Maputo e vizinho Zimbábwe
- A recém construída ponte Armando Guebuza, sobre o Rio Zambeze.

Contexto e constrangimentos

169. O maior desafio que Moçambique enfrenta, e sobretudo considerando que é um país ainda pobre, é assegurar a promoção do seu desenvolvimento sem criar conflitos entre o Governo, os ambientalistas e investidores.

170. Contudo, se almejar alcançar um crescimento económico sustentável, Moçambique não tem muitas opções que não sejam:

- i) Investir na agricultura mecanizada e irrigada, visto que do total de 36 milhões de hectares de terra arável, apenas 50.000 hectares estão cobertos por sistema de regadio;
- ii) Aumentar a taxa de industrialização de modo a promover o emprego. Até ao presente, mais de 70% da população moçambicana está empregue na agricultura;
- iii) Construir mais barragens sustentáveis para o armazenamento e provisão da água para alimentar os sistemas de regadio;
- iv) Construir mais estações de produção de energia, incluindo estações térmicas, para o fornecimento de energia às actividades económicas.

171. Porém, a ainda fraca capacidade técnico-científica do lado do Governo, das organizações ambientalistas e das universidades constitui um enorme desafio para o desenvolvimento nacional futuro, particularmente no que tange à tomada de decisões informadas para o estabelecimento de grandes programas e projectos de desenvolvimento. Decisões que estejam isentas de conflitos de interesse e percepções.

172. O caso mais recente de conflito entre o Governo e organizações ambientalistas é a construção da Barragem de Mpanda Nkuwa, sobre o rio Zambeze. Organizações ambientalistas moçambicanas têm defendido que Moçambique não devia construir nenhuma outra barragem sobre o Rio Zambeze, porque pode, por um lado, aumentar o risco de sismos, e por outro, criar problemas ambientais nos países à montante (Zimbábwe e Malawi) e nas comunidades à jusante da barragem.

173. Porém, olhando para a realidade regional (SADC), com cerca de 539 e 213 grandes barragens, a África do Sul e o Zimbábwe, respectivamente, dependem das suas barragens para conservação da água para a produção agrícola nos anos de seca. Por seu turno, com apenas 8 barragens grandes, Moçambique depende das importações de alimentos a partir da África do Sul.

174. Neste contexto, mais capacidade técnica deve ser criada em ambos sectores, de modo a eliminar-se desentendimentos e especulações e criar-se uma atmosfera de debate sobre a Avaliação do Impacto Ambiental para que os riscos ambientais reais sejam atempadamente prevenidos ou mitigados.

CAPITULO IX. PRIORIDADE DE ACÇÃO 5

FORTALECER A PRONTIDÃO PARA UMA RESPOSTA EFICAZ AOS DESASTRES A TODOS OS NÍVEIS

Quadro 1. Avaliação global da Prioridade de Acção 5

O desempenho global nesta prioridade é difuso, visto apresentar dois extremos. Por um lado, e à semelhança da prioridade 3, metade (2) dos indicadores (4) de avaliação registaram *pouco (algum) progresso*. Trata-se, respectivamente da existência, a todos os níveis, de mecanismos e capacidade política, técnica e institucional para a redução do risco de desastres, bem como, a existência de procedimentos para realização de balanços pós-desastres, particularmente, das perdas. Mas, por outro lado, e no outro extremo, é nesta prioridade onde o País conseguiu alcançar o topo, atingindo *progresso abrangente e compromisso sustentado* na componente de planos de contingência e prontidão contra desastres. Na verdade, é a existência de planos de contingência acordados e financiados mútua e atempadamente pelo Governo e seus Parceiros, bem como a realização regular de exercícios de simulações nacionais, regionais e comunitárias, que elevaram os níveis de prontidão e de resposta aos desastres entre os anos 2007 e 2011. É esta experiência exemplar que tornou Moçambique num dos melhores exemplos mundiais de resposta aos desastres. Assim, para acelerar os progressos nas áreas ainda atrasadas, há necessidade de se acelerar a capacitação técnica e material dos Governos provinciais e distritais, de modo a tornarem-se capazes de responder às emergências de nível local sem precisar da intervenção e presença directas do nível central. Por outro lado, é urgente a capacitação dos técnicos sectoriais em metodologias universais de avaliação de danos e perdas, condição essencial para fundamentar, economicamente, todas as intervenções que venham a ser tomadas com vista à mitigação dos desastres nas zonas de alto risco, mas com enorme potencial produtivo.

9.1 Indicador chave 1: Existem mecanismos e capacidades política, técnica e instituconal fortes para a gestão do risco de desastres, orientados para uma perspectiva de redução do risco de desastres

Acções realizadas

175. Esta é a segunda área que registou menos progressos, particularmente no que se refere à preparação das infraestruturas sanitárias e escolares para se tornarem mais seguras e mais resilientes aos desastres.
176. É que os esforços em curso estão ainda circunscritos a algumas iniciativas viradas para os aspectos técnicos inerentes ao planeamento territorial e normas de construção

que devem ser observados pelos investidores na hora de decidir a alocação dos seus investimentos no espaço.

177. Constituem exemplos:

- i) A publicação, em 2009, pelo Ministério das Obras Públicas e Habitação - no âmbito do planeamento urbano, de um guião que orienta o processo de expansão urbana, o qual insta todos os municípios e vilas a proceder à avaliação do risco de desastres, como parte essencial dos planos locais de uso de terra, e sobretudo, para a tomada de decisão sobre a localização no espaço de novos assentamentos humanos e infraestruturas chaves;
- ii) A publicação, em 2007, pelo INGC em parceria com a UN Habitat, de um guião de construção em áreas susceptíveis a ciclones, tendo como objectivo, reduzir os danos causados pelos ciclones sobre infraestruturas, incluindo escolas e unidades sanitárias;
- iii) A integração da componente do planeamento de infraestruturas na Política Nacional de Águas, tendo como propósito, reduzir o impacto das cheias sobre as infraestruturas através da melhoria da coordenação do planeamento de infraestruturas, de comunicação e do arranjo institucional nas áreas em risco de cheias;
- iv) A realização, pela ARA-Sul, do mapeamento do risco de cheias nas bacias do Limpopo, Incomáti, Maputo e Umbelúzi, mostrando as diversas infraestruturas (escolas e hospitais) e assentamentos humanos que seriam afectadas por cheias de diferentes magnitudes.

177. Por outro lado, foram realizadas sessões de capacitação aos professores, incluindo exercícios de demonstração para alunos dentro das escolas durante as simulações nacionais, regionais e locais, que se realizam anualmente, visando aumentar o nível de prontidão das comunidades locais às ameaças. Alguns destes professores fazem parte dos Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades.

178. Adicionalmente, como parte da gestão do risco de cheias, foram criadas e estão em funcionamento os comités de gestão da água nas bacias do Limpopo, Incomáti, Umbelúzi, Save e Maputo (na região Sul), no Búzi, Púngue e Zambeze (na região Centro) e em curso a criação dos comités de gestão de água na bacia do Rovuma, na região Norte do País.

Contexto e constrangimentos

179. Todas as limitações existentes nesta área estão relacionadas, em parte, com o próprio âmbito da Política Nacional de Águas e dos próprios guiões. Por um lado, enquanto a Política Nacional de Águas é de âmbito geral, não especificando nenhuma prioridade, os guiões existentes nunca foram oficialmente adoptados como regulamentos para aplicação obrigatória por todos os investidores e instituições, incluindo aquelas com responsabilidade sobre a gestão do uso da terra.
180. Assim, estes guiões continuam sendo simples documentos técnicos sem vinculação às autoridades locais e investidores que têm intervenções em curso em áreas sujeitas a riscos múltiplos.
181. Ainda, apesar do cometimento nacional e local de envolver as escolas nos exercícios de simulação, o real estado de vulnerabilidade das escolas e das unidades sanitárias ainda não está plenamente avaliado, actualizado e disseminado para permitir que todos os actores, incluindo as autoridades locais, implementem medidas específicas que garantam a sua protecção e segurança durante as emergências, independentemente da sua magnitude.

9.2 Indicador chave 2: Existem, a todos os níveis, planos de contingência e de prontidão contra desastres, e exercícios de simulação são realizados para testar e desenvolver programas de resposta aos desastres

Acções realizadas

182. Ao longo dos últimos 5 anos, Moçambique demonstrou estar a caminhar com consistência e determinação para a criação da capacidade nacional de prontidão e resposta para emergências complexas e múltiplas através da provisão atempada de recursos: financeiros, humanos e materiais, que permitam o País responder e gerir adequadamente as emergências.
183. Em adição aos já existentes e operacionais Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) de Maputo e os 3 Centros Regionais (Vilankulo, Caia e Nacala), está em curso a construção de mais cinco Centros Operativos de Emergência (COE) nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Sofala, Zambézia e Tete.
184. Porém, é importante sublinhar que todas as províncias possuem alguma capacidade para responder às emergências de dimensão local, conforme estabelecido nas normas aprovadas em 2006, pelo Conselho de Ministros, sobre o estabelecimento e funcionamento do CENOE.

185. Está, igualmente consolidado, o processo de preparação dos Planos de Contingência como um processo participativo envolvendo vários sectores e actores. Esta abordagem, permitiu, dentre outros ganhos, a integração de todas as questões de atenção especial, particularmente, género e grupos sociais vulneráveis, nas operações de resposta e alívio às emergências. Adicionalmente, com base nesta abordagem, ficou assegurada a disponibilidade, em tempo útil, de recursos adequados para a resposta às emergências, em função da magnitude dos desastres.
186. Com base na magnitude e complexidade dos desastres de 2007, o Governo decidiu, a partir de 2008, elevar e fixar um orçamento anual inicial de 3.5 a 4.0 milhões de dólares americanos para a implementação do Plano de Contingência a todos os níveis territoriais. Este orçamento é sujeito a revisão (aumento) em função da evolução da situação de emergência, com base nos cenários previstos no Plano de Contingência.
187. De referir que os planos de contingência e de prontidão contra desastres são preparados com base nas previsões meteorológicas e hidrológicas publicadas pelo INAM e pela DNA, logo a seguir a publicação pelo Centro Regional de Previsão do Tempo para a África Austral (SARCOF), em Setembro de cada ano, da previsão sazonal regional sobre a probabilidade de ocorrência de precipitação dentro dos três intervalos: Acima do Normal (35%), Normal (40%) e Abaixo do Normal (25%), conforme mostram as **Figuras 5.1 e 5.2**, para a região da SADC e Moçambique, respectivamente.

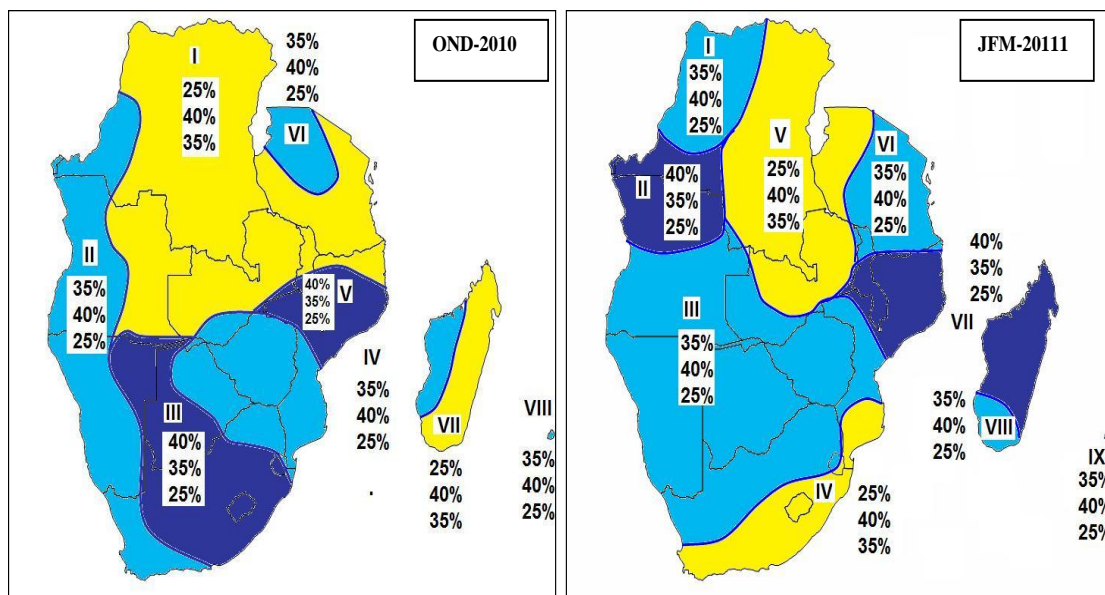


Figura 5.1. Previsão da precipitação na região da SADC (OND-2010) e (JFM-2011) (Fonte: INGC, 2010)

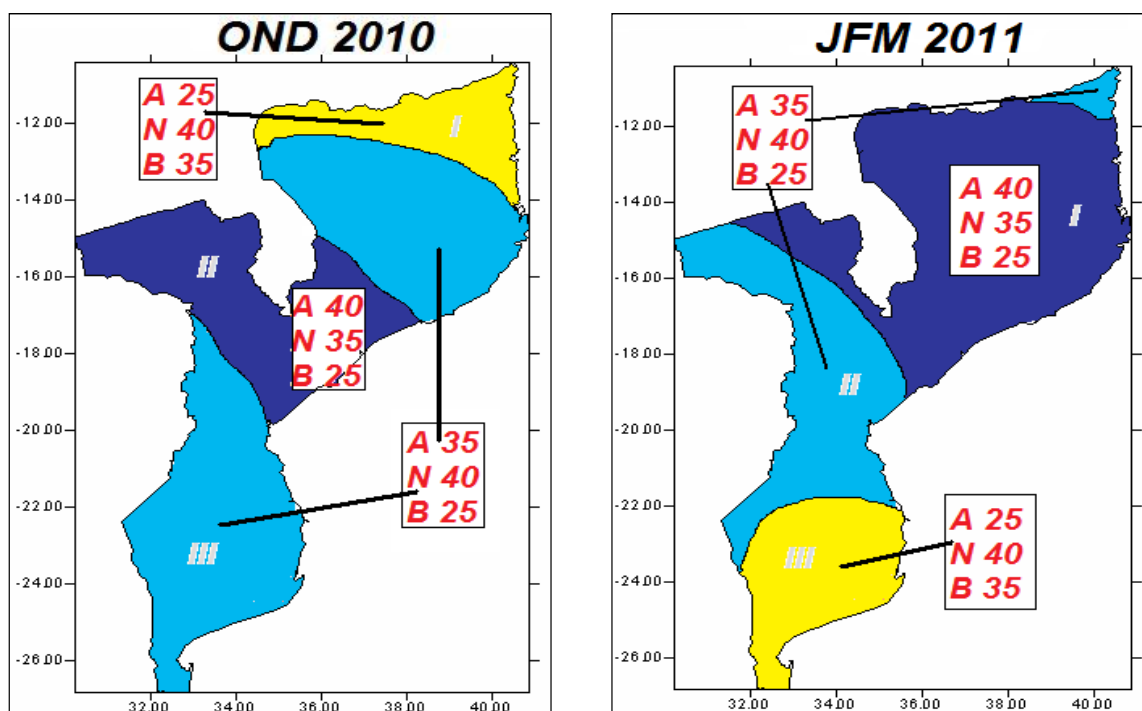


Figura 5.2 Previsão da precipitação para Moçambique(OND-2010) e (JFM-2011) (Fonte: INGC, 2010)

Contexto e constrangimentos

188. Há ainda prevalência de dificuldades técnicas e financeiras para o estabelecimento de capacidade ao nível local para responder a emergências complexas, independentemente da sua magnitude. A título ilustrativo, cerca de 80% do Plano de Contingência é ainda financiado pelos Parceiros externos, particularmente no que tange aos bens para assistência humanitária.
189. De sublinhar que em geral, os recursos do Orçamento Estado são usados prioritariamente, para as operações de busca e salvamento, a cargo da Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC); na assistência humanitária durante as primeiras 72 horas a seguir ao desastre, bem como para financiar outras intervenções pontuais.
190. Ao nível técnico, a capacidade de modelação de cheias ainda não foi expandida para as outras regiões do país. Como consequência, esta actividade continua a ser realizada, exclusivamente, pela ARA-Sul. Assim, há necessidade de capacitação das outras ARA's (Centro, Zambeze, Norte) para que estas possam apoiar os CENOE Regionais e os COE provinciais a melhorar a capacidade local de resposta as cheias, como por exemplo, através da identificação correcta de locais seguros para acomodação temporária; ou dos locais para a fixação definitiva dos assentamentos humanos e infraestruturas, no âmbito dos programas de reassentamento pós-cheias.

9.3. Indicador chave 3: Existem reservas financeiras e mecanismos de contingência para apoiar a resposta e recuperação eficazes, sempre que for necessário

Acções realizadas

191. Conforme foi mencionado anteriormente, Moçambique tem vindo a demonstrar um forte cometimento nacional e institucional para garantir que o País tenha capacidade para responder eficaz e atempadamente a qualquer tipo de desastre, independentemente da sua magnitude.
192. Neste âmbito, para além dos 3.5-4 milhões de dólares alocados anualmente para o Plano de Contingência, reservas financeiras estratégicas são criadas no Tesouro, através do cativo obrigatório e directo de 10% do orçamento de todos os sectores até quase ao final de ano. Embora este mecanismo não seja novo, esta nova abordagem foi introduzida em 2010, em resposta às crises económica e financeira internacional.
193. Assim, de acordo com o novo comando do Governo, os 10% do orçamento sectorial e dos governos locais devem ser mantidos cactivos até ao último trimestre do ano. Estes recursos são libertos para a despesa do sector caso não ocorra nenhuma crise excepcional. Com base nesta abordagem, as poupanças realizadas podem ajudar o País a manter recursos substanciais para responder a um grande desastre enquanto mobiliza-se a comunidade internacional para a disponibilização de recursos e ajuda adicionais.
194. Pode dizer-se que à luz desta abordagem, melhorou a capacidade financeira nacional para resposta as secas, pois, embora as secas já estejam previstas no Plano de Contingência, se estas ocorrerem entre Maio-Setembro, a seguir a estação chuvosa (Outubro-Março) dominada por cheias e ciclones severos, recursos adicionais serão necessários para responder à nova crise, não apenas para provisão de bens essenciais como alimentos, água e saneamento, como também para as actividades de monitoria da evolução da situação no terreno.
195. Pelo que, apesar deste assinalável progresso, o Governo precisa repensar seriamente sobre a necessidade da introdução de novos mecanismos financeiros tais como o seguro ou de garantias contra catástrofes, de modo a reduzir o fardo do Governo para responder as necessidades de recuperação e reconstrução pós-desastres, o que permitirá que os recursos do Orçamento do Estado sejam usados para a implementação dos programas de desenvolvimento, ao invés de desviá-los para a resposta aos desastres.

Contexto e constrangimentos

196. Até à actualidade, a recuperação e reconstruções pós-calamidades, e sobretudo, as das actividades económicas, excepto a agricultura familiar, não faz parte do Plano de Contingência. Como prática generalizada, um novo plano ou programa específico é desenhado para o financiamento da reconstrução.
197. A partir de 2007, todos os programas de recuperação e reconstrução foram directamente financiados pelo Orçamento do Estado, embora haja alguns parceiros que tem dedicado algum apoio a estes programas.
198. Porém, é importante sublinhar que até hoje, o país não possui nenhum mercado de seguro contra desastres, nem faz parte de nenhum mecanismo financeiro internacional ou regional de gestão de risco de catástrofes naturais. Assim, para colmatar esta lacuna, uma proposta para a criação de Fundo para a Redução do Risco de Desastres e extensivo para a adaptação às mudanças climáticas foi submetida para discussão ao nível do Conselho Coordenador de Gestão Calamidades (CCGC), o órgão do Conselho de Minsitros para esta área.
199. Adicionalmente, mesmo que este fundo seja aprovado, sem outros mecanismos financeiros, em especial, os providenciados pelos mercados de seguros, os recursos do futuro fundo podem não ser por si suficientes para financiar a recuperação e reconstrução a seguir a um desastre enorme e complexo como as cheias e ciclones do ano de 2000, que cumulativamente afectaram 4.5 milhões de pessoas, deixaram outras 500 mil deslocadas e causaram perdas de cerca de 20% do PIB nacional daquele ano.

9.4. Indicador chave 4: Existem procedimentos estabelecidos para a troca de informação durante a ocorrência de ameaças e desastres, e para a realização de balanços pós-desastres.

Acções realizadas

200. Durante os anos de emergência, a avaliação de danos tem sido ao foco tradicional das autoridades moçambicanas. Em geral, os resultados dessas avaliações são usados para a avaliação das necessidades para o período pós-desastres, em particular, para a recuperação e reconstrução das infraestruturas sócio-económicas.
201. Recentemente, o CENOE elaborou e disseminou para todos os sectores do Governo membros do CTGC e aos governos locais, os guiões para a avaliação rápida dos danos resultantes dos desastres.
202. Os membros do CTGC ao nível central e provincial bem como os governos distritais, são os maiores usuários destes guiões e os principais alvos das sessões de capacitação sobre a recolha de informação nos locais afectados.

203. Diversos tipos de informação fazem parte destes guiões, desde informação sobre a população afectada (dados de mortos, feridos e deslocados, desagregados por sexo, idade e condição social - pessoas portadoras de deficiência, doentes crónicos, etc), infraestruturas danificadas (rede de estradas, de caminhos de ferro, de transporte de energia, etc), infraestruturas sociais (escolas, unidades sanitárias, igrejas), activos (casas, barcos, culturas, gado) e infraestruturas económicas (indústrias, irrigação, etc).
204. Deste modo, as questões de género, incluindo as crianças, estão salvaguardadas durante a recolha de dados. No seu conjunto, estes dados servem de base para a avaliação dos impactos sociais dos desastres bem como para a estimação das necessidades pós-desastres.

Contexto e constrangimentos

205. Há ainda maior ênfase na avaliação rápida de danos no lugar da avaliação abrangente de danos e perdas. Ademais, estas avaliações tem sido realizadas logo a seguir ao desastres, cobrindo, por consequência, apenas os locais acessíveis por estrada.
206. Adicionalmente, as perdas económicas e sociais, em geral, não são contabilizadas. Tal facto pode ser decorrente da falta de capacidade técnica para a sua execução. Como resultado, as perdas no sector real da economia não são devidamente estimadas. Consequentemente, a actividade económica leva muito tempo para recuperar-se, já que medidas apropriadas não são adequadamente implementadas para responder especificamente às necessidades das actividades económicas afectadas.
207. Assim, para alterar este cenário, é necessária a capacitação técnica específica para todos os membros do CTGC e outros especialistas dos sectores chaves de modo a criar-se capacidade nacional para realizar avaliação abrangente de danos e perdas que sigam as metodologias e padrões internacionalmente acordados.

CAPÍTULO X. CONDUTORES DO PROGRESSO

Quadro 7. Resumo da avaliação global dos Condutores do progresso

Condutores do Progresso	Nível de confiança			Limitação
	1	2	3	
a) Abordagem integrada de ameaças múltiplas para a redução do risco de desastres e para o desenvolvimento		Confiança parcial		Não totalmente implementada em todos os sectores
b) Adoptadas e institucionalizadas as perspectivas de género sobre a redução do risco e recuperação pós-desastres		Confiança parcial		Ausência de Estratégia de Género e RRD e metodologias orientadoras
c) Identificadas e fortalecidas as capacidades para a redução do risco e recuperação pós-desastres			Confiança significativa	Ausência de Estratégia nacional da RRD
d) Integradas abordagens de segurança humana e equidade social nas actividades de redução do risco de desastres e recuperação		Confiança parcial		Ausência de uma Estratégia de Reassentamento pós-desastres
e) Promovido, a todos os níveis, o engajamento e parcerias com os actores não governamentais, sociedade civil, sector privado e outros actores		Confiança parcial		Diálogo com Sociedade Civil ainda não consolidado
f) Contexto dos indutores de progresso			Confiança significativa	Ausência de um Fundo de Redução do Risco de Desastres
Avaliação Global por Indicador	0	4	2	

10.1 a) Abordagem integrada de ameaças múltiplas para a redução do risco de desastres e para o desenvolvimento

Acções realizadas

208. O País já realizou estudos e avaliações de ameaças múltiplas à escala nacional, tendo os respectivos resultados sido utilizados na formulação de planos e estratégias nacionais actualmente em implementação, nomeadamente, do Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades (2006-2015) e o Plano Nacional de Acção para a Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA).
209. Anualmente, planos de contingência são preparados com base no mapeamento das ameaças existente.
210. O Governo tem usado os resultados da investigação para a tomada de decisões. É exemplo mais recente, a utilização dos resultados do recente estudo (2009), do INGC sobre os impactos das mudanças climáticas sobre a RRD em Moçambique e da Terceira Avaliação Nacional da Pobreza (2008/2009) para a formulação das prioridades nacionais definidas no Programa Quinquenal do Governo (2010-2014), a seguir às eleições de Outubro de 2009, e na elaboração conjunta (Governo, Sociedade Civil e Parceiros do Apoio Programático), da terceira geração do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP 2011-2014).

211. Como parte da implementação das recomendações destes e outros estudos e estratégias anteriores, o novo governo formado a seguir às eleições de 2009:

- i) Aprovou o Plano Estratégico de Irrigação (2010-2019), um instrumento que visa aumentar o uso da irrigação e criar resiliência da agricultura ao efeito das secas;
- ii) Está engajado na preparação de grandes investimentos piloto para a protecção da agricultura, infraestruturas, turismo, florestas e cidades costeiras, no âmbito do Programa Piloto para a Resiliência Climática (PPCR), a ser implementado nas bacias do Zambeze e Limpopo e na cidade da Beira, sob financiamento do Banco Mundial, Coporação Financeira Internacional (IFC) e o Banco Africano de Desenvolvimento.

212. Por outro lado, foi produzido, em 2003, pelo INGC em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane e a FEWS NET, o Atlas para prontidão e resposota de desastres na bacia do rio Limpopo. Este Atlas tem sido usado para a preparação das simulações anuais, tendo em vista aumentar o nível de prontidão das comunidades locais para responder às cheias ao longo desta bacia. As mesmas instituições prevêm concluir, em 2011, a elaboração de mais dois Atlas para as bacias do Zambeze e do Búzi. Estes Atlas servirão de importante fonte de informação para o planeamento do desenvolvimento bem como para apoiar as operações de evacuação das populações afectadas por cheias ao longo destas bacias.

10.2 b) Adoptadas e institucionalizadas as perspectivas de género sobre a redução do risco e recuperação pós-desastres

Acções realizadas

213. Moçambique goza de um ambiente político e social saudável no que tange ao empoderamento e protecção da mulher contra todos os tipos de discriminação. Para o efeito, existe diversa legislação, políticas, estratégias, planos e órgãos de coordenação dos assuntos de género a todos os níveis. Estes órgãos têm servido de mecanismo de coordenação das acções de género no âmbito da redução do risco e na recuperação pós-desastres.

214. No âmbito da RRD, são exemplos de realce na área do género:

- i) O destacamento, durante as emergências, de equipas multisectoriais lideradas pelo Ministério da Mulher e da Acção Social, e suas representações provinciais e distritais, para as áreas efectadas por desastres tendo como objectivo monitorar o trabalho de assistência humanitária realizado no terreno pelas diversas agências de modo a assegurar que as mulheres e os grupos sociais vulneráveis não são

discriminados no acesso aos bens de emergência (alimentos e abrigo) e que água potável e saneamento são disponibilizados imediatamente a seguir aos desastres por forma a evitar os constrangimentos sociais impostos à mulher quando estes serviços são ausentes em áreas afectadas por desastres;

- ii) A criação, em todos os centros de acomodação ou de reassentamento, de postos policiais integrando pessoal especializado para apoiar as mulheres que denunciem casos de violência;
 - iii) A realização, pela Comissão dos Assuntos Sociais, Género e Ambiente, da Assembleia da República, de visitas regulares às zonas afectadas com vista ao monitoramento do progresso das acções de assistência humanitária e de recuperação pós-desastres;
 - iv) A criação e capacitação dos Conselhos Provinciais e Distritais de Avanço da Mulher, em matérias de direitos humanos e direitos da mulher, a legislação nacional sobre o empoderamento e protecção da mulher contra todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica contra a mulher e a criança;
 - v) A participação activa das mulheres nos Conselhos Consultivos Locais e nos Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades;
 - vi) A integração da mulher nos cursos de formação profissional em matérias de gestão de negócios; a focalização da assistência técnica dos extensionistas agrários à mulher; e a priorização das mulheres chefes dos agregados familiares nos programas de “*Comida por trabalho*”.
215. Apesar destes progressos, há necessidade de se continuar as acções de formação visando a elevação da educação das mulheres bem como da disseminação da legislação e instrumentos sobre o género de modo a assegurar que os direitos das mulheres não são prejudicados pelas normas costumeiras, particularmente, no que respeita ao acesso e posse de terra irrigável.

10.3 c) Identificadas e fortalecidas as capacidades para a redução do risco e recuperação pós-desastres

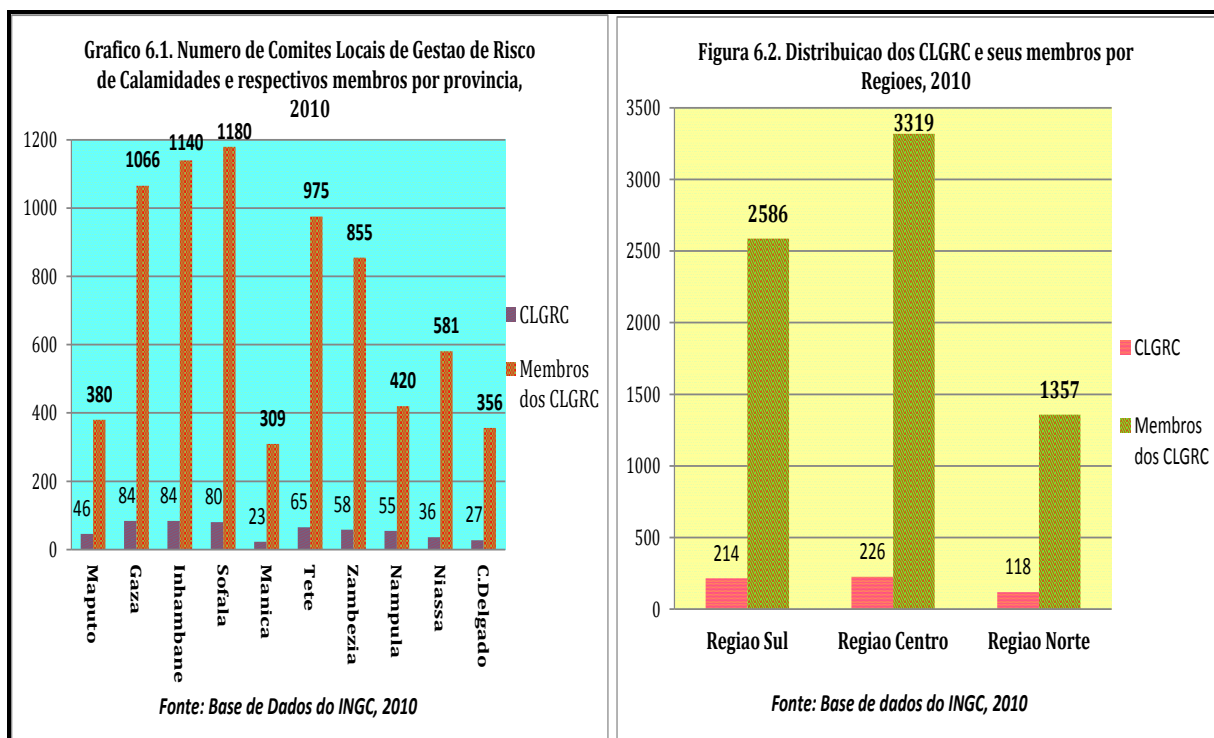
Acções realizadas

216. O Governo está empenhado em melhorar a capacidade nacional para a integração da RRD e dos impactos das mudanças climáticas nas políticas, planos e estratégias de desenvolvimento nacional, sectorial e local.

217. Assim, já foram identificadas as necessidade nacionais e locais para a integração destes assuntos, tendo sido, dentre outros, realizadas as seguintes acções:

- i) Fortalecimento contínuo dos sistemas nacionais de aviso prévio e de disseminação de informação orientados para o aumento da prontidão. Como resultado, a acção antecipada da comunidades locais contribuiu sobremaneira para a prevenção de perdas de vidas humanas e de propriedade devido às cheias;
- ii) Desenvolvimento contínuo da capacidade dos níveis locais, com a institucionalização dos Conselhos Distritais de Gestão do Risco em todos os 128 distritos, e a criação e capacitação de mais Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades, como um mecanismo que permite às comunidades locais responder eficazmente aos desastres e aos impactos das mudanças climáticas.

218. Neste sentido, ao longo dos últimos quatro anos (2007-2010), foram criados em todo o país, 558 Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades, integrando 7.262, conforme mostram os **Gráficos 6.1 e 6.2**. Cerca de metade dos comités já foram capacitados e equipados de modo a executar adequadamente as suas tarefas.



219. Sobre o papel dos Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades, os resultados *do diálogo de vários actores sobre a implementação da Plataforma de*

Acção de Hyogo ao nível local, realizado no **distrito do Buzi**, em Abril de 2011, revelam que ao nível local:

- i) A criação dos Comités Locais contribuiu para a sensibilização das comunidades locais para participarem em actividades de RRD, bem como para a partilha e troca de informação via rádio (VHF) durante as emergências, entre a população do distrito e entre esta e os níveis territoriais superiores;
 - ii) Foi alcançado o envolvimento de todos os actores locais em acções de redução do risco de desastres, com destaque para a participação activa dos líderes comunitários, líderes religiosos, juventude e das mulheres;
 - iii) A Cruz Vermelha de Moçambique tem desempenhado um papel de destaque liderando as acções de assistência humanitária, incluindo o treinamento da juventude local com vista ao seu envolvimento nas acções de assistência humanitária.
217. Por outro lado, ao nível nacional, houve melhoria da integração da RRD no planeamento sectorial. Neste âmbito, sob orientação técnica e metodológica do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, está em curso a disseminação em todo o país, da matriz de integração da Redução do Risco de Desastres, Ambiente e outros assuntos transversais tendo como objectivo orientar a integração plena destes assuntos nos planos e orçamentos sectoriais e locais.

10.4 d) Integradas abordagens de segurança humana e equidade social nas actividades de redução do risco de desastres e recuperação

Acções realizadas

218. Como parte do Plano de Contigência, recursos do Orçamento do Estado são mantidos cativos até ao último trimestre de cada ano, como mecanismo para assegurar a disponibilidade de recursos para o financiamento de actividades que visam, por um lado, providenciar assistência humanitária (alimentos, vestuário, material escolar), e por outro, prover às famílias afectadas, os meios necessários para a recuperação das suas vidas (habitação durável e fontes de renda), a curto e longo prazos.
219. Como norma já consolidada, imediatamente a seguir a um desastre, fundos de contigência são mobilizados pelo INGC e os Governos locais, para assistir a todas as famílias afectadas.
220. Há por outro lado, modalidades já consolidadas para a integração em programas de recuperação, de todas as populações afectadas por desastres, sendo de destacar:

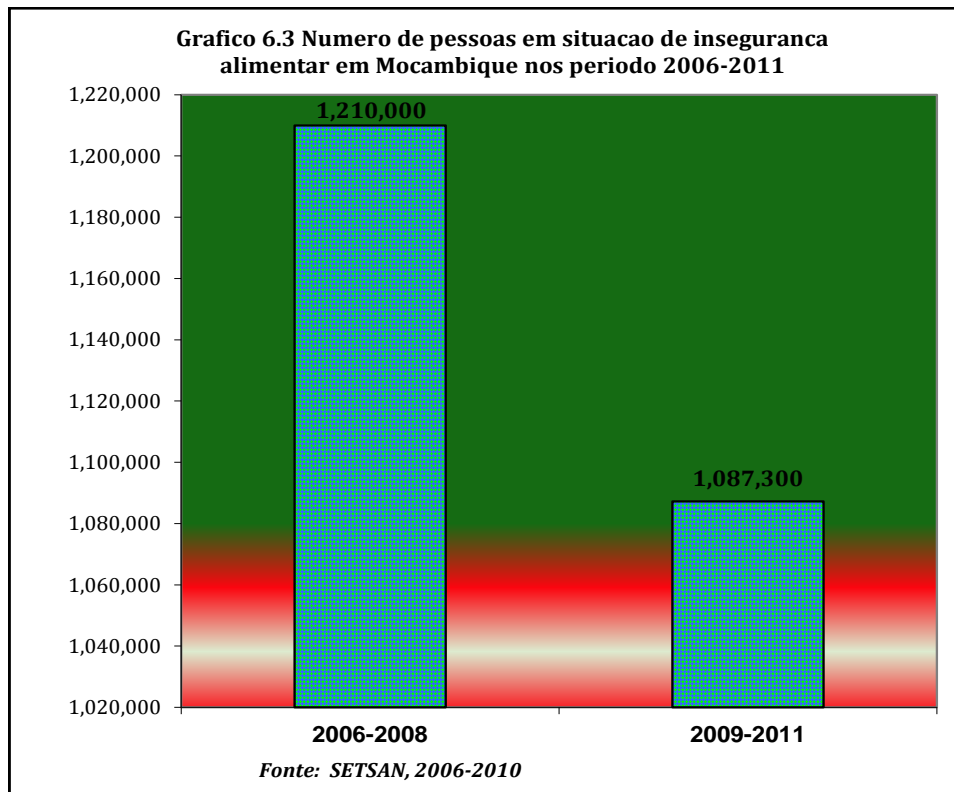
- i) A realização periódica por uma equipa multidisciplinar integrando o SETSAN (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional), o Programa Mundial de Alimentação (PMA), os Governos locais e as organizações da Sociedade Civil,, de duas avaliações anuais de vulnerabilidade e segurança alimentar em Março e Outubro, visando determinar o número de pessoas em situação de insegurança alimentar em todo o país e recomendar as medidas correctivas a serem implementadas a curto e médio prazos.
- ii) A institucionalização dos SETSAN-Provinciais e assegurada a monitoria e troca de informação sobre desastres e da situação de insegurança alimentar transitória no país, através de reuniões regulares e extraordinárias dos Governos provinciais e Distritais, e nas reuniões regulares do CTGC e do SETSAN.
- iii) A criação de guiões para a identificação e assistência dos grupos vulneráveis em programas de longo prazo como sejam: transferências monetárias no âmbito do Programa de Subsídio de Alimentos; programas de distribuição gratuita de alimentos orientados para pessoas incapacitadas para o trabalho (idosos, crianças órfãs e chefes de agregado familiar, pessoas portadoras de deficiência, doentes crónicos), e programas “*comida por trabalho*”, direccionados a pessoas vulneráveis mas com capacidade para o trabalho, dando-se particular atenção à mulher chefe do agregado familiar.

221. Ao longo dos últimos dois anos (2009-2010), Moçambique não foi afectado por nenhum desastre de dimensão considerável, à excepção de tempestades isoladas, chuvas torrenciais e cheias localizadas e secas (**Tabela 6.1**), que no seu conjunto teriam causado insegurança alimentar significativa nalguns distritos do País como revelam os dados do **Gráfico 6.1**

Tabela 6.1 Pessoas mortas ou afectadas por desastres em Moçambique nos últimos 6 anos, 2006-2011

Ameacas	Categoria	2006-2008	2009-2011	Total 2006-2011	Tendencia
Cheias	Mortas	28	0	28	-100
	Afectadas	387,486	7,071	394,557	-98
Tempestades e chuvas torrenciais	Mortas	54	6	60	-89
	Afectadas	58,403	25,276	83,679	-57
Ciclones	Mortas	22	0	22	-100
	Afectadas	387,940	0	387,940	-100
Sismos	Mortas	4	0	4	-100
	Afectadas	1,444	0	1,444	-100
Queimadas descontroladas	Mortas	49	0	49	-100
	Afectadas	8,880	0	8,880	-100
Descargas electricas	Mortas	0	14	14	100
Total	Mortas	157	20	177	-87
	Afectadas	844,153	32,347	876,500	-96

Fonte: INGC, 2009 e 2010; GdM, 2007-2010



10.5 e) Promovido, a todos os níveis territoriais, o engajamento e parcerias com os actores não governamentais, sociedade civil, sector privado e outros actores

Acções realizadas

222. O Governo tem vindo a empreender esforços com vista a engajar, a todos os níveis, as organizações não governamentais, as organizações da sociedade civil, incluindo universidades e o sector privado em todas acções de RRD. No entanto, devido a interesses difusos, os níveis de engajamento alcançados são diferenciados entre os diversos actores.

223. Em general, nota-se que:

- i) Há um forte engajamento das organizações não-governamentais (ONG's) internacionais em todas as actividades de RRD, sendo de destacar, i) a participação activa nos encontros técnicos, consultivos e de coordenação ao nível central e local, ii) o financiamento das actividades de RRD implementadas a nível local pelas ONG nacionais;
- ii) Há ainda um fraco engajamento da Sociedade Civil, ao nível central, em oposição com o nível provincial e distrital, onde, sob financiamento das ONG's internacionais, a Sociedade Civil local tem vindo a apoiar directamente as

comunidades locais na implementação de actividades de RRD, particularmente, na agricultura e nas acções de alívio aos desastres;

- iii) Ao nível central, o engajamento da Sociedade Civil tem se limitado à sua participação nas duas reuniões anuais conjuntas entre o Governo, Parceiros de Apoio Programático e Sociedade Civil, para a apreciação do Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado de cada ano, e dos respectivos relatórios de balanço, ou no exercício de elaboração dos Planos de Acção para a Redução da Pobreza;
- iv) Há ainda fraco engajamento do sector privado em acções de RRD. Na verdade, o sector privado tem sido mais visível durante os períodos de emergência através de doações para apoio às acções de assistência humanitária, e participação nas reuniões de coordenação realizadas pelo CENOE, tendo como intenção, identificar oportunidades de negócio, ou ainda, para assegurar que as necessidades do sector privado estão devidamente integradas nas necessidades de recuperação pós-desastres, bem como para reclamar a provisão de infraestruturas de protecção para os seus negócios, por exemplo, dentro dos regadios sujeitos a cheias.
- v) Foi fortalecido o engajamento das universidades na RRD, com a participação activa dos Departamentos de Geografia e de Física, da Universidade Eduardo Mondlane, e da Universidade Técnica de Moçambique nos estudos e acções de formação realizadas pelo INGC. Em 2011, está planificada a introdução por aqueles departamentos, dos mestrados em Geografia Física e Gestão de Desastres, e em RRD e Mudanças Climáticas, respectivamente.

224. Assim, julga-se necessário maior promoção do diálogo entre o Governo, a Sociedade Civil e o sector privado com vista a elevar o nível de engajamento destes últimos dois actores em acções de RRD a todos os níveis.

10.6 f) Contexto dos condutores do progresso

Acções realizadas

225. Dois factores terão contribuído de forma determinante para o nível de desempenho alcançado, designadamente, o alto cometimento político do Governo e o aumento do apoio externo para acções de RRD e das Mudanças Climáticas no País.

226. Destaca-se no âmbito do cometimento político do Governo:

- i) A continuação do investimento de recursos no fortalecimento dos sistemas de aviso prévio e de disseminação atempada de informação sobre cheias, ciclones, sismos e segurança alimentar;
- ii) A apresentação regular de informações e relatórios nas sessões ordinárias do Conselho de Ministros, sobre a situação dos desastres no país;
- iii) O envio de missões de membros do Conselho de Ministros para a monitoria do nível de prontidão da população nas áreas de risco, bem como da resposta aos desastres nas áreas afectadas;
- iv) A disponibilização atempada de recursos para financiar as avaliações periódicas de vulnerabilidade e segurança alimentar, os quais permitiram, por um lado, o ajustamento do número de pessoas a integrar nos programas de protecção social, por outro lado, a extensão destes programas por mais tempo;
- v) A alocação contínua dos recursos do Orçamento do Estado para o financiamento do programa de reassentamento em curso nas bacias do Zambeze e Save;
- vi) A integração da RRD na agenda de cooperação internacional, particularmente, nas negociações com os parceiros, do financiamento e apoio técnico para o País.

227. No âmbito dos Parceiros Externos

- i) A mobilização de mais recursos pelos parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, incluindo, os países e organizações membros do grupo dos Parceiros do Apoio Programático (G19) e dos bancos multilaterais de desenvolvimento (Grupo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento), para o financiamento de programas direccionadas à criação de resiliência nacional aos desastres e mudanças climáticas.
- ii) A disponibilização de mais recursos pelas agências internacionais de desenvolvimento como PNUD, DFID, UNDP, DANIDA, GTZ e outras, para o financiamento de programas e projectos de capacitação e desenvolvimento das instituições governamentais, visando a integração da RRD e das Mudanças Climáticas na legislação, políticas, estratégias e planos de desenvolvimento a todos os níveis.

PARTE IV. PERSPECTIVAS PARA 2011-2013

CAPITULO XI. PERSPECTIVAS

11.1 ÁREA 1: Integração mais eficaz das questões de redução do risco de desastres nas políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável a todos os níveis, com especial enfoque na prevenção, mitigação, prontidão e redução da vulnerabilidade

Desafios

228. Moçambique registou progressos assinaláveis na redução do número de pessoas vítimas ou afectadas por cheias e secas, e a respectiva perda de propriedade. Porém:

- i) Os impactos dos ciclones sobre as propriedades e perdas económicas ainda são altos, devido, em parte, à concentração elevada de população e infraestruturas sócio-económicas não protegidas ao longo da costa;
- ii) Os impactos das secas e estiagem prolongadas sobre a agricultura permanecem, sendo ainda visíveis as suas consequências sobre os níveis de pobreza, sobretudo nas zonas rurais;
- iii) Os impactos dos sismos continuam não suficientemente conhecidos, devido em parte, à sua baixa frequência, associada à baixa densidade populacional e de infraestruturas nas áreas de alto risco;
- iv) Ao longo dos últimos 3 anos, as queimadas descontroladas e as descargas eléctricas surgem como a nova ameaça perigosa, pois, cumulativamente, causaram o maior número de óbitos em comparação com as perdas de vidas humanas devido às cheias.

229. Apesar do aumento da consciência e da necessidade e urgência da integração plena da RRD nas políticas, planos e estratégias nacionais e a todos os níveis:

- i) Ainda não existem indicadores e metas abrangentes nacionais, sectoriais e locais;
- ii) Ainda não existe um mecanismo de reporte e monitoria sistemática das acções de RRD. Como resultado, a implementação das actividades-chaves de RRD é lenta e os respectivos resultados não abrangentes.

230. As mudanças climáticas emergem como nova fonte de preocupação para o alcance dos dois principais objectivos da RRD em Moçambique: evitar a perda de vidas humanas e propriedade, e a redução da vulnerabilidade à seca, visto que, com excepções dos sismos, espera-se um aumento da frequência e magnitude de todas as ameaças hidro-meteorológicas, incluindo nas cidades costeiras.

231. Se não forem cuidadosamente integradas nas políticas e estratégias nacionais de RRD, os impactos das mudanças climáticas sobre a RRD poderão ser devastadores para o país, pois, irá aumentar o número de locais, pessoas e infraestruturas actualmente expostas a estas ameaças.
232. Sem dúvida, a plena integração da RRD e das mudanças climáticas nos instrumentos de planeamento nacionais, sectoriais e locais pode ajudar o país a preparar-se e a responder melhor e a recuperar-se rapidamente dos desastres, independentemente da sua magnitude.

Compromisso futuro

233. Os progressos até aqui alcançados na implementação das acções de RRD mostram que Moçambique está no caminho certo para reduzir o risco de desastres.
234. Igualmente, estes progressos deixam patente que com mais investimentos nas actividades chaves de RRD, o País pode construir resiliência contra os desastres a curto e a médio prazos.
235. No entanto, forte coordenação multisectorial é necessária para se acelerar a implementação das actividades de RRD de modo que os objectivos globais de RRD sejam plenamente alcançados.
236. Para materializar esta visão, o País compromete-se a:
- i) Actualizar o actual Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades para incorporar novos riscos, incluindo os impactos das mudanças climáticas sobre a risco de desastres;
 - ii) Elaborar uma Estratégia Nacional de Redução do Risco de Desastres que integre as funções e responsabilidades, nacionais, sectoriais e locais;
 - iii) Estabelecer indicadores e metas nacionais, sectoriais e locais realísticas;
 - iv) Estabelecer um mecanismo nacional de reporte e monitoria da acções de RRD;
 - v) Aprovar a Lei de Gestão de desastres que atribua funções e responsabilidades claras aos sectores, e mecanismos de financiamento apropriados, com destaque para as alocações orçamentais chaves

11.2 ÁREA 2: Desenvolvimento e fortalecimento das instituições, mecanismos e capacidades a todos os níveis, em particular ao nível da comunidade, que contribuam para a criação de resiliência às ameaças

Desafios

234. Ao longo dos últimos 5 anos, Moçambique investiu significativamente ao nível local, sobretudo nas comunidades em risco com vista a desenvolver nelas a capacidade de resiliência.
235. São resultados visíveis deste esforço, a criação, capacitação e equipamento dos Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades; o estabelecimento dos COE' provinciais, dos Conselhos Distritais de Gestão do Risco e dos CERUM's, como órgãos capacitados para implementar e coordenar as actividades de redução do risco de desastres ao nível local.
236. No entanto, apesar deste progresso significativo, nota-se que:
- i) Os Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades ainda não cobrem todos os 128 distritos do país. Aliás, mesmo onde eles existem, apenas cobrem, prioritariamente, os postos administrativos considerados de alto risco;
 - ii) Decorrente da sua localização em áreas susceptíveis a cheias e ciclones, a maioria dos comités locais estão apenas capacitados para a monitoria das ameaças e para operações de evacuação. Como resultado, ainda têm falta de outros conhecimentos para a construção da resiliência às cheias e ciclones;
 - iii) A cobertura e expansão territorial dos CERUM's, particularmente para a construção da resiliência à seca, tem sido lenta. A título ilustrativo, em 4 anos (2007-2010), dos 32 distritos áridos, apenas 4 foram cobertos com CERUM's, o que corresponde, em média, a uma taxa de construção de 1 CERUM por ano. Assim, com base no ritmo actual, 32 anos seriam necessários para completar a construção de CERUM's em todos os 32 distritos áridos;
 - iv) O conhecimento sobre como pode se criar resiliência à ameaças múltiplas ainda é muito limitado em todos os sectores e níveis, incluindo nas próprias instituições de coordenação dos diversos assuntos de RRD, nas organizações da Sociedade Civil e nas universidades.
237. Olhando para o futuro, pode dizer-se que estes desafios tenderão a crescer à medida que incorporar os impactos das mudanças climáticas sobre o risco de desastres.
238. Assim, a formação e treinamento constituem o elemento chave para ajudar o país a criar instituições mais fortes e mais preparadas para responder às necessidades das

comunidades locais, particularmente, dotando-as de técnicas e ferramentas necessárias para a resiliência aos desastres e para a adaptação às mudanças climáticas.

Compromisso futuro

239. Moçambique reconhece que tem ainda um longo caminho a percorrer em termos do volume de trabalho que deve ser feito para a criação da resiliência aos desastres.
240. Porém, o País deverá incurrir nas etapas, e acelerar o passo, pois, a vulnerabilidade às ameaças continua elevada e tende a aumentar quando as ameaças afectam um determinado lugar.
241. Por outro lado, assumindo que os eventos extremos são, em geral, imprevisíveis e desastrosos mesmo para países e comunidades locais melhor preparadas, para Moçambique, tais eventos não são apenas catastróficos para as comunidades locais, como também retrocedem todo o progresso nacional, nas diversas esferas e componentes.
242. Assim, o País continuará e acelerará os esforços em curso visando a criação da capacidade nacional para a construção de resiliência às ameaças a todos os níveis.
243. Neste sentido, Moçambique compromete-se a:
- i) Completar a construção dos Centros Operativos de Emergência (COE) nas províncias ainda não cobertas;
 - ii) Acelerar a expansão dos CERUM's até cobrir todos os 32 distritos áridos;
 - iii) Completar a criação dos Comités Locais de Gestão de Risco em todas as comunidades locais em risco nos 128 distritos, bem como providenciar capacitação apropriada sobre técnicas adequadas para a redução do risco de desastres e de resiliência às mudanças climáticas;
 - iv) Providenciar treinamento integrado sobre redução do risco de desastres e mudanças climáticas a todos os sectores, mas prestando maior atenção aos níveis provincial e distrital;
 - v) Fortalecer o engajamento das organizações da Sociedade Civil (OSC) e do sector privado no planeamento, reporte e monitoria das acções de RRD a todos os níveis, através do diálogo permanente com as plataformas da Sociedade Civil, incentivando a sua participação regular nos encontros do CTGC e outros encontros consultivos, bem como nas sessões de capacitação.
 - vi) Fortalecer a parceria com as universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais, mediante assinatura de acordos de cooperação técnica visando a capacitação dos técnicos do Governo e das organizações da Sociedade Civil envolvidos nas actividades de RRD; a pesquisa conjunta e a partilha de conhecimento.

11.3 ÁREA 3: Incorporação sistemática das abordagens de redução do risco no desenho e implementação de programas de prontidão, resposta e recuperação durante a reconstrução das comunidades afectadas

Desafios

244. Historicamente, Moçambique dependeu da ajuda financeira internacional para realizar operações de resposta às emergências e de reconstrução pós-desastres.
245. No entanto, ao longo dos últimos 5 anos, o País alocou recursos internos do Orçamento do Estado tanto para o financiamento da implementação do Plano de Contingência bem como para as acções de reconstrução pós calamidades
246. Esta nova abordagem permitiu ao País responder atempadamente às ameaças iminentes através de evacuações antecipadas nas zonas em risco de cheias ou para abrigos seguros, no caso de ciclones. Como resultado destas acções, por exemplo, devido ao reassentamento, reduziu drasticamente o número de pessoas que vivem em áreas sob risco de cheias, sobretudo nas bacias da zona centro, com destaque para o rio Zambeze.
247. Porém, há ainda desafios por ultrapassar, como sejam:
- i) A vulnerabilidade das actividades económicas ainda persite em todas as áreas de risco de desastres, dado que poucos investimentos foram realizados com vista a proteger as actividades económicas e meios de vida das comunidades locais face às diversas ameaças;
 - ii) Mesmo com cada vez menor número de vítimas (óbitos e pessoas afectadas), as comunidades locais continuam dependentes dos esquemas de protecção para a recuperação a longo prazo, enquanto, a economia, por seu turno, continua altamente dependente de programas *ad-hoc* para recuperação pós-desastres.
248. Por outro lado, embora o Gabinete para a Coordenação da Reconstrução (GACOR) do INGC, tenha sido estabelecido e autorgado autoridade legal para liderar o processo de reconstrução:
- i) A intervenção do GACOR tem sido limitada por falta de recursos financeiros suficientes, facto associado, em parte, à ausência de Fundo para a Redução do Risco de Desastres, o qual serviria para financiar todas as actividades de RRD, incluindo a resposta à emergência e os programas de curto prazo para a recuperação pós-desastres, actualmente financiados pelo Plano de Contingência.

- ii) Ainda não há total segurança para todos os novos assentamentos humanos, incluindo aqueles criados pelos programas de reassentamento em curso, uma vez que devido à urgência para se reconstruir as vidas das comunidades afectadas, as avaliações do risco não são muitas vezes realizadas de modo a validar a ocupação segura das novas terras para a fixação de assentamentos humanos definitivos.
 - iii) O País continua sem normas de construção e de planos de uso de terra abrangentes para todas as cidades e vilas.
249. Igualmente, o País ainda não possui um programa de micro-seguro para desastres, ao mesmo tempo que a cobertura dos programas de micro-finanças actualmente existentes é limitada em termos de número de beneficiários e das geográficas abrangidas.
250. A falta destes programas aumenta a exposição das actividades económicas aos riscos e retarda todas as possibilidades de recuperação, visto que as comunidades locais e os empreendedores, são, várias vezes, forçados a esperar pelo apoio do Governo para poderem recomeçar as suas actividades produtivas.

Compromisso futuro

251. Sem uma abordagem consistente e abrangente sobre todas as actividades de redução do risco de desastres, realizar investimentos somente no aviso prévio, prontidão e resposta não será suficiente para a criação da resiliência das comunidades locais e das actividades produtivas, que garanta uma rápida recuperação pós-desastres sem ajuda externa.
252. Assim, como complemento aos investimentos em curso nas áreas de aviso prévio, prontidão e capacidade de resposta, há necessidade de se acelerar os investimentos visando a protecção dos negócios e dos modos de vida das comunidades locais.
253. Neste sentido, o País compromete-se a:
- i) Efectuar o mapeamento das ameaças múltiplas e realizar avaliações de risco em todas as maiores bacias hidrográficas, cidades e zona costeira de modo a orientar o estabelecimento seguro de assentamento humanos nas zonas próximas às planícies de inundação e na costa;
 - ii) Efectuar a análise custo-benefício da transferência das vilas em risco de cheias;
 - iii) Efectuar a análise custo-benefício da protecção de infraestruturas sócio-económicas (esquemas de irrigação, por exemplo), e das actividades económicas sujeitas a risco permanente de cheias e ciclones;

- iv) Estabelecer planos de resposta às cheias para todas as cidades e vilas em risco de cheias;
- v) Estabelecer normas de construção abrangentes a todas as ameaças e que respondam as condições geográficas locais;
- vi) Criar um Fundo para a Redução do Risco de Desastres abrangente que possa suportar a implementação das actividades de RRD, integrando, de forma antecipada, os impactos das mudanças climáticas;
- vii) Acelerar a expansão da cobertura territorial dos programas de micro-finanças para áreas em risco de desastres, mas que apresentam elevado potencial produtivo;
- viii) Introduzir programas de micro-seguro para as actividades económicas, com destaque para a agricultura nos perímetros irrigados, turismo, pescas e comércio nas áreas em risco de cheias e ciclones.

Capítulo XII. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

12.1 Principais Conclusões para o período 2009-2011

247. O período de 2009-2011, constituiu um momento ímpar para a reafirmação do cometimento do Governo com a causa da redução do risco de desastres e uma oportunidade para a consolidação dos resultados e ganhos alcançados no período de 2007-2009.
248. A avaliação global para o período 2009-2011, mostra que Moçambique está no bom caminho para ao alcance das metas de redução do risco de desastres, tendo registado progressos assinaláveis em 17 dos 22 indicadores de progresso, e atingido a pontuação máxima na área de prontidão e resposta aos desastres, de onde o País está na vanguarda como um dos exemplos mundiais de sucesso;
249. A integração da redução do risco de desastres no Programa Quinquenal do Governo (2010-2014) e no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP 2010-2014), com foco na redução da vulnerabilidade, bem como a contínua alocação anual do Orçamento do Estado para a implementação das acções de redução do risco nos diversos sectores, é prova do cometimento do País para com a causa da RRD;
250. Os investimentos multiformes na criação da capacidade das comunidades locais para a gestão do risco de desastres, através do aumento do número de comunidades cobertos pelos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades, é sem, dúvida, a via acertada para o fortalecimento das acções de redução do risco ao nível local;
251. A complementar estes esforços, os progressos no reassentamento das famílias vítimas das cheias, demonstraram que quando bem realizado, o reassentamento das famílias constitui uma ferramenta crucial para a redução do risco nas áreas sujeitas a cheias cíclicas de média e grande magnitude, como nos vales do Zambeze e Save, e uma estratégia a seguir para o ordenamento territorial nas zonas rurais adjacentes às planícies de inundação, de modo a torná-las áreas seguras para residência e para a produção;
252. O cometimento político do Governo em investir mais recursos do Orçamento do Estado em actividades de RRD, bem como o apoio dos Parceiros externos, tanto financeiro como técnico, contribuíram, sobremaneira para os sucessos alcançados durante o período em referência.
253. No entanto, apesar destes sucessos, nota-se que há áreas aonde esforços adicionais são necessários de modo a acelerar a redução do risco no País. Trata-se do uso do conhecimento, inovação e educação para criar a cultura de segurança e resiliência a todos os níveis, mediante pesquisa para avaliação de ameaças múltiplas e para a análise custo-benefício sobre a protecção dos investimentos públicos e privados.

254. Do mesmo modo, há necessidade de se pôr em prática, planos executáveis para a redução da vulnerabilidade das actividades económicas em áreas de risco, sobretudo a cheias e ciclones. As cidades de Xai-Xai (zona baixa) e Chókwe (ambas em Gaza), o regadio de Nante (Zambézia), e Matutuine (Maputo), são exemplos de áreas onde medidas adicionais são necessárias para a protecção dos investimentos em curso ou planificados para o futuro.

12.2 Principais Recomendações para o período 2011-2013

254. Com vista a manter os ganhos alcançados até 2011, e ultrapassar os desafios ainda presentes, para o período 2011-2013, o País, deve, dentre outras acções, concentrar, de forma prioritária, a sua atenção no seguinte:

- i) Realizar o mapeamento de ameaças múltiplas e a avaliação do risco de desastres à escala nacional e local, com destaque para as maiores bacias hidrográficas, cidades e vilas;
- ii) Elaborar e aprovar a Estratégia Nacional de Redução do Risco de Desastres, que para além de incluir a questão das mudanças climáticas, estabeleça indicadores e metas nacionais, sectoriais e locais de redução do risco de desastres;
- iii) Concluir a elaboração da Lei de gestão de desastres;
- iv) Elaborar e aprovar a Estratégia Nacional de Reassentamento de modo a guiar as acções de reassentamento pós-desastres bem como o ordenamento territorial em zonas em risco de desastres;
- v) Actualizar o Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades, de modo a incluir o impacto das mudanças climáticas sobre a redução do risco de desastres;
- vi) Estabelecer o Fundo de Redução do Risco de Desastres, que não financie apenas a resposta à emergência, mas sim todas as fases de gestão de desastres desde prontidão, resposta, reconstrução pós-desastres até à mitigação;
- vii) Estabelecer um Sistema nacional de monitoria e mecanismos de reporte dos progressos na redução de risco de desastres a todos os níveis, que seja alimentados por um sistema nacional de recolha, gestão e difusão de informação sobre desastres no País.
- viii) Fortalecer o diálogo e coordenação permanentes entre os diferentes actores, com destaque para a Sociedade Civil (G20), através do CTGC/CENOE e suas representações regionais e locais.

Referências Bibliográficas

DNPDR, 2010. Resumo da execução do Orçamento do Investimento de Iniciativa Local (OILL). DNPDR. Maputo

Governo de Moçambique (GdM), 2011. Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP 2011-2014). MPD. Maputo

GdM, 2010. Balanço do Plano Económico e Social para 2009. MPD. Maputo

GdM, 2010. Plano Económico e Social para 2011. MPD. Maputo

GdM. 2010. Programa Quinquenal do Governo 2010-2014. Conselho de Ministros. Maputo

IFRC e RCS, 2009. World Disasters Report 2009: Focus on early warning, early action. ATAR Toto Press and Satigny/Vernier. Genebra.

INGC, 2009a. Synthesis Report. INGC Climate Change Report: Study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique. [van Logchem B and Brito R (ed.)]. INGC, Maputo.

INGC, 2010. Base de Dados sobre os Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades. DARIDAS. Maputo

INGC, 2010. Base de dados sobre a actividades dos CERUM's. DARIDAS. Maputo

INGC. 2009b. Plano de Contingência para a época chuvosa 2009-2010. INGC. Maputo.

INGC, 2011. Synthesis report. Disaster Risk Assessments in Mozambique: A Comprehensive Analysis of Country Situation. INGC. Maputo.

Ministério das Finanças. Orçamento do Estado para os anos 2009, 2010 e 2011. Direcção Nacional do Orçamento. Maputo.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), 2010. Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de Moçambique. Maputo

Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN): Relatórios de Monitoria Segurança Alimentar e Nutricional (2005-2010). SETSAN. Maputo.

UNISDR, 2011. Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction 2011: Revealing Risk, Redefining Development (GAR 2011). UNISDR. Genebra.

UNISDR, 2011. Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the resilience of Nations and Communities to Disasters – Mid-term Review 2010-2011. UNISDR, Geneva.

World Bank *et al.*; 2010. The Economics of Adaptation to Climate Change-Mozambique. World Bank. Washington.

World Bank, GFDRR e UNISDR, 2011. Proceedind of the World Reconstruction Conference:Recovering and Reducing Risks after Natural Disasters. 10-13 Maio. Geneva.